

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS  
DO TRABALHO E DA EMPRESA



ACADEMIA MILITAR



**A CRISE DA POLÓNIA EM 1980-81.  
ANTECEDENTES E REPERCUSSÕES.**

João José Ataíde Amaral Marques Teixeira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais

Orientador:

Professor Doutor António José Telo

Professor Catedrático da Academia Militar

Setembro de 2008

A CRISE DA POLÓNIA EM 1980-1981. ANTECEDENTES E REPERCUSSÕES.

João José A. Marques Teixeira

## RESUMO

Descrevem-se as especificidades polacas relativamente aos outros países do leste europeu pertencentes ao Pacto de Varsóvia e ao COMECON salientando-se a propriedade privada de 75% do sector agrícola, a significativa influência da Igreja Católica e o vincado nacionalismo da população.

Referem-se as várias crises de natureza multifactorial que abalaram o país salientando-se a tentativa do Secretário Geral do POUP, Gierek, de modernizar a Polónia através da contracção de vultuosos empréstimos ao ocidente visando dinamizar a economia ,aumentar as exportações ,e deste modo ,amortizar a crescente dívida externa.

Esta política saldou-se num fracasso que teve profundas repercussões a nível político, económico e social.

Em Agosto de 1980, verificou-se uma ampla contestação tendo o aumento dos produtos alimentares servido de catalizador aos protestos operários que sob a liderança de Walesa abalaram profundamente o regime .

Após complexas negociações foi assinado o histórico Acordo de Gdansk que possibilitou o reconhecimento do primeiro sindicato independente existente na denominada “comunidade socialista”, o Solidariedade

Uma semana depois da assinatura do Acordo o Secretário Geral do POUP, Gierek, foi substituído por Kania que alguns meses depois seria afastado do poder.

O General Jaruzelski foi nomeado Primeiro Ministro e, posteriormente, Secretário Geral do Partido mas permaneceu a instabilidade social tendo o Conselho de Estado na noite de 12 para 13 de Dezembro, perante a possibilidade de intervenção da União Soviética, imposto a Lei Marcial sendo criado o Conselho Militar de Salvação Nacional.

Lech Walesa foi preso ,o sindicato Solidariedade banido.

Sublinha-se a acção da Igreja Católica e do Papa polaco João Paulo II que ao dar um grande apoio e visibilidade à situação existente na Polónia foram de grande relevância na abolição da Lei Marcial que se verificou em Julho de 1983 e no posterior processo pacífico de transição..

Realça-se o papel fundamental exercido por Gorbachev, na evolução da situação interna polaca, ao abolir a teoria da soberania limitada de Brejnev pela denominada “Sinatra” segundo a qual os países socialistas poderiam prosseguir livremente o seu próprio caminho sem interferências externas

*Palavras-chave:*

*Polónia 1980-81, crise, contestação, ameaças.*

## **ABSTRACT**

In Poland the self-organization society proceed further than anywhere else among the countries of the Warsaw Pact and Council of Mutual Economic Assistance(CMEA), mainly because the private agriculture of 75% of land and the strength of the Catholic Church.

Its succession of political crises stemmed from many reasons, economic, social and political.

The cornerstone of Gierek solution was to borrow heavily from the West and imported western technology to stimulate the polish economy and produce goods which could be sold in the West to repay the loans. However, by 1975; it was becoming clear that the policy on western credits was not working and despite some modernisation, the structure of exports to the West remained the same.

The food price increase and on 14 August 1980 and the workers went on strike under the leadership of Lech Walesa.

Difficult negotiations began and the government accepted the so called Gdansk Agreement that set up the independent and self-governing trade union Solidarity, the communist world's first independent union .

A week later the Secretary General of the Party Edward Gierek was replaced by Stanislaw Kania but the social and economic situation deteriorated and was emerging a climate of distrust.

On 9 February 1981 General Jaruzelski was appointed Prime Minister and in October Kania was removed and the General took over as Party leader.

The country was in a standstill and on December 12<sup>th</sup> the State Council proclaimed the Martial Law and established a Military Council of National Salvation (WRON), the leaders of the Solidarity were arrested and banned of the trade union.

The support of the Catholic Church to the Solidarity and the reforms, by peaceful means, and the important catalytic role played by the polish Pope John Paul II and at external level. The crucial political action of Gorbachev renouncing the "Breznev doctrine" suppressing the threat or the use of force and his commitment to freedom of choice for all nations, were the great importance in the development of the situation in Poland and other eastern countries.

Martial Law was lifted in July 1983 and began smoothly the so called transitional period when the national elections took place in October 1985 and the government was forced to deal with the opposition which led to a democratic regime.

*Key Words:*

*Poland 1980-81, crises, turmoil, threats.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a generosidade do Professor Doutor António José Telo que apesar das importantes funções de Director do Instituto de Defesa Nacional manteve a disponibilidade, apesar da intensa e exigente actividade profissional, em permanecer como orientador da dissertação do mestrado.

## **INDÍCE**

<b>ABREVIATURAS .....</b>	<b>i</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>iii</b>
<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. A Actuação de Gomoulka e a “satelização” da Polónia.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Os graves incidentes de Poznan em 1956 e suas repercussões.....</b>	<b>6</b>
<b>3. Características do Regime .....</b>	<b>9</b>
<b>4. Especificidades polacas.....</b>	<b>12</b>
<b>5. As crises recorrentes na Polónia de natureza multifactorial.....</b>	<b>15</b>
<b>6. A particularidade e amplitude da crise de 1980-81 que a distinguiu das     precedentes. Importância do Solidariedade e da acção de Lech Walesa.. .....</b>	<b>22</b>
<b>7. A importante acção da Igreja Católica e do Papa João Paulo II .....</b>	<b>40</b>
<b>8. Os Dissidentes. ....</b>	<b>54</b>
<b>9. Actuação das Forças Armadas .A relevância do General Jaruzelski.....</b>	<b>57</b>
<b>10. As consequências da profunda crise de 1980-81. ....</b>	<b>655</b>
<b>11 Causas da não intervenção directa da então União Soviética na Polónia. ....</b>	<b>711</b>
<b>12 A grande importância de Gorbachev . O processo de transição .....</b>	<b>822</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>922</b>
<b>REFLEXÕES FINAIS.....</b>	<b>955</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>1022</b>

## **ABREVIATURAS**

ABM - Anti Ballistic Missiles

CDU – CSU – Partido Democrata Cristão-Partido Social Cristão

CEE - Comunidade Económica Europeia

CMEA - Council of Mutual Economic Assistance

COMECOM - Conselho de Assistência Económica Mútua

CSCE - Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa

D.I.P. - Experiência e Futuro

KOR - Comité de Auto-Defesa Social

MAD - Mutual Assured Destruction

MIRV - Multiply Independently Targeted Re-entry Vehicles

MKS - Comité de Greve Inter Empresas

NATO – North Atlantic Treaty Organization

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OSCE - Organização de Segurança Cooperação na Europa

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PKE - Clube Ecológico Polaco

POUP - Partido Operário Unificado da Polónia

PRON - Movimento Patriótico para o Renascimento Nacional

R.O.P.C.I.O. - Movimento para a Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão

RMP - Movimento Jovem Polaco

S.B. - Polícia de Segurança

SALT - Strategic Arms Limitation Talks

SDI - Strategic Defense Initiative .

SPD - Partido Social Democrata

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WRON - Conselho Militar de Salvação Nacional

WSI – Policia Política

## **INTRODUÇÃO**

1. A Polónia ao longo da sua História sofreu as maiores vicissitudes tendo perdido várias vezes a independência.

Em 1905 ao receber o prémio Nobel da Literatura o escritor polaco Henryk Sienkiewicz, residente nos Estados Unidos da América declarou ao agradecer a atribuição do prestigiado prémio: "... Ela (a Polónia) já estava declarada morta, no entanto aqui está uma das provas de que ela vive; declararam que ela era inapta ao pensamento e ao trabalho, e no entanto aqui está a prova que ela é vitoriosa".( Lech, Walesa ,*Um caminho de esperança*,p.310)

O próprio hino nacional contém uma estrofe "... a Polónia ainda não está morta" o que revela a constante luta pela sobrevivência do país confrontado várias vezes com a perda da soberania nacional que foi recuperada após a Primeira Guerra Mundial e mantida após a surpreendente vitória sob o comando do Marechal Pilsudski (os historiadores polacos referem-se-lhe como o "milagre do Vístula") na guerra com a União Soviética, 1919-1920.

O país sofreu a invasão das forças nazis em 17 de Setembro de 1939 tendo sofrido seis milhões de mortos e a destruição quase total de muitas cidades.

Este acontecimento que originou a entrada na II Guerra Mundial da Grã-Bretanha e França, e a intervenção do exército soviético que teve o cuidado de, com o objectivo de consolidar o regime comunista, liquidar para evitar uma possível resistência a elite da oficialidade polaca no conhecido massacre que teve lugar na floresta de Katyn onde pereceram quinze mil oficiais.

A Polónia passou no âmbito da política de "satelização" da denominada genericamente mas pouco rigorosamente Europa do Leste impulsionada por Staline de 1945-48 a integrar a comunidade socialista.

Na realidade deve ser feita uma diferenciação entre o centro leste que engloba, entre outros países a Polónia e os Balcãs que abrange nomeadamente a Bulgária.

A Polónia integraria o Pacto de Varsóvia assinado na sua capital Varsóvia em 14 de Maio de 1955 (seria formalmente dissolvido em 1 de Julho de 1991, numa reunião efectuada em Praga) tido como uma espécie de contraponto à Aliança Atlântica (NATO) criada pelo tratado de Washington, que teve como impulso directo da sua criação o golpe comunista na Checoslováquia ocorrido em Fevereiro de 1948.

A estrutura hierárquica de comando do Pacto de Varsóvia, organização multilateral de carácter militar, colocou em posições chave oficiais soviéticos e todos os seus membros, com a excepção da Roménia, que não participou na invasão da Checoslováquia e não foi favorável à invasão do Afeganistão, partilhavam no essencial a mesma doutrina militar inspirada directamente por Moscovo.

A denominada Europa de Leste, constituída por um mosaico de povos e culturas muito diferentes e com variada experiência histórica, funcionaria como uma espécie de zona de segurança entre a URSS e o ocidente.

A Polónia integrou igualmente o Conselho de Assistência Económica Mútua, designado habitualmente por COMECON, criado em Janeiro de 1949.

Constituía essencialmente uma organização de coordenação económica, que englobava os países socialistas europeus à excepção da Albânia.

Faziam parte desta organização igualmente países extra europeus como Mongólia, Cuba e, a partir de 1978, o Vietname.

Através do incremento e estreitamento das relações económicas e comerciais entre os seus membros visava uma progressiva integração das respectivas economias.

O seu objectivo central seria desenvolver a cooperação económica na base de uma divisão socialista internacional do trabalho, no interesse da construção do socialismo em cada um dos países membros.

A partir dos anos 60 com Khrushchev intensificaram-se os laços económicos multilaterais, foi encorajada a divisão socialista do trabalho, persuadindo-se cada membro a especializar-se no campo de actividade económica em que fosse mais forte e competitivo

Trata-se fundamentalmente de consolidar a direcção soviética que seria reforçada com base num documento denominado Princípios Fundamentais da Direcção Socialista Internacional do Trabalho, aprovado em 15 de Dezembro de 1961<sup>1</sup>.

Esta organização cuja estrutura monolítica não se adaptou às mudanças introduzidas pelas novas tecnologias tinha para além de objectivos económicos finalidades políticas sendo uma forma de combater o então projecto do que viria a ser concretizado pelo Tratado de Roma ao instituir a Comunidade Económica Europeia (CEE).

---

<sup>1</sup> MOREIRA, Adriano, *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*, p. 296.

O COMECON viria a ser oficialmente dissolvido em 28 de Junho de 1991 na sequência da dissolução da União Soviética.

2. Como ficou demonstrado pela intervenção da ex União Soviética na Hungria, em 1956, e posteriormente na então Checoslováquia, 1968, pondo termo ao “socialismo de rosto humano” conhecido como a primavera de Praga receou-se que, quando a crise polaca se agudizou, em 1981, a ameaça de invasão do país pelas forças do Pacto de Varsóvia se pudesse concretizar.

De acordo com a teoria de soberania limitada formulada por Brejnev considerada um dos princípios fundamentais da política externa soviética relativamente aos países comunistas da Europa de Leste, podia procurar evitar-se que o país eventualmente saísse do campo socialista.

Para o Kremlin haveria uma situação irreversível na Europa resultante do “status quo” estabelecido nas conferências de Yalta e Postdam realizadas, respectivamente, em Fevereiro e Julho de 1945, que tinham claramente delineado as áreas de influência das duas super potências emergentes, a União Soviética e os Estados Unidos da América, ficando a Polónia na esfera soviética.

Para muitos polacos o seu país tinha sido traído ao passar para a esfera de influência soviética em detrimento da manutenção dos vínculos com a Europa ocidental.

Na célebre frase proferida por Winston Churchill no decurso de uma conferência realizada em Fulton, estado do Missouri, EUA: “... uma cortina de ferro “caia” sobre a Europa.” referindo-se à divisão da Europa, cada uma das partes com um sistema antagónico a nível ideológico, económico e social.

Os dirigentes soviéticos acabada a sangrenta II Guerra Mundial tinham ainda bem presente o extracto do Mein Kampf escrito por Hitler que se tornou o guia dos nacionais socialistas e que claramente defende a expansão da Alemanha para leste, em grande medida à custa da URSS .

O novo Reich devia pôr-se de novo em marcha, tal como o fizeram os antigos Cavaleiros Teutónicos, e “com a espada alemã, conquistar terras para o arado alemão e o pão de cada dia para a Nação”.

Corporizava-se, assim, a teoria do espaço vital, o “Lebensraum”, delineada pela escola de Munique de que o principal expoente foi o destacado geopolítico Haushofer curiosamente casado com uma judia que se suicidaria em 1946.

Nesta conformidade existiam importantes constrangimentos externos que, de certo modo, condicionavam, de forma significativa, a evolução da situação interna polaca.

O então Ministro da Defesa da União Soviética Marechal Andrei Grecko, declarou, em 1971: “a doutrina militar da URSS é um sistema com bases científicas que visa a preparação e o desencadeamento de uma guerra na defesa dos interesses da União Soviética e dos países pertencentes à comunidade socialista”.<sup>2</sup>

Na base da teoria realista teorizada por Hans Morgenthau, que foi o paradigma dominante durante a guerra fria existia uma luta pelo poder travada entre os Estados Unidos da América e a União Soviética em que os governantes dos dois países pensavam e agiam movidos pelo interesse, definido este em termos de poder num sistema internacional bipolar em que o equilíbrio militar entre as duas super potências era assegurado pelo “equilíbrio nuclear” após a URSS ter deflagrado a bomba atómica e mais tarde a de hidrogénio.

As armas nucleares passaram a funcionar como elemento dissuasor mútuo, dado haver em caso de conflito a destruição mútua garantida MAD (Mutual Assured Destruction).

Estava-se assim num duopólio militar entre duas super potências globais que passaram a gerir e liderar os dois blocos políticos e militares, a NATO e o Pacto de Varsóvia.

No decurso da sua história, após a integração na órbita da URSS, a Polónia atravessou diversas crises de natureza e gravidade diversa todas grandemente condicionadas pelo seu enquadramento externo.

---

<sup>2</sup> OBERDORFER, Don, *From the Cold War to a New Era*, p. 232.

## **DESENVOLVIMENTO**

### ***1. A “satelização” da Polónia . A actuação de Gomoulka .***

Para compreender a evolução da Polónia é fundamental contextualizá-la e inseri-la na época em que a figura de Staline dirigia e controlava a União Soviética após a II Guerra Mundial exercendo o seu férreo domínio sobre os países de leste colocando no exercício do poder pessoas da sua confiança política.

Afigura-se conveniente com base no livro já clássico *Diplomacia* de Henry Kissinger referir que Estaline transformou a ideologia comunista, que para ele encarnava a verdade histórica, num instrumento de controlo político.

Procurou com grande realismo lutar implacavelmente pelo que considerava ser o interesse nacional soviético pondo de parte qualquer tipo de considerações de ordem moral ou sentimental que contrariasse a sua prossecução.

O ditador soviético tinha uma determinada visão da dinâmica histórica que podia ser acelerada ou retardada mas nunca seria possível alterar o seu sentido imutável.

Nesta conformidade só deveriam fazer-se concessões à “realidade objectiva” pelo que os interesses a prosseguir dependiam principalmente da avaliação das relações de força existentes num determinado momento.

É com este pano de fundo que se poderá compreender a destacada actuação de Gomoulka que influenciaria a evolução da sociedade polaca.

O escritor Brian Crozier no seu livro *The rise and fall of the Soviet Empire*<sup>3</sup> considera que existem algumas semelhanças entre Wladyslaw Gomoulka e Ho Chi Minh dado que como o mítico dirigente vietnamita seriam ambos patriotas e comunistas.

Parece, no entanto, que se verificam mais pontos de contacto, apesar da diferente dimensão internacional das duas personalidades, com o líder chinês Deng Xiao Ping, que também por duas vezes foi afastado, severamente criticado e preso mas que conseguiu alcançar a liderança e traçar as grandes linhas das reformas no sentido da abertura ao exterior e modernização da R.P. da China e abrir caminho à reunificação do país como o princípio “um país dois sistemas”.

Gomoulka que aderira ao Partido Comunista em 1926, considerava que o regime comunista apresentava as melhores soluções para a resolução dos problemas do país, mas simultaneamente sendo patriota queria seguir o seu próprio caminho e não

---

3 p. 179

actuar em todos os domínios de acordo com as rígidas directrizes traçadas pela União Soviética.

Desejava adaptar o regime comunista, através da realização de algumas reformas às características polacas sem nunca pensar na sua profunda renovação e muito menos na sua substituição, e pretendia a diminuição do controle da URSS sobre o país.

Exerceu duas vezes o poder e igualmente duas vezes foi afastado por não seguir as instruções de Moscovo.

Demonstrou grande coragem perante as adversidades e recusou sempre fazer auto crítica mantendo, apesar das dificuldades, a dignidade.

Gomoulka, tendo sido nomeado Primeiro Secretário-geral do POUP, em 1943, foi, por ordem de Staline, preso tendo caído em desgraça ao ser acusado de desvios nacionalistas de direita, sendo demitido de todas as funções em Setembro de 1948, expulso do partido e preso em Julho de 1951.

Após a morte de Staline e na sequência do XX do PCUS efectuado em Fevereiro de 1956, em que foram denunciados no relatório apresentado por Khrushchev os crimes cometidos pelo ditador soviético, verificou-se uma espécie de suavização do comunismo.

Foi, deste modo, iniciada uma nova fase da vida política da URSS, que se repercutiu com maior ou menor intensidade nos países da sua órbita que conduziu a uma destanilização, com intensidades diversas, da Europa oriental.

Assim o dirigente polaco foi libertado em 1954, reabilitado e nomeado novamente, em 1956, Secretário-geral do POUP.

Viria a ser novamente afastado em 1970 em consequência da contestação social, que se propagou a todo o país. Morreria em 1982.

É esclarecedor sobre o seu comportamento a declaração feita pelo seu sucessor Gierek na sequência dos acontecimentos de 1970 e citada por Walesa no seu livro *Um caminho da esperança*<sup>4</sup>: "... A despeito das aparências, o camarada Gomoulka não manteve boas relações com a União Soviética. Nós já conseguimos melhorar o relacionamento com a URSS."

---

4 p. 100 e 101

O seu maior elogio foi paradoxalmente efectuado pelo Cardeal Wyszynski que esteve preso por sua ordem ao referir-se a Gomoulka como “... um homem de mãos limpas, um apaixonado pela política, convencido no seu íntimo, de seguir a linha da verdade”.<sup>5</sup>

O processo de satelização da Polónia que atravessou diversas fases teve Gomoulka como o protagonista sendo a sua actuação muito controversa e contrastada.

O mencionado processo acelerou-se com o esmagamento do Partido dos Agricultores liderado por Stanislaw Mikolajczyk que ,durante a ocupação do país no decurso da II guerra mundial ,foi o Chefe do Governo provisório polaco sediado em Londres enquanto que Gomoulka dirigia no interior do país, com o total apoio de Moscovo, o Comité Polaco de Libertação Nacional que após a derrota da Alemanha hitleriana passou a controlar de facto o poder.

Nesta conformidade em Janeiro de 1946 foi aprovado um vasto programa de nacionalizações que incluía todas as empresas com mais de cinquenta trabalhadores que viria a ser referendado em 30 de Junho desse ano.

Com o objectivo de se legitimar através do apoio popular foram realizadas eleições, em 19 de Janeiro de 1947, totalmente controladas pelo Partido dos Trabalhadores, de inspiração comunista, antecessor do POUP, que obteve 394 lugares enquanto que o Partido dos Agricultores cujos principais dirigentes foram perseguidos e presos alcançou apenas 28 assentos parlamentares apesar da influente Igreja Católica lhe ter manifestado explicitamente o seu apoio.

Esta fraude eleitoral foi violentamente denunciada pelos EUA e Grã-Bretanha que acusaram o governo de Gomoulka de violar o estipulado em Yalta que previa a realização de eleições livres e justas.

De acordo com Neal Ascherson no livro *The polish August: What has happened in Poland*<sup>6</sup>, as eleições foram manipuladas e os resultados falseados.

Na sequência do acto eleitoral que culminou com a vitória esmagadora do Partido dos Trabalhadores foi desencadeada uma violenta campanha contra o Partido dos Agricultores, orquestrada pelo governo que levou o seu líder Mikolajczyk a exilar-se em Londres a 24 de Outubro, não regressando mais ao seu país.

Seguiu-se a denúncia da Concordata com a Santa Sé, efectuada em 14 de Setembro de 1947, o que foi sentido como uma afronta pela maioria católica da população.

---

<sup>5</sup> WALESA, Lech, *Um caminho de esperança*, p. 201.

<sup>6</sup> p. 46 e 47

Posteriormente, no período entre 1948-1950, por pressão das autoridades comunistas verificou-se uma fusão entre o Partido dos Trabalhadores que detinha uma posição hegemónica e o Partido dos Agricultores sendo criado o novo “Partido Unido dos Trabalhadores” o POUP.

A crescente influência soviética ficou demonstrada por uma série de acontecimentos de que se destacam.

Denúncia do Tratado de Amizade assinado com a Jugoslávia devido às críticas de Staline ao Marechal Tito.

Nomeação do Marechal Rokossovsky, de origem polaca mas que sempre tinha vivido na URSS e adquirido a nacionalidade soviética, para o cargo de Ministro da Defesa e simultaneamente Comandante-Chefe das Forças Armadas.

Reconhecimento formal de Moscovo, em 6 de Junho de 1950, da fronteira ocidental polaca com a República Democrática Alemã, definida pela linha Oder-Neisse, o que implicitamente significava que o traçado das fronteiras dos países colocados sob sua influência eram decididas em última instância pela União Soviética.

O processo foi completado com a adopção, em 22 de Julho de 1952, da nova Constituição que criava a República Popular da Polónia e a posterior adesão, como atrás se mencionou, ao Pacto de Varsóvia e ao COMECON.

Este processo não foi, contudo, linear dado que Gomoulka pelo seu pendor nacionalista contrariou os desejos do Kremlin em duas questões importantes.

Recusou a colectivização da agricultura, em Setembro de 1947, e opôs-se à criação do *Cominform*, criado por Staline, nesse mesmo ano, em Belgrado para coordenar a actividade dos principais partidos comunistas da Europa ocidental e de todos os partidos comunistas da Europa de Leste.

Esta organização visava reforçar o papel de liderança do Partido Comunista da União Soviética sobre os outros partidos congéneres viria a ser dissolvida pelo seu sucessor Khrushchev em 1956.

Gomoulka encarou o *Cominform* como uma ferramenta colocada nas mãos do ditador soviético” para forçar os partidos comunistas aderentes a uma estrita obediência às orientações delineadas pelo PCUS que na prática dava invariavelmente prioridade

aos objectivos político-militares da União Soviética que deveriam ser alcançados através da planificação económica centralizada”.<sup>7</sup>

Pela sua atitude considerada muito independente o que poderia ser considerada um desafio a Moscovo caiu em desgraça tendo sido preso.

Durante este período o poder foi exercido numa espécie de liderança bicéfala, pelo Primeiro-Ministro Boleslaw Bierut, e pelo Presidente Josef Cyrankiewicz.

Como atrás se mencionou após a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que teve lugar em Fevereiro de 1956, durante o qual Khrushchev denunciou os crimes praticados pelo seu antecessor verificou-se a total reabilitação de Gomoulka que foi nomeado ainda nesse ano de 1956 novamente Secretário-Geral do Partido.

Gomoulka por convicção ou reconhecimento, seria um devotado apoiante de Khrushchev nomeadamente no esmagamento da revolução húngara classificando a intervenção militar soviética como “correcta e indispensável”<sup>8</sup>, e da invasão da Checoslováquia.

Verifica-se, assim, que actuação de Gomoulka foi matizada durante o exercício do poder durante um longo período, de 1956 a 1970, tem sido, ainda hoje, muito controversa mas apesar de polémica foi muito marcante na evolução do país.

Segundo alguns analistas teria esboçado pela primeira vez dentro dos países socialistas “uma via nacional para o socialismo”, isto é, uma espécie de comunismo nacionalista, que dados os sentimentos fortemente nacionalistas dos polacos dificilmente seria tranquilizante para Moscovo e defendido uma maior autonomia face à URSS, apesar de em 1968, como atrás se mencionou, as forças armadas polacas integradas no Pacto de Varsóvia terem participado na invasão da Checoslováquia .

Um tanto paradoxalmente a queda de Gomoulka não resultou das críticas do seu principal antagonista, o ortodoxo e estalinista Mieczyslaw Moczar que liderava os sectores mais imobilistas contrários a qualquer tipo de reformas, mas dos protestos dos trabalhadores em 1970.

Num importante discurso comemorativo do 40º aniversário da criação da República Popular da Polónia proferido no dia 21 de Julho de 1984 perante o Parlamento, “Sejm”, o General Jaruzelski, significativamente destacou entre as mais brilhantes personalidades que

---

7 DOUGHERTY, James e PFALTZGRAFT, Robert, *Relações Internacionais. As teorias em confronto*, p. 610.

8 LIBRACH, Jan, *The Rise of Soviet Empire*, p. 149.

deram as mais destacadas contribuições para o desenvolvimento do país o ex Secretário-geral do POUP, Wladyslaw Gomoulka.

## ***2. Os graves incidentes de Poznan em 1956 e suas repercussões.***

A crescente escassez de produtos alimentares e de outros bens de consumo provocou um grande descontentamento agravado com a decisão governamental alegando diminuição da produtividade que começava a afectar gravemente a economia do país de impor o aumento dos horários laborais tendentes a aumentarem a produção nacional sendo, como contrapartida os aumentos salariais considerados insignificantes.

Como resultado dessa política governamental registaram-se, sobretudo na cidade de Poznan, violentos protestos que constituíram o motivo determinante do regresso outra vez de Gomoulka à cúpula do poder.

A contestação tornou-se violenta, tendo sido atacadas várias sedes do Partido Comunista, o que levou à intervenção policial especialmente das unidades especiais anti-motim chamadas *Zomo*, tendo resultado dos confrontos, que duraram três dias, 74 mortos, centenas de trabalhadores feridos e numerosas prisões.

Os graves acontecimentos de Poznan levaram à convocação de emergência, do Sétimo Plenário do Comité Central do Partido que se reuniu de 18 a 28 de Julho de 1956 para debater a crise, tendo por pano de fundo a instável situação na Hungria que estava na iminência de ser invadida pela União Soviética o que se verificou pouco tempo depois.

A invasão da Polónia chegou a ser seriamente pensada tendo várias divisões blindadas soviéticas começado a concentrar-se junto à fronteira polaca quando em 19 de Outubro Khrushchev, acompanhado por altos dirigentes entre os quais Molotov, se deslocou a Varsóvia.

Os dirigentes polacos informaram o Secretário-geral do PCUS que essa visita não seria encarada como um encontro entre partidos e que, por esse motivo, não seria recebido nas instalações do Comité Central do POUP.

A delegação soviética foi convidada a alojar-se ao palácio de Belvedere, reservado às visitas de Estado.

No último momento Khrushchev recuou ao perceber os elevados custos duma invasão e em 20 de Outubro as tropas soviéticas regressaram às suas bases.

No dia 22 de Outubro apoiou a designação do Gomoulka como Secretário-geral do POUP em troca da promessa que os novos dirigentes preservariam o sistema socialista e manteriam a Polónia membro do Pacto de Varsóvia.

No decurso do referido plenário alguns dirigentes incluindo o então Secretário-geral Ochab considerado estalinista efectuaram uma autocritica reconhecendo que o Partido tinha perdido o contacto com as massas e sublinhado as distorções burocráticas verificadas.

A maioria aprovou uma resolução clarificadora ao considerar que o Partido “... deveria ser guia e educador e não mero supervisor e gestor” da sociedade.

A linha mais dura e ortodoxa foi apoiada nesse plenário pelo então Primeiro-Ministro soviético, Bulganine que procurou influenciar os debates.

O dirigente da URSS criticou a falta de vigilância e de controlo que permitira os acontecimentos de Poznan que deviam ter sido evitados e culpabilizou os agentes imperialistas de fomentarem a contestação e a agitação social.

Bulganine para desfazer eventuais hesitações e dúvidas enfatizou que Moscovo não poderia ficar indiferente às tentativas de enfraquecerem as ligações estreitas existentes entre os países socialistas sob a capa das “peculiaridades nacionais” ou sob o pretenso pretexto do “aprofundamento da democracia”.

As declarações que os elementos defensores das tímidas reformas proferiram segundo as quais deveriam ser efectuadas algumas modificações no âmbito do sistema socialista foram, apesar de tudo, maioritariamente apoiadas.

A mais importante medida, para além da reabilitação de Gomoulka, consistiu na reactivação dos conselhos dos trabalhadores, que estavam sob a estrita supervisão dos sindicatos totalmente controlados pelo governo, mas que passariam a ser ouvidos sobre questões salariais ainda que a título meramente consultivo.

A instável situação política resultante das repercussões dos tumultos especialmente em Poznan, a continua degradação económica tornou possível que em, 19 de Outubro de 1956, o Oitavo Plenário do Comité Central do Partido Comunista elegeisse Gomoulka em substituição de Edward Ochab para o cargo de Secretário-geral devido ao prestígio adquirido com a sua prisão arbitrária, e gozar da confiança de parte significativa do operariado, pertencente ao sector industrial, principalmente do influente Comité do Partido de Varsóvia. (nomeadamente do comité de trabalhadores da fábrica de automóveis Zeran, na altura a mais importante do país).

Sabendo por experiência própria os condicionalismos existentes e sendo um profundo conhecedor da realidade polaca a sua posição visou dois objectivos centrais, a restauração da ordem e sendo um fervoroso nacionalista diminuir, na medida do possível, a influência asfixiante que a União Soviética exercia no país desde 1944.

Nesta conformidade, ao contrário do que muitos que o apoiaram acreditaram, rejeitou liminarmente a solicitação do influente Secretariado do Comité do Partido Comunista de Varsóvia no sentido de os conselhos dos trabalhadores serem livremente eleitos sem o rígido controlo dos sindicatos controlados pelo Estado.

Esta pretensão se fosse aceite, segundo Gomoulka, conduziria à anarquia, considerando-a uma provocação e rejeitou-a liminarmente.

Por outro lado pretendeu que as tropas soviéticas abandonassem faseadamente a Polónia consciente que se tal objectivo fosse alcançado conseguiria o aumento significativa da sua popularidade entre a população que o encararia como um patriota não submisso a Moscovo.

O primeiro passo tomado nesse sentido consistiu na destituição do Ministro da Defesa Marechal Konstantin Rokossovsky de nacionalidade soviética, que gozava da total confiança de Moscovo e que fora desde 1949 imposto como membro do Politburo do POUP, terminando, assim, um dos mais humilhantes símbolos da tutela soviética, por ferir profundamente os sentimentos nacionalistas polacos.

Seguidamente conseguiu que milhares de oficiais soviéticos que prestavam serviço no exército polaco, com o objectivo de o controlar, regressassem à União Soviética.

Iniciou conversações complexas com Khrushchev levantando a questão do futuro papel da presença das tropas soviéticas no país, insistindo que mesmo o movimento de tropas soviéticas no quadro da manutenção das linhas de comunicação com os efectivos militares da URSS estacionados na Alemanha de Leste só deveriam ocorrer com o consentimento da Polónia.

Uma solução de compromisso foi alcançada durante as conversações realizadas em Moscovo quando os dirigentes soviéticos acordaram que a presença das suas tropas na Polónia, alegadamente para protegerem as estrategicamente muito importantes linhas de comunicação com a Alemanha de Leste, não afectariam a soberania do estado polaco e não poderiam interferir, sob qualquer pretexto, nos assuntos internos da Polónia.

Com o objectivo de renovar internamente o regime tornando-o menos opressivo Gomoulka, introduziu algumas limitadas e tímidas reformas visando melhorar ainda que superficialmente o sistema então já anquilosado tornando-o mais funcional mas dentro de

limites bem estabelecidos nunca pondo em causa o regime comunista e, apesar de algumas divergências significativas, acatando na generalidade as directrizes soviéticas.

A rígida censura imposta aos meios de comunicação foi ligeiramente amenizada, foram libertados alguns presos políticos, nomeadamente o Cardeal Wyszynski que se encontrava em prisão domiciliária.

Muitas pessoas desconhecendo o pensamento político de Gomoulka esperavam uma maior democratização da vida política e económica uma espécie de via polaca para o socialismo.

Gomoulka não quis ou não foi capaz de proceder às reformas profundas algumas que se afiguravam extremamente difíceis de concretizar dada a sua natureza sistémica no sentido de resolverem os recorrentes problemas como ficou demonstrado pelo aumento, em 12 de Dezembro de 1970, dos produtos alimentares em 30% que foram o catalisador da contestação operária que conduziria novamente ao seu afastamento, sendo substituído por Edward Gierek.

Alguns analistas e o próprio Walesa consideram a possibilidade de os operários terem sido utilizados e manipulados para que fossem efectuadas transformações políticas visando substituir Gomoulka responsabilizando-o pela contestação por Gierek tido como mais fiel a Moscovo.

De qualquer modo esta sublevação social foi inspirada nos velhos modelos do Leste dado que a maioria da população tinha sido educada a reverenciar a simbologia comunista como a Internacional que foi utilizada para exprimir o descontentamento e a desilusão.

Seria erigido, uma década depois, um monumento em memória dos operários mortos que como referiu Lenarciak presidente da comissão da sua edificação comparou o monumento a um arpão enfiado no corpo da baleia. Ela podia debater-se como quisesse, mas jamais conseguiria livrar-se dele.

### ***3. Características do Regime***

O regime polaco oficialmente proclamava-se democrático dado que na terminologia oficial existia a denominada democracia popular, distinta e superior, na óptica do poder comunista, à democracia dita formal controlada pela burguesia, própria dos países capitalistas.

À luz de todos os indicadores o regime na altura vigente poderia qualificar-se de autoritário dado que de acordo com Juan Linz e Alfred Stepan<sup>9</sup> “sempre existiu na Polónia um certo grau de pluralismo na sociedade”.

---

<sup>9</sup> LINZ, Juan J. and STEPAN, Alfred, *Problems of democratic transitional consolidation*, p. 255.

O regime comunista então instalado em Varsóvia, liderado pelo POUP que nessa época tinha cerca de três milhões de membros, exercia um grande controlo sobre a sociedade e o Estado.

Havia um discurso fortemente ideológico, que visava, através da intimidação exercida pela polícia política, controlar a maioria dos aspectos da vida dos cidadãos, incluindo a privada que era escrutinada.

Para Linz e Stepan<sup>10</sup>, haveria indicadores que demonstravam haver um pluralismo muito limitado que seriam factores que o excluiriam de ser classificado como totalitário e muito menos como democracia tutelada (caso de Portugal a seguir ao 25 de Abril até ser extinto o Conselho da Revolução).

Apesar de “nuances” e mesmo especificidades existentes no “caso polaco” como a propriedade privada de cerca de 75% do sector agrícola e a influência da Igreja Católica o regime era fortemente autoritário não podendo afirmar-se a existência de uma poliarquia como sucede nas democracias ocidentais em que há múltiplos centros de poder e decisão.

Na realidade o exercício do monopólio do poder era exercido pelo Partido Comunista denominado, por razões pragmáticas, Partido Operário Unificado da Polónia. (POUP).

Nesta conformidade a sede do poder política não residia no Estado mas no partido que dirigia a política do país, devendo o governo e a administração obedecer às directrizes emanadas do POUP considerado como o guia orientador da sociedade.

Neste contexto não havia pluralismo partidário, a liberdade de expressão e de associação era quase inexistente na prática, a separação dos poderes que revestia-se de carácter formal dado que obedeciam às orientações do partido comunista.

A legitimidade do regime residia no facto de ter liderado a libertação do país do nazismo e contar alegadamente com o “apoio das massas populares”, que supostamente teriam interiorizado os valores do comunismo.

Como salientou Haarens no seu livro “*As origens do totalitarismo*”, as massas classificadas como “fragmentos da sociedade atomizada” tinham que ser conquistadas pela propaganda e, se necessário, pelo terror exercido (embora em menor escala que o verificado noutros países do leste) especialmente pela polícia política a WSI.

As eleições não eram livres constituindo um simulacro ritualizado dado a inexistência de alternativas que corporizassem programas alternativos.

---

<sup>10</sup> Idem, p. 257.

Como salientou sarcasticamente Henry Kissinger “os comunistas gostam da polícia secreta mas não do voto secreto”<sup>11</sup>.

As decisões políticas mais importantes eram tomadas por um grupo restrito que deliberava em conjunto o Comité Central do Partido Comunista, no seio do qual exercia um influência considerável o Secretário-Geral do Partido que, no entanto, tinha que gerir habilmente as várias sensibilidades existentes no seu interior .

Condição considerada fundamental para permanecer no poder era seguir as directrizes delineadas por Moscovo que exercia uma vigilância quase tutelar, normalmente efectuada pelo seu Embaixador em Varsóvia.

No entanto ao contrário da Roménia em que a exaltação de Ceauşescu era permanente, Bulgária onde os retratos e estátuas de Jivkov estavam por toda a parte ou em certos períodos da ex URSS sobretudo sob a ditadura de Staline em que este era quase endeusado, não se cultivou na Polónia o culto da personalidade.

O Conselho de Estado exercia colectivamente funções presidenciais, cabendo à Assembleia Legislativa “Sejm” aprovar quase automaticamente, sem criticas, as politicas delineadas pelo Partido.

Os sindicatos não tinham autonomia funcionando como uma espécie de correia de transmissão do POUP.

A comunicação social era controlada pelo Estado que exercia uma severa censura sobre a informação.

Apesar dum grande aparelho repressivo a sociedade polaca já era excessivamente complexa para poder ser colocada numa espécie “camisa-de-forças” que a espartilhasse, daí que surgissem quase ciclicamente tensões que se transformavam em contestação às autoridades.

---

<sup>11</sup> KISSINGER, H., *Diplomacia*, .

#### **4. Especificidades polacas**

A interrogação que surge frequentemente consiste em saber o porquê, as causas subjacentes das crises recorrentes que afectaram a Polónia diferentemente do verificado na maioria dos outros países do leste que tinham um regime político semelhante .

É curioso verificar que o próprio General Jaruzelski numa importante intervenção proferida no Parlamento, "Sejm" no dia 25 de Janeiro de 1982 se interroga sobre esta questão com uma certa perplexidade "Como pode um país com as potencialidades da Polónia se encontrar mergulhada em crises crónicas e humilhantes? Como é possível que outros países socialistas tenham alcançado progressos substanciais enquanto nós estamos submergidos em dificuldades? Porque a democracia na Polónia se transforma tão rapidamente em anarquia e o aparelho governamental actua de uma maneira distorcida?

Os erros e culpas dos círculos governamentais são evidentes. Mas isto não é a verdade toda sobre a Polónia"<sup>12</sup>.

É genericamente aceite que no decurso da denominada guerra-fria, houve um factor comum, o poder militar soviético que impôs severas limitações às mudanças em todos os países que se encontravam na sua órbita, constringidos pelo factor medo corporizado pelo poderio militar soviético.

No entanto as forças sociais desses países, em graus muito diversos, desviaram-se mais ou menos do modelo da URSS, tido como paradigma, de acordo com as circunstâncias específicas existentes.

Foi predominante na evolução dos diversos países a interacção de duas forças chave que consistiam nas orientações políticas traçadas por Moscovo que eram seguidas genericamente pelos diversos governos e as forças sociais que pretendiam uma mudança mais ou menos profunda dos respectivos sistemas socioeconómicos.

As reacções polacas relativamente ao regime radicam essencialmente em factores culturais, da composição do tecido social, do forte nacionalismo, um certo messianismo que remonta ao século XVII intitulando-se defensores da Europa cristã dado o papel fundamental do Rei polaco Sobieski na contenção da expansão turca, memória histórica especialmente de recordações da curta mas sangrenta guerra soviético-polaca de 1919-20 e do massacre de Katyn no qual 15 mil oficiais polacos foram fuzilados, o que criava um profundo sentimento anti-russo, que os diferenciava dos outros países e a circunstância única de ter tido um

---

<sup>12</sup> Jaruzelski, Prime Minister of Poland. *Selected Speeches*, p. 40.

cidadão soviético o Marechal Konstantin Rokossovsky Comandante em Chefe das Forças Armadas polacas<sup>13</sup> o que provocou um profundo ressentimento numa população em que o nacionalismo está profundamente enraizado.

Esta tensão latente procurou ser atenuada ao com algumas concessões de carácter meramente simbólico como ter sido permitido aos oficiais conservarem e usarem os uniformes utilizados antes da II Guerra Mundial.

A Polónia, na realidade, tinha determinado características diferenciadoras dos restantes países do leste europeu, que estiveram na origem de sucessivas crises dado que como refere o escritor James Cronin<sup>14</sup> na Polónia existia uma “self-organization of society”, em que, apesar de tudo existia uma ainda que reduzida autonomia da sociedade civil o que não se verificava tão visivelmente nos outros países do leste europeu.

Como Walesa escreveu na sua autobiografia “... o totalitarismo era limitado pela existência da Igreja, da propriedade individual do sector agrícola, pela consciência histórica da população, enfim pelo pontificado de um Papa polaco e pelo seu claro apelo para que a Polónia fizesse parte da Europa e de sua herança cristã.”<sup>15</sup>

Devido às diversas vicissitudes históricas o país tornou-se num verdadeiro estado-nação com uma forte componente nacionalista e patriótica.

Na realidade com o quase extermínio pelos nazis da então grande comunidade judaica, a posterior expulsão dos cidadãos de origem alemã, a incorporação na União Soviética das populações ucranianas e da bielorrussas, após a II Guerra Mundial passou a viver no país uma população esmagadoramente católica e etnicamente polaca.

A grande influência da Igreja Católica, que é uma organização de base transnacional, (contrastava com a ténue influência da Igreja Ortodoxa, que tem uma base nacional, nos restantes países eslavos), e manteve sempre, com maior ou menor dificuldade, de acordo com a evolução da situação política interna e internacional, uma autonomia funcional face ao regime e uma grande influência na sociedade.

As várias tentativas de repressão, a mais intensa contra a Igreja foi impulsionada por Staline e conduziu à prisão o cardeal Stefan Wyszynski de 1953 a 1956 tiveram como resultado não a afirmação e reforço da supremacia do Partido Comunista mas pelo contrário o reforço da Igreja que aproveitando a vitimização acentuava o seu prestígio como garante do nacionalismo católico face ao Partido único que actuava sob obediência de Moscovo.

---

13 LINZ, Juan J. and STEPAN, Alfred, *Problems of democratic transitional consolidation*, p 259

14 *The world, the Cold War*, p. 213

15 WALESZA, Lech, *Um caminho de esperança*.

De facto gerou-se um complexo relacionamento entre o Estado e a Igreja Católica de que é um exemplo muito significativo a circunstância de os candidatos a membros do Partido Comunista que eram submetidos a um rigoroso escrutínio não serem obrigados, como acontecia noutros países, a declararem que eram ateus.

A própria Constituição garantia a igualdade dos cidadãos independentemente de professarem ou não a religião católica.

Esta situação peculiar possibilitou-lhe ter capacidade organizativa e exercer uma influência no país singular num regime comunista o que lhe permitiu ser um elemento estruturante da sociedade impossibilitando ao Partido Comunista de exercer um controle total.

A Igreja Católica foi, de certa forma, a expressão cultural e social do nacionalismo polaco e da resistência ao regime comunista e contribuiu grandemente para que houvesse um ainda que muito limitado pluralismo social e cultural.

Se na Polónia a Igreja desempenhava um papel muito importante a sua acção ganhou um enorme impulso, que alguns consideram mesmo decisivo, com a eleição papal do cardeal Karol Wojtyła em 16 de Outubro de 1978, como adiante se sublinhará.

Por outro lado a existência de propriedade privada no sector agrícola permitiu aos agricultores manterem uma, ainda que restrita, autonomia económica face ao Estado, constituindo um sector reactivo ao Partido Comunista por temerem uma sempre possível colectivização das suas propriedades.

Estas circunstâncias impediram que o POUP, apesar dos seus esforços, nunca tivesse conseguido moldar a sociedade polaca à sua ideologia.

Nesta conformidade a maioria da classe operária trocou durante a crise de 1980, a Internacional pelos cânticos religiosos tendo o seu principal dirigente Lech Walesa usado ostensivamente um emblema com a imagem da Virgem colocada na lapela do casaco o que naturalmente se revestia de grande significado simbólico e tivesse incluído nas suas principais reivindicações o acesso da Igreja aos meios de comunicação social.

Estas particularidades facilitarão o aparecimento, em Agosto de 1980, do primeiro sindicato autónomo entre os países do leste denominado *Solidariedade* que viria a assinar com o governo o histórico acordo de Gdansk.

A importância que o *Solidariedade* veria a desempenhar na vida social e política do país ultrapassaria as expectativas de alguns dos seus apoiantes mais influentes.

O próprio Jacek Kuron afirmaria retrospectivamente: “... pensei que seria impossível e ainda penso que o alcançado foi impossível”.<sup>16</sup>

Durante o autoritário regime comunista polaco a resistência centrou-se na sociedade civil porque nunca foi permitida a existência de partidos que reflectissem livremente as várias correntes de opinião da sociedade.

A diversidade e diferenciação das realidades sociais existentes no denominado bloco leste reflectiu-se no pólo oposto, referindo-se, neste contexto, a Bulgária sempre em perfeita sintonia com a União Soviética, dado que era etnicamente eslava, a religião dominante era a ortodoxa, a escrita que utiliza também é o alfabeto cirílico, a língua é muito similar à russa, permanecia na memória histórica o auxílio decisivo prestado pelo Czar Alexandre II na luta de libertação do império otomano em que pereceram 120 mil russos, em memória dos quais foi construída no centro de Sófia a imponente catedral Alexander Nevsky.

Neste quadro o processo de satelização foi relativamente fácil, dadas as afinidades existentes em vários domínios.

Neste país nunca se verificou qualquer crise significativa resultante da contestação popular ao regime dirigido ferreamente por Jivkov, considerado o mais fiel seguidor de Moscovo.

Estas duas situações atrás a floradas revelam as diferenças existentes entre os países o que contrasta com as generalizações correntemente efectuadas que se referem ao antigo leste europeu como um bloco monolítico que procurava seguir fielmente o modelo político, económico e social da União Soviética.

### ***5. As crises recorrentes na Polónia de natureza multifactorial***

As crises na Polónia eram recorrentes salientando-se as mais importantes verificadas em 1956, como atrás se mencionou, em 1970 esta vulgarmente designada a “crise dos Bálticos” apesar de se ter estendido para além dos portos no mar Báltico, e a de 1980-81 que teve consequências muito mais relevantes do que as precedentes.

As greves e a contestação tornavam-se dificilmente explicáveis em termos teóricos dado que em tese para os defensores do regime socialista eram os representantes dos trabalhadores que exerciam o poder.

No dia 12 de Dezembro de 1970 o Governo anunciou o aumento dos produtos alimentares em média no montante de 30%.

---

<sup>16</sup> *Um caminho de esperança*, Lech Walesa

Esta medida sempre impopular foi mais sentida por se efectuar numa época muito próxima das celebrações do Natal e Ano Novo quando há um aumento significativo das despesas provocando ainda maior descontentamento.

Em sinal de protesto começaram as manifestações nos estaleiros Lenine na cidade de Gdansk (posteriormente nasceria nesta cidade o primeiro sindicato independente *Solidariedade*).

Estes importantes estaleiros navais na perspectiva dos seus operários tinham sido recentemente modernizado com o único objectivo de aumentar a capacidade de produção mas não de melhorar ainda que escassamente as duras condições de trabalho que se mantiveram inalteráveis.

Neste contexto foi desencadeada uma insurreição operária que originou violentos confrontos com a polícia especial anti-motim a *Zomo* e o exército na sequência do ataque dos operários a várias sedes dos comités distritais do POUP que provocaram dezenas de mortos e centenas de feridos tendo vários policiaes e militares sido desarmados e feitos prisioneiros.

O governo viu-se obrigado a empregar blindados que entraram no estaleiro para sufocar a rebelião.

Como escreveu Walesa<sup>17</sup> “... queríamos encontrar uma solução na procura desesperada de um interlocutor governamental que atendesse as nossas reivindicações. Mas o que encontrámos diante de nós foi um muro de medo, de raiva e de impotência, uma total ausência de boa vontade, uma incapacidade do governo aceitar qualquer diálogo sobre as nossas reivindicações. Finalmente, fomos obrigados a sair às ruas para sermos ouvidos”.

Os operários na sequência das confrontações apelaram à greve geral agudizando a tensa situação que teve imediatos efeitos a nível político.

Durante a crise a Igreja Católica apoiou, directa e indirectamente os operários tendo em quase todas as paróquias sido efectuadas subscrições de auxílio às vítimas e suas famílias.

Lech Walesa expressamente reconheceu com amargura que Dezembro de 1970 tinha sido desastroso, acrescentando “... 1970 foi um ano escuro e solitário; a nossa causa estava antecipadamente perdida, não podíamos contar com nada nem ninguém.

Pelo que me lembro nenhuma manifestação de apoio da opinião internacional chegou ao nosso conhecimento na Polónia. Eu diria que estávamos simplesmente fora do campo de

---

<sup>17</sup> *Um caminho de esperança*, p. 78.

interesse do Ocidente. Éramos 35 milhões de indivíduos de certo modo suprimidos do mapa da Europa”.<sup>18</sup>

Em obediência à “realpolitik” o ocidente não tomou qualquer atitude de apoio activo aos contestatários polacos. A agitação social que abalou, de novo, o país provocou significativas repercussões a nível interno e constituiu na linguagem metafórica do dirigente sindical uma rede de veios de água, que mais tarde iriam formar a corrente caudalosa de um rio.

Na sequência dos incidentes o Secretário-geral do POUP, Gomoulka foi demitido, no dia 20 de Dezembro, pelo Comité Central por ser acusado de incapacidade para resolver os graves problemas económicos sendo substituído por Edward Gierek que no intuito de acalmar as reivindicações anunciou que durante dois anos não se registariam aumentos de preços.

A política delineada por Gierek, que passou a sua juventude em França tendo aderido ao PC francês em 1931, consistiu em contrair avultados empréstimos nos países ocidentais e incrementar a importação da sua tecnologia que serviriam para estimular e modernizar a economia polaca o que conduziria à produção de mercadorias que seriam exportadas para o ocidente ajudando, assim, ao pagamento dos empréstimos e respectivos juros remuneratórios.

Inicialmente adoptou algumas medidas positivas como a criação, em 1971, do Comité para a Modernização do Sistema Económico que, apesar das expectativas, teve uma actuação pouco eficaz porque as decisões relativas aos investimentos mais importantes que visavam tornar a economia mais eficiente foram controlados pelas autoridades centrais e por não ter elaborado os projectos necessários à reorganização da economia.

No domínio da agrícola aboliu-se a obrigatoriedade de os agricultores venderem parte da sua colheita a organismos estatais, foi permitido que comprassem terras pertencentes ao Estado, concederam-se a todos os agricultores o direito a receberem uma pensão de reforma.

Na realidade com a ajuda dos empréstimos externos, verificou-se uma certa modernização do sector industrial e um aumento do nível de vida da generalidade da população em obediência a um programa de consumo que utilizava slogans como “casa decente para cada família” e “um pequeno automóvel para cada um”.

No entanto passou a constatar-se cada vez mais que o modelo económico permanecia muito centralizado, rígido, pouco eficaz tornando-se cada vez mais dificilmente viável apesar dos empréstimos e tecnologia do ocidente.

---

<sup>18</sup> *Um caminho de esperança*, p. 108 e 109

O ponto de viragem ocorreu em 1973 com o aumento do preço do petróleo e agravou-se a partir de 1975 quando se constatou que a dívida externa continuava a aumentar, quando se esperava que os débitos começassem a ser pagos através do incremento das exportações.

Não obstante a modernização efectivamente verificada a estrutura das exportações continuava sensivelmente a mesma não conseguindo os produtos polacos penetrarem nos mercados ocidentais.

Por outro lado a partir dessa data, 1975, os países ocidentais tornaram-se, em substituição da URSS, o principal fornecedor de bens alimentares que eram naturalmente pagos em divisas, o que agravou a dívida externa.

Para manter artificialmente a estabilidade dos preços ao consumidor e assim garantir a paz social os bens alimentares eram subsidiados onerando o orçamento do país.

Revelando total fidelidade à URSS e garantindo a ortodoxia do regime Gierek decidiu com o apoio do sector mais conservador do Partido modificar, em Fevereiro de 1976, a Constituição que passou a consignar expressamente a Polónia como um estado socialista, confirmou, para que não restassem dúvidas, o papel dirigente do POUP e salientou a amizade e cooperação com a URSS e os outros estados socialistas.

As referências formais e explícitas à amizade com a União Soviética e ao papel dirigente do POUP foram muito impopulares, por contrastarem com a tentativa de Gomoulka no sentido de adquirir maior autonomia face a Moscovo, ocasionando manifestações de protesto,

A situação económica, apesar dos empréstimos externos, não melhorava devido aos erros cometidos e à complexa situação internacional, eclodindo, em 1976, novamente graves incidentes por todo o país que provocaram numerosas prisões devido ao aumento dos preços dos produtos agrícolas, cerca de 60%.

A sua escassez derivou da política governamental de reduzir a dívida externa através do incremento das exportações incluindo produtos alimentares originando um grave problema de abastecimento interno.

O Governo previra que a subida dos preços provocaria alguma contestação mas nunca pensou a na sua amplitude.

Aproveitando o ensejo da comemoração do vigésimo aniversário das manifestações ocorridas em Poznan em 1956, a contestação ao governo espalhou-se por várias cidades do país nomeadamente em Radom, e como habitualmente nas cidades bálticas.

Foram desencadeadas greves em algumas das principais fábricas como a de tractores Ursos, perto de Varsóvia uma das maiores do país.

A repressão foi violenta, tendo sido presos, muitos trabalhadores considerados implicados nos protestos.

Para fazer face à actuação do governo foi criado na cidade de Varsóvia, em Setembro de 1976, o Comité de Defesa dos Operários denominado KOR, que incluía igualmente estudantes e intelectuais, com o objectivo de auxiliar os trabalhadores que tinham sido presos. O KOR solicitou igualmente que fosse aberto um inquérito parlamentar aos incidentes, sendo esta pretensão também sido apoiada pela influente Igreja Católica.

A oposição começava a ter uma estrutura ainda pouco organizada mas que começou a expandir a sua influência a diversos sectores da sociedade.

A principal herança da década de governo de Gierek consistiu no crescimento da “nomenklatura”, aumento do nepotismo em que assentava grandemente a nomeação da burocracia comunista que invadia todas as áreas da vida pública desde a administração à gestão industrial, aos meios de comunicação social e à educação.

O Partido decidia quanto à atribuição de postos-chave não apenas na esfera política, mas igualmente no sector económico onde a sua voz era decisiva.

Foram também construídos, sem qualquer preocupação de rentabilidade e muito menos de protecção ambiental, diversos “elefantes brancos” no sector industrial.

A título exemplificativo menciona-se a gigantesca siderurgia de Katowice financiada pela URSS, a fábrica de enxofre de Siarkopol construída muito perto de Gdansk que provocou um desastre ambiental devido à difusão do pó de enxofre altamente corrosivo que originou um grave problema de saúde pública devido ao aumento de doenças respiratórias.

A “nomenklatura” favorecia a propagação da corrupção e do favoritismo gozando de enormes privilégios.

Como descreve Walesa “as pessoas que haviam assumido o poder na década 1970-80, estavam perfeitamente conscientes que seria uma fase de curta duração e tratavam de aproveitar o máximo. Este pensamento determinava o estilo de vida luxuoso da classe dirigente. Moradias faustosas, festas, caçadas, iates.

Viviam na Polónia em ruínas como se estivessem numa ilha de fantasia.”<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> *Um caminho de esperança*, p. 118 e 119

Entretanto a Polónia havia-se transformado num país industrializado seguindo em linhas gerais o modelo económico soviético através duma planificação centralizada rigidamente executada que tinha por objectivo central criar a denominada “base industrial do socialismo”, sendo subalternizado o desenvolvimento agrícola em relação ao industrial sector que foi considerado essencial para um rápido progresso económico.

Dentro do sector industrial foi dada prioridade à indústria pesada, sobretudo à metalurgia e construção naval, em detrimento da indústria transformadora, que exigiria menos investimentos, criaria mais postos de trabalho, consumiria menos matérias primas especialmente energia, seria muito mais facilmente reconvertida em caso de necessidade.

Criou-se, assim, um fosso, que foi gradualmente aumentando entre a produção de bens de consumo que foi diminuindo e de produção da indústria pesada centrada particularmente na construção naval que foi aumentando gradativamente.

Os planos quinquenais visavam a criação de um modelo económico com elevadas taxas de crescimento sendo imprescindível para se atingir esse objectivo proceder à importação, em grande escala de tecnologia, maquinaria e outros bens de equipamento, tendo o Governo recorrido sistematicamente ao crédito externo para financiar essas importações.

Como consequência desta política económica verificou-se um défice persistente, da balança de pagamentos, a que as autoridades não prestaram atenção por considerarem que uma vez assimiladas as novas tecnologias importadas do ocidente, os produtos fabricados na Polónia se tornariam mais competitivos no mercado internacional, devido ao seu preço mais baixo, e à sua pretensa boa qualidade.

Tal situação conduziria, na previsão governamental, a um aumento sensível das exportações e ao conseqüente reequilíbrio da balança de pagamentos.

Por outro lado os planeadores descuraram os sectores que mais precisavam de serem estimulados como a construção civil, a modernização dos transportes, o melhoramento das vias de comunicação que constituem infra-estruturas vitais de qualquer país.

A agricultura era maioritariamente privada com a propriedade muito fragmentada e que naturalmente funcionava segundo uma lógica diferente dos outros sectores da economia sujeitos a uma planificação estatal.

Um dos grandes problemas surgidos no decurso década 70-80, especialmente a partir de 1975, foi a falta de confiança nas autoridades sentida cada vez mais pela generalidade da população, que sentiam a enorme diferença entre a propaganda oficial e a realidade.

Segundo o discurso oficial haveria um aumento do poder aquisitivo que conduziria à melhoria do nível de vida mas que ao não concretizar-se originou um grande desencanto e insatisfação por as promessas anunciadas e inúmeras vezes repetidas não terem sido cumpridas.

O sector agrícola foi relegado para um plano secundário, começou a atravessar uma profunda crise devido a factores, essencialmente de ordem estrutural.

A estrutura fundiária era arcaica, sendo a extensão média da propriedade agrícola inferior a 5 hectares, cabendo às explorações privadas cerca de 75% das terras aráveis .

O dimensionamento da propriedade, excessivamente pulverizada, impedia ou dificultava a concretização de projectos de desenvolvimento agrícola resistindo os proprietários às tentativas de emparcelamento.

Os agricultores eram persuadidos a aumentarem a produção estimulados essencialmente pelo aumento do preço dos produtos o que provocava o aumento dos preços ao consumir ou que o Estado subsidiasse a produção deixando, assim, os preços de reflectir os custos de produção o que implicava um aumento da despesa estatal.

As, ainda que limitadas reformas económicas, ao procurem racionalizar a actividade económica, reduzindo os subsídios provocavam violentos protestos do operariado industrial, que muitas vezes entravam em greve originando uma crise social e política.

A partir de 1975 pode afirmar-se que a economia polaca começa a sentir os efeitos do crescimento não sustentado e do controle artificial da inflação.

Para fazer face à contínua degradação económica o governo esboçou uma política de redução de investimentos e de austeridade a que a agitação laboral pôs cobro.

Por outro lado a aprovação nesse ano de 1975, pelo Congresso dos EUA da emenda Jackson-Vanick recusando o tratamento de nação mais favorecida e a concessão de créditos bancários às importações e exportações aos países que impusessem restrições ao direito de emigrar reduziu o comércio com os países de leste sendo a Polónia um dos mais afectados.

As autoridades atribuíram, para eximir-se às responsabilidades, a cada vez mais preocupante situação a factores exógenos como as adversas condições climatéricas, que provocaram más colheitas agrícolas, o aumento do preço da energia resultante do denominado “choque petrolífero” que provocou uma retracção nas exportações para os mercados ocidentais.

**6. A particularidade e amplitude da crise de 1980-81 que a distinguiu das precedentes. Importância do Solidariedade e da acção de Lech Walesa.**

A dívida externa polaca que era, em 1970, estimada em 1,1 Biliões de USD atinge, em 1979, 21 Biliões de USD alcançando, em 1981, 25 Biliões de USD, tornando-a, entre os países do COMECON o principal devedor dos países ocidentais.

Em termos comparativos, como se verifica, na relação apresentada em baixo, referente a Julho 1981, de acordo com o “Bank for International Settlements” a dívida externa para com os países ocidentais era muito avultada constituindo o serviço da dívida, juros remuneratórios e amortização, um importante travão à recuperação do país.

• Bulgária	2,1 Biliões de USD
• Hungria	6,9 Biliões USD
• Checoslováquia	3,6 Biliões de USD
• República Democrática da Alemanha	12 Biliões de USD
• Polónia	25 Biliões de USD
• Roménia	9,8 Biliões de USD
• União Soviética	12,4 Biliões de USD

É este o pano de fundo em que se verifica a eclosão da contestação essencialmente operária em 1980, que foi despoletada pelo aumento do preço da carne tendo a demissão de uma operária Anna Walentynowicz, conhecida por criticar a política governamental, servido de pretexto para o início da agitação que foi adquirindo crescente amplitude e se revestiu pelas suas repercussões, a nível interno e externo, de especial relevância.

A nível oficial reconhecia-se que os conflitos socioeconómicos resultavam nomeadamente da existência de um denominador comum que consistia no enfraquecimento dos laços políticos, morais e psicológicos existentes entre o Partido e os trabalhadores, ligações essas que determinavam a força e a influência do partido na sociedade.

Para alguns autores como o Professor Doutor Luís Bresser Pereira num artigo publicado pouco depois de visitar a Polónia durante a qual entrevistou, entre outros, Lech Walesa e Jacek Kuron, publicado na Revista de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (n.º 22 de Julho de 1982, pág.24): ”... a revolução polaca ocorrida entre Agosto de 1980 e Dezembro de 1981,foi uma revolução popular realizada contra a tecno-burocracia e o

modelo estatal da produção.” e acrescenta “... esta revolução pacífica, que teve como causas básicas o autoritarismo opressivo e a crise económica utilizou como arma as greves mas mais importantes do que elas era a consciência de toda a sociedade que era preciso mudar.”

Esta posição afigura-se muito discutível dado que uma revolução tem por objectivo a tomada do poder o que não era a finalidade central do *Solidariedade* dado que não estava preparado (o nível cultural médio do operariado era pouco elevado e daí o recurso a consultores em diversas áreas que aconselhavam a direcção do sindicato e que exerciam grande influência na tomada de decisões) para assumir essa responsabilidade mas também não a queria assumir revelando grande realismo dado envolver um risco demasiado elevado de consequências imprevisíveis tendo em consideração as condições internacionais então existentes.

A tomada do poder apenas era apoiada por sectores minoritários do *Solidariedade* e por certos grupos da oposição mais extremista muito pouco representativa.

A rejeição do objectivo revolucionário da contestação foi igualmente defendida, embora de uma maneira um pouco simplista e redutora ,pelo Presidente do Comité dos Prémios Nobel, Egil Aavik, por ocasião da cerimónia da entrega do Prémio Nobel da Paz a um representante de Walesa, ausente por este recelar fundamentalmente ser impedido de voltar à Polónia, ao declarar: ”... Lech Walesa não desfraldou a bandeira da revolução, ele não buscou outros recursos além da arma pacífica da greve, reconhecida internacionalmente.

O que o preocupa são as necessidades e as reivindicações relativas à vida diária dos operários polacos.

Ele, simplesmente, desejou estabelecer um diálogo, queria apenas tratar de dois problemas: as condições de vida dos operários e o seu direito à negociação.”<sup>20</sup>.

Uma análise objectiva, no entanto, revela que existia uma componente política subjacente às meras reivindicações económicas e laborais.

Uma das razões ponderosas que contribuíram para o resultado alcançado foi a postura moderada de Walesa como o próprio referiu na sua autobiografia, “... se alguém me perguntar qual foi a noção mais importante que me permitiu evoluir tendo em conta a realidade complexa da Polónia posterior a Agosto de 1980 direi: foi ter sabido escolher a “terceira via” nas situações em que as pessoas afirmavam só existirem duas, a conciliação próxima da capitulação, ou a ruptura.

---

20 WALESA, Lech, *Um caminho de esperança*, p. 308 e 309

Na vida, muitas vezes, é indispensável saber multiplicar os caminhos. Muitas vezes temos de escolher um caminho, que não é necessariamente o mais curto, para atingir o objectivo visado” (pág202. da sua autobiografia).

Como em termos empíricos a ciência política revela quando os trabalhadores reivindicam o direito de se organizarem autonomamente originam sempre um impulso de democratização do sistema político e colocam ou podem colocar de forma directa ou indirecta em questão o monopólio do poder.

Na realidade a crise de 1980-81 foi muito diferente pela sua génese, amplitude e repercussões das anteriores apesar de também existirem pontos de contacto.

No domínio interno não teve apenas por objectivo, como anteriormente aconteceu, reivindicações meramente económicas como o aumento do poder aquisitivo da população (segundo o Professor de Estatística da Universidade de Varsóvia, Joseph Bulckek: “a actual situação não é uma crise cíclica. Houve crises cíclicas na Polónia de gravidade diversa em 1948, 1956, 1968, 1970. Agora encontramos-nos diante de uma catástrofe económica sem precedentes”) mas também de natureza social e política, e a nível externo demonstrou novamente as fraquezas endémicas do modelo socialista e revelou a incapacidade da União Soviética em fazer face à situação e controlar os acontecimentos nos países da sua órbita sem ser pela força.

O movimento grevista teve a capacidade de constituir o Comité de Greve Inter Empresas “MKS” o que permitiu que as reivindicações dos trabalhadores das diversas empresas em greve, que até a este momento não passavam de aspirações de uma massa de trabalhadores desorganizada fossem coordenadas por um órgão representativo .

A “MKS” ao introduzir uma certa articulação à contestação possibilitou que o surto grevista de amplas proporções, com múltiplas causas de natureza económica, financeira, política e sociais passasse a constituir um sério desafio ao governo.

Como se mencionou a industrialização maciça efectuada na vigência dos planos quinquenais de inspiração soviética, (1971 – 75 e 1975 – 79) exigiram elevados investimentos obrigando a Polónia a recorrer ao crédito externo contraindo vultuosos empréstimos nos países ocidentais para financiar os seus projectos industriais.

Esta política económica provocou em aumento constante da dívida externa que atingiu, em 1981, vinte e cinco biliões de USD correspondendo o encargo com os pagamentos de juros e amortizações ao valor de cerca de um terço das suas exportações.

Por outro lado houve uma recusa sistemática dos trabalhadores em aceitarem que o preço dos bens básicos aumentassem e se ajustassem ao custo real da produção provocando graves distorções na economia que cedo ou tarde se teriam de manifestar.

Na realidade um dos factores chave da crise consistiu no aumento crescente da dívida externa que por pressão das instituições financeiras ocidentais para ser reescalada provocou a adopção de medidas de austeridade grandemente impopulares.

O POUP tinha-se entretanto transformado num veículo burocrático “para avanços carreiristas” em que as promoções eram baseadas não no mérito e na competência profissional, mas na fidelidade ao regime e apegava-se a manter o monopólio do poder recorrendo ao perigo da ameaça de intervenção soviética, repetindo os velhos slogans da defesa do socialismo, trabalho e sacrifício esperando que a situação se resolvesse por si mesma.

Como refere o mencionado Adam Przeworski, de um lado encontrava-se o Partido que não ousava aplicar a repressão de forma violenta que seria necessariamente sangrenta, negando-se a ceder o exercício do poder baseado no controle da polícia, forças armadas, burocracia, generalidade da imprensa e tribunais, do outro a sociedade profundamente descontente que era incapaz de qualquer impulso revolucionário, com as mãos atadas pela ameaça soviética.

A não existência de formas institucionais de resolução de conflitos provocou o acumular de tensões que pareciam levar a iminentes violentas contestações dado que o Partido rejeitava a partilha do poder político.

Por outro lado dada a situação económica quase catastrófica seria muito difícil melhorar a curto e mesmo a médio prazo o nível de vida da generalidade da população sujeita a grandes privações sem suportar grandes sacrifícios.

Esta situação implicaria que o POUP impulsionasse uma ousada reforma económica que abrisse novas perspectivas para o futuro, mobilizasse psicológica e politicamente a sociedade criando-se, assim um clima de confiança dado que no início de 1980, a população ainda estava disposta a “... deixar que o Partido governasse, desde que soubesse governar”<sup>21</sup>

Nesta conformidade a estabilidade do regime estava, em grande parte, dependente do constante crescimento económico e da subida dos níveis de consumo indicativos de um crescente incremento do nível de vida.

---

21 Adam Przeworski, *A Polónia: A ditadura dos homens sem rosto*, in LAMOUNIER, Bolívar, *A Ciência Política nos anos 80*

Dado que o Partido controlava quase todas as actividades políticas, económicas e sociais, do estado e da sociedade era a ele que a população atribuía a principal responsabilidade quando não eram satisfeitas as suas expectativas.

As causas justificativas da desastrosa situação existente neste período foram diversas, destacando-se, sinteticamente entre outras, as consideradas mais importantes:

*a)* A prioridade dada, nos planos quinquenais, à construção duma poderosa indústria pesada, especialmente a metalúrgica e a naval, em detrimento das indústrias transformadoras ligeiras que exigiriam menos investimentos, criariam mais postos de trabalhos consumiriam menos matérias primas, especialmente energia, seriam mais facilmente reconvertíveis em caso de necessidade.

Outro resultado desta opção consistiu nos particularmente elevados níveis de poluição e danos ambientais provocados especialmente na Alta Silésia, produtora de carvão e Cracóvia devido à localização nas imediações da cidade do grande complexo siderúrgico de Nowa Huta.

Por outro lado a burocracia com a fixação de rígidas quotas de produção acabava por impor e favorecer mais a quantidade do que a qualidade dos produtos produzidos reduzindo assim a possibilidade da sua penetração nos mais exigentes mercados internacionais.

*b)* A administração governamental descuroou os sectores que mais necessitavam de serem estimulados: a construção civil, nomeadamente a habitação, a modernização dos transportes e o melhoramento das vias de comunicação que constituem infra-estruturas vitais de qualquer país.

Não havia incentivos para os indivíduos melhorarem as suas capacidades, sendo a produtividade muito baixa em comparação com os países ocidentais.

No recrutamento de pessoas para assumirem cargos de gestão de responsabilidade, valorizava-se o conformismo, a lealdade e a obediência às orientações estabelecidas pelo Partido em detrimento da capacidade e competência técnica.

*c)* A recessão económica internacional então verificada provocou uma diminuição do comércio internacional e uma quebra das exportações para o Ocidente.

Além disso os produtos polacos tinham, na generalidade, muito pouca competitividade devido à sua baixa qualidade e à ausência duma agressiva campanha comercial e publicitária que fez com que os seus produtos fossem pouco conhecidos nos mercados ocidentais.

A principal indústria polaca era de construção naval que sofreu indirectamente, os efeitos da crise mundial que afectava este sector.

d) O encarecimento dos produtos petrolíferos, sentido a partir de 1973, ano em que o seu preço quadruplicou, provocou reflexos perniciosos na economia, apesar da Polónia ser grande produtor de carvão, necessitava de importar, grandes quantidades de petróleo para fazer face ao consumo interno.

Embora fossem fornecidos pela então União Soviética importantes fornecimentos de petróleo a preços inferiores aos praticados nos mercados internacionais tal quantidade não era suficiente, obrigando a Polónia a importá-lo, a preços correntes, no mercado internacional.

Aliás o denominado “choque petrolífero” produziu um duplo efeito dado que, por um lado acentuou o desequilíbrio da balança comercial dos países importadores, como era o caso da Polónia, mas pelo outro originou um enorme superávit das balanças comerciais dos exportadores provocando uma abundância de petrodólares que eram reciclados através da concessão de empréstimos em condições favoráveis.

e) Conjugando-se com difícil situação que a indústria polaca atravessava a sua agricultura, encontrava-se, igualmente, numa profunda crise devido a factores de ordem estrutural e conjuntural.

Como atrás se referiu a estruturação fundiária era muito dividida, sendo a extensão média da propriedade agrícola inferior a 5 hct., coexistindo simultaneamente, cooperativas estatais e explorações privadas, cabendo a estas últimas a maioria das terras cultiváveis.

Tal dimensionamento da propriedade, excessivamente pulverizada, impedia uma exploração racional, dificultando a concretização de projectos de desenvolvimento agrícola.

Por outro lado os agricultores privados estavam permanentemente inseguros, dada a possibilidade de serem expropriadas pelo Estado as suas pequenas propriedades fundiárias dado que por diversas vezes se discutiu aprofundadamente a possibilidade de se proceder à estatização dessas propriedades.

Este estado de espírito, esta incerteza dificultava que investissem em benfeitorias e equipamentos agrícolas por temerem que uma mudança de política procedesse à nacionalização das terras agrícolas.

Razões de ordem conjuntural, particularmente as más condições climatéricas, com chuvas contínuas e intensas alagando os campos e destruindo as colheitas, dificultando os transportes, contribuíram para uma má produção obrigando à importação de grande quantidade de produtos alimentares e ao conseqüente agravamento da já difícil situação financeira.

f) O mau funcionamento dos circuitos comerciais de distribuição de produtos essenciais conduziram ao deficiente abastecimento dos mercados provocando a sua escassez, conduzindo e originando a formação de longas filas para a sua obtenção e ao funcionamento dum “mercado negro”, paralelo, onde os bens alimentares eram vendidos a altos preços.

Esta situação provocou um descontentamento geral, faltando apenas o aparecimento dum acontecimento que, ao atingir directamente a população, desencadeasse um amplo movimento de oposição e contestação às autoridades governamentais.

O elemento detonador que funcionou como um catalisador foi, como se referiu, o aumento do preço de carne decretado pelo governo, e a demissão da conhecida operária Ana Walentynowicz estritamente ligada a Lech Walesa dado que era madrinha da sua filha Magda.

A razão governamental aduzida foi que seria absolutamente necessário incrementar a produção estimulando-a através dum aumento de preços que tornasse mais compensatória a criação pecuária.

Dada a difícil situação financeira o Estado não teve possibilidade continuar a subsidiar os aumentos de preços, evitando a sua repercussão sobre os consumidores, porque isto criaria um encargo enorme para o seu orçamento.

Além disso, segundo o governo, os recursos financeiros que seriam destinados a manter os preços estáveis desempenhariam uma função social mais importante se fossem canalizados para outras finalidades como melhorar a assistência à terceira idade e os serviços de saúde. Finalmente seria, objectivamente, injusto que quem beneficiava mais com os subsídios estatais fossem os possuidores dos mais elevados rendimentos por serem estes os maiores consumidores de produtos alimentares.

Os referidos argumentos não foram suficientes para apelar o movimento de contestação que essas medidas geraram.

Esse descontentamento teve, evidentemente, reflexos no tecido social e político do país.

O sistema polaco revelou, de forma clara, a ausência de meios de mediação social que permitissem aos governantes detectar o sentimento de insatisfação existente e, conseqüentemente, tomarem as medidas apropriadas para evitar ou pelo menos atenuar a crise.

A permanência e agudização da tensão acompanhada por uma multiplicação de greves e agitação social provocaram uma ainda maior deterioração da situação económica.

A produção industrial diminuiu significativamente, o sector agrícola estagnou, as exportações baixaram, os bens considerados de primeira necessidade começaram a escassear

nos circuitos comerciais dando origem a um florescente mercado negro onde os produtos eram vendidos por preços muito elevados prejudicando as pessoas de escassos recursos.

Num esforço, que se saldaria num fracasso, para tentar começar a estabilizar a situação o governo criou uma “Comissão para a Reforma Económica” destinada a estudar e superintender os trabalhos necessários à criação de um novo modelo de relações económicas e sociais de que resultaria a possibilidade de ser estabelecido um contrato social alargado a estabelecer entre o governo e os vários grupos e forças sociais que permitisse num clima de tranquilidade estabilizar o país.

Uma vez alcançado este objectivo a Comissão procuraria encontrar mecanismos económicos considerados adequados para incentivar as empresas a aumentarem gradativamente a produção para satisfazer a procura do mercado interno.

Uma das dificuldades acrescidas sentidas pela Polónia consistiu na manutenção das relações comerciais externas com os restantes países pertencentes ao COMECON dado existirem protocolos anuais que impunham obrigações que deviam ser cumpridas pela Polónia, como o fornecimento de carvão e a reparação de navios que dadas as circunstâncias não eram cumpridos prejudicando, assim, os outros parceiros.

Por outro lado para tentar estabilizar a situação a União Soviética teve que reforçar os fornecimentos previstos, como o petróleo, o que originava a diminuição da entrega a outros países.

Nesta conformidade Leonid Brejnev escreveu ao seu homólogo Erich Honecker sugerindo, face à crise polaca, que fosse reduzida a entrega de petróleo à RDA para possibilitar aumentar o abastecimento de energia à Polónia.<sup>22</sup>

A nível político havia consultas e troca de impressões frequentes entre os dirigentes dos países membros do Pacto de Varsóvia como revela a carta escrita pelo Secretário-Geral do Partido Comunista da RDA, Honecker ao seu homólogo Brejnev no dia 26 de Novembro de 1980 na qual depois de sublinhar que se deve actuar imediatamente dado que qualquer atraso podia significar “a morte da Polónia socialista “dado que “... ontem os nossos esforços colectivos podiam talvez ser considerados prematuros; hoje são essenciais; amanhã será já demasiado tarde” e acrescenta: ”...os camaradas Husak e Zhivkov (respectivamente Secretários Gerais dos Partidos Comunistas da Checoslováquia e Bulgária) desejariam que se realizasse uma reunião para discutir a questão polaca”(vide anexoII).

Neste quadro a posição inicial da URSS foi dúbia e prestou-se a diversas interpretações.

---

<sup>22</sup> Carta de 4 de Novembro de 1980, in Woodrow Wilson International Center for Scholars., Washington, D.C.

Uma das hipóteses aventadas seria que Moscovo desejaria que a crise se aprofundasse e conduzisse o país a uma situação próxima da anarquia, com graves problemas de abastecimentos o que poderia conduzir a uma sublevação com graves conflitos violentos o pondo em causa a paz social e geraria um clima de desordem generalizada o que justificaria uma intervenção externa dos países da “comunidade socialista” que a pedido do governo polaco vinham restabelecer a ordem evitando uma sangrenta guerra civil.

Sejam quais forem as hipóteses aduzidas a realidade confirmava a existência de uma profunda crise e um desajustamento entre uma sociedade cultural e socialmente desenvolvida e a rigidez ideológica do POUP que nunca conseguiu, ao contrário do que sucedeu com os outros países do Leste, impor a sua hegemonia ao país nomeadamente graças ao papel desempenhado pela Igreja Católica.

Os sindicatos oficiais tinham-se transformado num aparelho ao serviço da política governamental, deixando de ser o porta-voz dos trabalhadores junto das autoridades governamentais para passarem a ser um correia de transmissão do Partido sem autonomia, não exercendo qualquer função reivindicativa antes obedecendo, passivamente, às directivas do governo.

Perderam deste modo, credibilidade junto da generalidade dos operários ficando totalmente desacreditados.

Alem disso a estatização dos principais meios de produção deu origem ao aparecimento duma nova classe burocrática que paulatina mas gradualmente se transformou numa casta privilegiada, gozando de regalias especiais e concitando contra si as criticas das classes activas do país que a consideravam parasitária.

No aspecto político embora a Polónia pertencesse à “comunidade socialista” fazendo parte do Pacto de Varsóvia e do COMECON tinha características especiais, como atrás se mencionou, que a diferenciam dos restantes países do Leste europeu.

A Igreja Católica, secularmente implantada no país, cuja população é, na sua esmagadora maioria, católica, pela sua influência e prestígio impediu que o POUP controlasse, hegemonicamente, a vida cultural e social ,tornando-se um dos pólos fundamentais da sociedade polaca e desempenhando uma função de contra-peso à influência do Partido Operário Unificado Polaco.

Verificou-se, deste modo, que a sociedade começava a manifestar sinais de profunda insatisfação que se ia propagando devido à ausência de respostas das autoridades.

O povo polaco demonstrou que, após dezenas de anos de regime comunista, continuava intimamente ligado à Igreja e através desta à sua identidade nacional e à civilização ocidental.

Contribui para esse reforço a ligação especial que os emigrantes polacos, localizados, predominantemente, nos Estados Unidos da América, mantinham com o seu país através de visitas à Polónia, estilando, no contacto com a população os ideais de liberdade política e sindical características do modelo ocidental.

O surto grevista de 1980, foi despoletado com a contestação dos trabalhadores do estaleiro naval Lenine, o mais importante do país, situado na cidade de Gdansk, tradicional foco da contestação, liderada pelo carismático electricista Walesa católico convicto, até então quase desconhecido, que seria eleito Presidente do sindicato autónomo pela Comissão Nacional Coordenadora do *Solidariedade*.

A sua notoriedade entre a opinião pública aumentou quando foi distinguido com o Prémio Nobel da Paz em 1983, o que lhe permitiu reforçar e amplificar a sua projecção internacional dando ainda mais visibilidade nos “media” internacionais à situação polaca.

Sem grande cultura Walesa revelou-se um dirigente carismático com grande sentido táctico como demonstra a afirmação “... desde a idade em que aprendi a jogar xadrez criei o hábito de dar mais atenção às peças do meu adversário que às minhas. Sempre me coloco no lugar do outro, avaliando as suas possibilidades, prevendo as suas reacções, as suas prováveis respostas. Assim, já sabia como as autoridades reagiriam à presença à frente da greve, de indivíduos qualificados como “elementos anti socialistas.”<sup>23</sup>

Os grevistas tiveram um dirigente dotado de apurado sentido táctico e que mantinha excelentes relações com a Igreja Católica, e contaram com o aconselhamento de destacados intelectuais como Bronislaw Geremek, Michnick, e especialmente do considerado o mais destacado estratega do *Solidariedade* e líder do KOR, Jacek Kuron, que inspirados de certa maneira em Gramsci entendiam ser prioritário não a conquista do poder mas da sociedade através do aumento da sua influência.

A importante actuação de Kuron, juntamente com outros intelectuais, conseguiu que a direcção do *Solidariedade*, mesmo nos momentos mais difíceis e complexos, não cometesse o erro fatal de através de manifestações de massa provocar um levantamento popular anti-soviético de consequências imprevisíveis.

As breves e espontâneas manifestações contra a URSS foram rapidamente controladas conseguindo-se reconduzir os manifestantes para dentro das fábricas e salas de reunião.

---

<sup>23</sup> *Um caminho de esperança*, p. 181 e 182

Como refere Adam Przeworski no seu artigo<sup>24</sup> “The man of iron and men of power” ao comentar o filme do conhecido realizador polaco Wajda intitulado: *O homem de ferro*, a linha dura do POUP desejava que o *Solidariedade* saísse à rua para poder ser esmagado recordando os acontecimentos de 1956 e 1970 quando os trabalhadores saíram à rua e perderam.

A situação agravar-se-ia sendo o factor que serviu de detonante o despedimento de uma operária, simples operadora de grua, totalmente desconhecido da opinião pública mas que gozava de grande prestígio entre o operariado, chamada Anna Walentynowicz por criticar a política governamental e defender a necessidade da criação de um sindicato independente do poder político.

Esta operária trabalhava nos estaleiros de Gdansk desde 1950 e recebera as mais altas condecorações pela sua grande dedicação ao trabalho entre as quais a Cruz de Ouro do Mérito, conferida por excepcionais serviços prestados ao país.

Tornou-se indesejável dado que a sua atitude critica podia influenciar e persuadir outros trabalhadores sendo, por isso, necessário isolá-la do contacto com os outros operários.

Por outro lado as reivindicações, ao contrário do que anteriormente acontecera, não se limitaram a exigir melhores salários e aumento do nível de vida, isto é ultrapassaram as meras reivindicações económicas como demonstraram algumas das solicitações mais relevantes formuladas pelos operários em Agosto de 1980.

Destacava-se, entre elas, a criação de um novo sindicato independente das organizações sindicais oficiais que eram controladas pelo Partido Comunista que seria reconhecido pelas autoridades e formalmente registado em Novembro de 1980.

Entre as mais significativas reivindicações, apresentadas em 22 de Agosto de 1980, algumas das quais de nítido cariz político que constituíam um sério desafio ao sistema socialista referem-se:

a) Reconhecimento de sindicatos livres e independentes, com base na Convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa à liberdade sindical, ratificada pela Polónia, sendo as eleições para os cargos dirigentes secretas, baseados em princípios democráticos;

b) Liberdade de expressão e de publicação;

c) Reconhecimento do direito à greve e da segurança dos grevistas;

d) Libertação dos presos políticos;

---

24 Adam Przeworski, *A Polónia: A ditadura dos homens sem rosto*, in LAMOUNIER, Bolívar, *A Ciência Política nos anos 80*,

e) Por intermédio dos órgãos de comunicação social informar a população da criação do Comité de Greve Inter Empresas e tornar público, as suas reivindicações;

f) Instauração de uma escala móvel dos salários, isto é que fossem indexados à inflação.

As autoridades, face à amplitude da contestação viram-se obrigadas depois de complexas negociações a fazer importantes concessões aos grevistas que seriam concretizadas num acordo assinado em 31 de Agosto de 1980, conhecido como de Gdansk que, embora pudesse ser encarado como uma solução de compromisso dado que era aceite o papel dirigente do Partido Comunista e reconhecido o *Solidariedade* como independente e “auto governado” foi entendido como uma pesada derrota governamental.

Alegadamente por motivos de saúde mas na realidade por ter perdido o controle dos acontecimentos o Secretário-geral do POUP, Gierek foi substituído, a 6 de Setembro de 1980, tendo, após a instauração da Lei Marcial, sido preso durante um ano por ter sido considerado responsável pelas políticas desastrosas que conduziram o país à beira do abismo.

Sucedeu-lhe Stanislaw Kania considerado um verdadeiro “apparatchik” dado que frequentou a escola de quadros do partido, e subiu toda a hierarquia tendo sido eleito membro do Politburo em 1975.

Exerceu, apesar do seu passado de fidelidade partidária, o poder apenas durante escassos meses, de 6 de Setembro de 1980 a 18 de Outubro de 1981, sendo substituído pelo General Jaruzelski o que revelava claramente a grande instabilidade existente resultante da complexa e profunda crise.

A perda de credibilidade do Governo, a grande desconfiança existente entre os principais interlocutores, a permanente ameaça de greves, a necessidade de restaurar a disciplina e a autoridade do Estado conduziram, como atrás se mencionou, à nomeação do General Jaruzelski para o cargo de Primeiro Ministro, sendo nomeado Vice Primeiro Ministro Mieczyslaw Rakowski encarregado das difíceis e complexas negociações com o futuro sindicato *Solidariedade*.

O novo Vice-Primeiro-Ministro tinha sido o principal redactor do influente semanário *Polityka*, era tido como uma personalidade flexível, com abertura de espírito, um político responsável que representava uma esperança para a generalidade das pessoas.

Apesar disso as várias tentativas para se alcançar uma solução de compromisso falharam quando forças policiais dissolveram pela força uma grande reunião organizada, em Março de 1981, pelo *Solidariedade* em Bydgoszcz.

A resposta do sindicato a esta acção policial provocou divisões no seio do *Solidariedade* entre as facções mais radicais que criam decretar de imediato uma greve geral e as moderadas,

nas quais se incluía Walesa que na sua autobiografia “Um caminho da esperança”<sup>25</sup>, confessa ter sido apanhado pelos acontecimentos dado que como afirmou:” ...jamais desejei e me preparei para o papel de líder”, que se opunham a essa iniciativa considerando que radicalizaria a situação.

Perante toda esta turbulência tornou-se imperioso que o POUP reagisse o que implicou a realização do seu Primeiro Congresso Extraordinário efectuado em 14 Julho de 1981, que constituía um sinal claro das mudanças que iriam suceder.

Pela primeira vez num partido comunista da Europa de Leste as decisões importantes foram tomadas depois de aprovadas por voto secreto o que significava uma mudança radical relativamente às anteriores votações.

O Partido foi profundamente renovado, a quase totalidade do Comité Central, composto por 200 membros, foi substituída, apenas quatro dos quinze elementos do Politburo permaneceram em funções, metade dos dirigentes regionais e mais de metade dos responsáveis pelos comités das fábricas foram demitidos.

O *Solidariedade*, no Outono de 1981, tinha-se transformado numa poderosa organização, com uma composição heterogénea de cerca de 9 milhões de membros (para o POUP totalizaria 6 milhões), com delegações em todo o país e possuía funcionários que a tempo inteiro trabalhavam para o sindicato que passou a constituir a verdadeira representação da classe operária.

Os seus dirigentes tinham consciência que uma organização tão ampla revelaria divergências internas que com o decurso do tempo a poderiam enfraquecer.

Detectavam-se no seu interior várias sensibilidades, a pragmática representada especialmente pelos seus conselheiros, intelectuais e quadros qualificados que eram realistas com sentido das responsabilidades opondo-se a qualquer deriva extremista, a organizacional representada pelos delegados de Gdansk que se preocupava em coordenar e manter a coesão do movimento sindical e a denominada acção prática que defendia a estratégia pela qual se poderia chegar a um compromisso com o poder que permitisse inserir o *Solidariedade* num futuro cenário político enquanto força independente, não submissa ao Partido.

Como uma espécie de “slogan” defendia que os trabalhadores deveriam ter por objectivo imediato “trabalhar o melhor possível, o mais inteligentemente possível e ganhar o máximo possível”.

---

25 P. 11

No seu interior existia ainda uma ala mais radical que desejava transformar o *Solidariedade* num movimento de oposição política, dotado de uma estratégia para chegar ao poder através da conquista das instituições.

Para os elementos comunistas da “linha dura”, apoiados por Moscovo, o *Solidariedade* era manipulado directa ou indirectamente pelas redes de espionagem ocidentais que procuravam debilitar o regime socialista e que na prática pelos objectivos prosseguidos desejava no futuro transformar-se num partido político.

Nesta altura o Partido, apesar do Congresso extraordinário, continuava num impasse dado que qualquer concessão política relevante seria muito dificilmente aceite por Moscovo, enquanto que qualquer reafirmação de controle encontrava resistência na sociedade.

Esperava, assim, que a agitação se acalmasse por si própria mesmo por exaustão possibilitando-lhe manter-se apegado ao exercício do poder.

Por outro lado o *Solidariedade* no seu Primeiro Congresso, em 7 de Outubro de 1981, aprovou o texto de um programa de acção que era praticamente um programa de governo revelando claramente que já não ser um mero sindicato preocupado apenas com as reivindicações económicas e laborais mas procurando segundo alguns “voar mais alto que as suas asas.”

Entre os diversos “itens “ aprovados referem-se:

- Fim do monopólio governamental dos meios de comunicação;
- Realização de eleições livres;
- Criação de um poder judicial independente;
- Despolitização da polícia;
- Independência do Parlamento.

O *Solidariedade* transformara-se num movimento social de grande dimensão e heterogeneidade depositário da esperança de milhões de pessoas sem confiança nas instituições.

Efectuou reivindicações políticas como a realização de eleições livres que a verificarem-se significariam quase certamente a derrota esmagadora do POUP o que conduziria inevitavelmente à confrontação.

O sector sindical mais extremista não estava na disposição de reconhecer o papel de liderança desempenhado pelo Partido parecendo contestar a sua acção de guia da sociedade e chegou a colocar em causa a manutenção das alianças internacionais da Polónia, isto é a sua

manutenção no Pacto de Varsóvia e COMECON demonstrando, assim a sua falta de realismo e excesso de voluntarismo.

Prevaleceu a moderação dado que a vencedora seria a ala moderada liderada por Walesa e assessorada, entre outros, pelo respeitado intelectual Kuron .

O regime reagiu politicamente a este desafio e ainda no mês de Outubro, Kania foi afastado de Secretário-geral do POUP e substituído pelo influente General Jaruzelski que continuou a desempenhar as funções de Primeiro-Ministro.

Perante o avolumar da crise cujo desfecho se afigurava imprevisível, o Cardeal Glemp que tinha exercido uma acção moderadora e apaziguadora procurou que a tensão diminuísse ao conseguir, no dia 4 de Novembro de 1981, realizar uma reunião entre Walesa e o recém nomeado Secretário-geral Jaruzelski o que originou grandes expectativas no sentido de se poder alcançar uma plataforma de entendimento.

Os objectivos da participação do Governo na mencionada reunião foram diversos visando, nomeadamente, alcançar um compromisso, encetar uma manobra táctica para ganhar tempo, tentar dividir o *Solidariedade* que dada a sua expansão (devido ao efeito “bola de neve” chegou a ter cerca de 9 milhões de filiados que conjuntamente com o *Solidariedade Rural*, com 2 milhões perfazia cerca de 11 milhões) começava a ter no seu interior pontos de vista diferentes e mesmo divergentes, e procuraria dar um sinal de boa vontade perante a opinião pública demonstrando a sua abertura e disponibilidade ao diálogo.

Em termos políticos Jaruzelski propôs uma nova versão da habitual e repetida fórmula utilizada em vários países socialistas, da criação de uma renovada Frente Nacional.

Nesta conformidade o *Solidariedade* seria um dos membros, que integraria uma nova organização que se denominaria Frente de Entendimento Nacional.

A intenção do Secretário-geral e Primeiro-Ministro seria, dado o papel dirigente do Partido Comunista tido por inegociável, que este pudesse controlar a oposição centrada sobretudo no *Solidariedade* diluindo-a na Frente de Entendimento Nacional.

Esta proposta foi rejeitada pelo *Solidariedade* que considerou ficar subalternizado dado que o POUP teria uma acção preponderante e determinante nesta na Frente o que conduziu à agudização da crise e ao aumento da contestação social.

Com este pano de fundo na noite de 12 para 13 de Dezembro de 1981 foi imposta pelo Conselho de Estado a Lei Marcial, que ilegalizaria o *Solidariedade*, levaria à prisão os seus principais dirigentes incluindo Lech Walesa mantido sob grande vigilância , à criação do Conselho Militar de Salvação Nacional, (WRON), uma espécie de Junta Militar.

Esta situação revelava a fragilidade e inoperância do Partido que tinha perdido o controle sobre a sociedade.

As críticas à acção do Partido provinham igualmente da corrente mais ortodoxa que admitia os erros cometidos que conduziram à perda do contacto com a população, reconhecendo que a classe trabalhadora tinha fundados motivos para não estar satisfeita e lamentavam a preocupante falta de autoridade dado que decisões tomadas a alto nível não eram na prática cumpridas pelos escalões inferiores para além de criticarem as excessivas concessões ao *Solidariedade*.

Apegada ao monopólio do poder o POUP, repetia os apelos ao trabalho, disciplina, sacrifício mas não conseguia mobilizar os seus apoiantes, e invoca a ameaça de uma intervenção soviética.

As Forças Armadas com especial destaque para o exército executaram com determinação e disciplinadamente as ordens recebidas e tornaram-se o centro de gravidade da difícil e complexa situação.

Numa dramática declaração ao país Jaruzelski justificou a tomada do poder dado que existia um interminável conflito, uma situação caótica que conduzia o país à beira do abismo o que o forçava a assumir tão grande responsabilidade e a tomar medidas de emergência.<sup>26</sup>

De acordo com a revista *Kultura*, n.º 4 de Abril de 1987, o antigo Secretário-geral do POUP, Stanislaw Kania, cita um oficial do Estado Maior das Forças Armadas polacas, Coronel Ryszard Kuklinski, segundo o qual "...desde a legalização do *Solidariedade* estava a ser preparada uma intervenção militar e estavam a aumentar as pressões e intervenções directas do Kremlin para obrigar as autoridades polacas àquilo que Brejnev designava como "inversão dos acontecimentos".

Nesta perspectiva o factor principal para a adopção desta medida extrema, como era a imposição da Lei Marcial, teria sido a constante pressão de Moscovo que incluía reuniões e frequentes contactos telefónicos semanais entre Brejnev e o seu homólogo polaco em que era avaliada a preocupante situação (in memorandum da reunião do Politburo do PCUS realizada em 22 de Janeiro de 1981, Woodrow Wilson International Centre for Scholars, Washington, D.C.).

De facto a intervenção das forças Armadas polacas, numa espécie de golpe de força, não teria sido somente a forma de manter o regime mas evitar a eminente invasão soviética o que

---

<sup>26</sup> Jaruzelski, Prime Minister of Poland, *Selected Speeches*, p. 28-30.

Ihe conferiu um tanto paradoxalmente um carácter nacionalista que explicaria a reduzida resistência verificada.

Registou-se somente um incidente violento na mina de Wujek tendo sido mortos alguns mineiros devido aos disparos das forças policiais anti-motim.

O reduzido número de vítimas contrasta com os resultados da contestação iniciada na cidade de Poznan em 1956 em que se verificaram largas dezenas de mortos e centenas de feridos.

A acção militar, nas circunstâncias actuais, dada a agitação social então existente, seria para parte da população sentida como um mal menor.

Com a entrada em vigor da Lei Marcial o General Jaruzelski redefinia o regime de um partido único para um estado autoritário, burocrático, controlado pelas Forças Armadas que se diferenciavam do partido comunista.

O *Solidariedade* foi formalmente abolido em Outubro de 1982, passando a viver na clandestinidade. Verificou-se uma profunda purga no Partido, o que levou à expulsão de 12 mil membros e à saída de 129 mil filiados.

Esta medida drástica seria incapaz de evitar o crescente descontentamento da população que apoiada pela Igreja Católica passou de uma certa resignação para a crítica silenciosa, agravou ainda mais a situação da economia, afectou significativamente a nível externo a imagem do país.

Criadas as condições políticas, mas não sociais, os militares que estavam na realidade a controlar o país delinearam um reforma que na sua perspectiva, embora envolvesse grande austeridade, permitiria sanear as finanças públicas através da drástica eliminação de subsídios que constituíam um carga considerável para o orçamento estatal.

Tendo deixado de receber créditos dos países ocidentais por razões políticas, a economia foi sendo cada vez mais reorientada para o COMECON, especialmente após a assinatura com a União Soviética, em Maio de 1984, de um Programa de Longo Prazo para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação Técnica.

Devido à execução das medidas de austeridade a situação económica parecia estar a melhorar com a acalmia social tendo crescido 6% em 1984, mas cairia novamente 3% no ano seguinte sendo esta queda acompanhada por uma grande diminuição das exportações o que conduziu a que no ano seguinte, 1986, a dívida externa atingisse USD 33,500 biliões, aumento significativo comparado com o montante registado em 1982, USD 25,000 biliões.

Tendo-se chegado a um impasse a Lei Marcial seria levantada em Julho de 1983 mantendo-se o General Jaruzelski e os militares em postos chave do governo e da administração.

As várias tentativas propagandísticas que ainda tentaram atrair pessoas para o Partido saldaram-se num fracasso.

A iniciativa de reformulação sindical com a criação da OPZZ, uma espécie de organização central dos trabalhadores conseguiu, em 1984, atingir o máximo de 4 milhões de membros quando o *Solidariedade*, em 1982, antes da sua ilegalização, contava com 9 milhões de filiados, isto é mais do dobro de filiados.

A dimensão da dívida externa e as sanções ocidentais obrigaram a uma grande limitação das importações com reflexos nos abastecimentos, verificando-se também uma redução dos investimentos.

Nestas condições as possíveis tentativas de introdução de reformas visando criar mecanismos próprios de uma economia de mercado seriam problemática e de alto risco.

Um factor importante que teve uma influência considerada determinante no abandono pelas autoridades das aspirações reformistas foi a pressão da base social apoiante da manutenção do “status quo”.

Na realidade a imposição da Lei Marcial foi apoiada pelos sectores mais ortodoxos da sociedade polaca, pela “nomenklatura”, pessoas mais idosas, sectores do operariado não qualificado ou seja os grupos que recebiam qualquer tipo de mudança que poderia trazer insegurança, tensões e mesmo conflitos por considerarem mais importante a manutenção da sua tranquilidade, segurança, e defenderam a persistência do paternalismo do Estado.

Entre esses grupos destacava-se pela sua militância a União Patriótica de Grunwald que com slogans e palavras de ordem patrióticas iniciou uma activa campanha propagandística e de intimidação contra os meios oposicionistas que na sua perspectiva visavam o derrube do socialismo.

Haveria devido às greves um clima de instabilidade que na sua opinião se tinha convertido numa espécie de “guerra psicológica” que era fundamental terminar.

Era, na sua perspectiva, necessário privilegiar o combate ideológico considerando que a ideologia não era uma abstracção mas um factor que permeia e motiva toda a actividade humana e que fundamentalmente seria uma expressão dos interesses de classe.

No campo oposto situavam-se os grupos abertos à mudança e nela interessados, jovens, operários qualificados, intelectuais, que mantiveram-se apoiantes do banido *Solidariedade* e hostis ao governo e críticos da Lei Marcial.

Deste modo à vontade de mudança correspondia também uma resistência por parte de grupos ainda que minoritários com os quais o governo podia politicamente contar e que detinham um considerável poder e influência sobretudo no aparelho de estado.

Em síntese, a imposição da Lei Marcial somente conseguiu um objectivo, a manutenção da ordem pública e a normalização do país, fracassando completamente nos outros domínios nomeadamente económico e financeiro.

### ***7. A importante acção da Igreja Católica e do João Paulo II***

No final da década de 1970, as Igrejas do Leste estavam relativamente isoladas, falando-se da “Igreja do silêncio” e escolhiam entre duas possíveis estratégias perante o poder comunista, a da sobrevivência, que implicava a cedência e o compromisso para não serem destruídas ou a resistência que privilegiava a reacção possível, o testemunho moral assumindo os inerentes riscos.

A Igreja Católica pela influência que tradicionalmente manteve ao longo da conturbada história da Polónia gozava de grande prestígio entre a população não se inibindo de criticar, apesar das limitações existentes, o regime.

O próprio Lech Walesa refere na sua autobiografia que a sua mãe era uma católica fervorosa e sublinha “...posso dizer que suguei a minha fé juntamente com o leite materno.”<sup>27</sup>

A eleição do Papa João Paulo II em 16 de Outubro de 1978, foi uma espécie de catalisador, que alguns designaram como “terramoto psicológico” para a Europa de leste em geral e muito particularmente para a Polónia, onde as ondas de choque se fizeram imediatamente sentir contribuindo significativamente para o estímulo e reforço dos opositores à actuação governamental.

Pela primeira vez em 455 anos, um não italiano, eslavo, oriundo dum país comunista foi eleito, contra todas as expectativas, Papa.

À noite desse mesmo dia milhares de pessoas reuniram-se na principal praça de Cracóvia conscientes que o importante não tinha sido a eleição de um Papa não italiano após cerca de cinco séculos mas a circunstância de o novo “sucessor de Pedro” ser polaco, profundo conhecedor da realidade do país .

A acção moderadora e apaziguadora desempenhada pela Igreja Católica foi determinante para a evolução da situação tendo na prática conseguido evitar uma perigosa radicalização susceptível de conduzir a confrontações sangrentas

Segundo Walesa: “...a Igreja Católica constituiu a base sem a qual nada teria sido possível realizar. Sem a sua actuação persistente e comedida a situação explosiva existente teria degenerado em contestações incontroláveis.”<sup>28</sup> .

---

<sup>27</sup> *Um caminho de esperança*

Mesmo durante a Lei Marcial a Igreja continuou, em certa medida, a desempenhar um papel mediador.

O poder necessitava pelo menos da não hostilidade da hierarquia eclesiástica que embora simpatizasse com o *Solidariedade* se abstinha de tomar uma posição demasiado crítica e directa.

Neste contexto foi concedida autorização a Walesa, durante a sua prisão, para ter encontros, evidentemente previamente autorizados pelo governo com o porta-voz do episcopado polaco, Alojzy Orszulik, e mesmo com alguns bispos, que o punham a par do evoluir da situação.

O episcopado foi liderado durante um longo período de tempo pelo Cardeal Wyszyński que gozava de grande prestígio por ter estado preso de 1953 a 1956 e ter conseguido um “modus vivendi” com o Governo de Gomoulka (após os violentos tumultos operários nas cidades bálticas foi substituído, em 1970, por Edward Gierek) que de certa maneira preservou a existência e influência da Igreja.

O então Cardeal de Varsóvia pela sua experiência, compreendeu o papel fundamental que a Polónia na altura desempenhava no equilíbrio de forças Leste-Oeste, pertencendo ao bloco geopolítico do leste que, como afirmava L. Brejnev era imutável, de acordo com os princípios da doutrina de soberania limitada.

No decurso da crise 1980-81, a hierarquia católica apoiou, discretamente, os grevistas mas, simultaneamente contribuir para superar a crise, procurando evitar confrontos que conduzissem a situações de ruptura .

O Conselho Episcopal analisando a situação, que era extremamente delicada, afirmaria genericamente que os problemas laborais deviam ser resolvidos através do diálogo, asseguraram aos grevistas a sua compreensão mas estes deveriam dar provas de prudência. Esta orientação seria reforçada pela homília do Cardeal Wyszyński durante a peregrinação à Virgem Negra de Czestochowa, o mais importante santuário da Polónia, ao apelar à calma, ao mútuo equilíbrio, à prudência, à responsabilidade e ao salientar que apesar das justas razões existentes nada se conseguiria sem trabalho. Manifestou a opinião que não se devia exigir demasiado mas apenas o possível.

Após a assinatura do Acordo de Gdansk, o dirigente sindical Walesa foi recebido pelo então Primaz que definiu como “um homem da História, de grande visão. Cada um dos seus gestos parecia exprimir os dois milénios da Igreja.

---

<sup>28</sup>*Um caminho de esperança, p.111*

Toda a nossa pressa, todo o nosso frenesim, ficavam imobilizados. De repente, tudo adquiria uma outra dimensão.”<sup>29</sup>.

As citadas palavras são paradigmáticas da prudência da Igreja em relação aos conflitos laborais, mesmo quando, embora esporadicamente, foram cometidos actos violentos como o assassinato do padre Jerzy Popiełuszko, que se tornou conhecido por ser especialmente crítico das autoridades governamentais, alegadamente cometido pelos serviços secretos obedecendo ou não a ordens superiores para intimidar os contestatários.

Este acto criminoso teve ampla repercussão e serviu de motivo para reforçar o vínculo profundo, já enraizado entre a população e a Igreja.

O assassinato do padre tornou-se um elemento de coesão entre as forças da oposição e um embaraço para o regime

Na mesma esteira foram as afirmações, particularmente importantes, proferidas pelo então bispo de Gdansk (importante cidade portuária onde nasceria o *Solidariedade*), Kaczmarek, cuja diocese foi o centro nevrálgico da crise, ao manifestar compreensão pelos operários que lutam para uma melhoria de vida, mas avisando que a greve prolongada, o desencadeamento de motins ou eventual derramamento de sangue são contrários ao interesse da Nação, devendo os operários agir ponderadamente.

Esta orientação geral da Igreja de moderação tendente a apaziguar os conflitos chegou a ser elogiada pelo próprio governo.

---

<sup>29</sup> *Um caminho de esperança*, p. 199.

No início da sessão do Parlamento “Sejm”, em 5 de Setembro de 1980, o na altura Primeiro-Ministro Pinkowski prestou homenagem ao patriotismo e ao sentido das responsabilidades da Igreja Católica acrescentando: “Espero que a Igreja Católica agindo pelo bem do país compreenderá a futura acção do governo”.

Nesta conformidade podemos afirmar que a Igreja Católica procurou não se transformar num contra-poder em oposição radical às autoridades mas assumiu um papel de autoridade moral, permanecendo fiel ao seu compromisso popular constituindo um elemento agregador da sociedade e recusando tomar atitudes extremistas.

Procurou manter a sua liberdade de acção que não se restringia ao campo religioso mas se estendia aos domínios sociais, culturais aumentando a sua influência..

Como consequência da sua atitude que foi elogiada pelo próprio governo, como atrás se referiu, obteve uma importante vitória psicológica ao conseguir que o Ministro dos Assuntos Religiosos, Kuberski, autorizasse a radiodifusão da missa dominical o que aconteceu pela primeira vez na Polónia desde a instauração do regime comunista.

Esta concessão das autoridades foi, no entanto, entendida pela generalidade da população não como uma demonstração de boa vontade, apaziguadora, mas como uma demonstração da debilidade do Governo.

A decisão do novo Papa de visitar o seu país natal, aprazada para Maio de 1979 foi inicialmente considerada inaceitável pelas autoridades mas, no que foi interpretado como uma crescente fragilização do poder este aceitaria que a deslocação se efectuasse em Junho desse ano apesar de o sector mais ortodoxo do POUP ser absolutamente contra a deslocação considerada muito perigosa para o regime.

Esta era igualmente a posição de Brejnev que pressionou o seu homólogo polaco para não autorizar a visita que, segundo a sua opinião: “...só traria problemas” ao que Gierek retorquiu ser muito difícil recusar ao primeiro Papa polaco da história deslocar-se ao seu país natal”.<sup>30</sup>

O motivo oficial justificativo da visita foi a deslocação a Cracóvia para celebrar os mil anos (1079) do assassinato do Bispo Stanislaw de Szczepanov quando celebrava missa na Igreja de S. Miguel pelo próprio rei Boleslaw dado que o bispo martirizado não queria que a Igreja obedecesse ao Rei e se tornasse um mero instrumento manipulado pelo soberano.

Este facto poderia significar que João Paulo II procuraria, baseado num facto histórico que significou o mais violento conflito entre a Igreja e o Estado em toda a História do país, realçar

---

<sup>30</sup> Georges Weigel, *Witness to the Hope* pp.184,185

o papel independente que a Igreja, como no passado, deveria prosseguir apesar das dificuldades.

Discursando a 10 de Junho perante um milhão de fiéis reunidos na vasta planície de Bione, perto de Cracóvia declarou: "...é preciso abrir as fronteiras!" no que foi entendido como uma crítica aos impedimentos e obstáculos colocados pelas autoridades à circulação das pessoas, muitas das quais eram impedidas de se deslocarem ao estrangeiro.

Encarada esta primeira visita, que teve um acolhimento triunfal por parte da população, com o distanciamento, que o tempo já decorrido permite, verifica-se que os dirigentes polacos ao permitirem a deslocação nos condicionalismos existentes cometeram um enorme erro de cálculo subestimando o impacto que a visita provocou criando uma nova dinâmica de contestação ao Governo e o que era mais perigoso incutiu nos polacos a sensação que o regime poderia ser contestado dado que o Papa tinha demolido "o muro psicológico do medo".

Com o evoluir da situação e, sobretudo após a declaração da Lei Marcial, alguns grupos e círculos da oposição ao governo chegaram a considerar o *Solidariedade* como uma coisa do passado e apostavam numa outra estratégia na qual a Igreja desempenharia um papel fulcral dado que sob sua protecção e orientação seriam criados sindicatos de inspiração cristã e um partido Democrata Cristão que numa futura Polónia democrática seria, segundo pensavam, o mais importante do país.

Esta possibilidade contaria com o apoio de parte do significativa do Episcopado que considerava encerrado o período do *Solidariedade* e julgava natural o regresso da Igreja ao seu papel tradicional, nas épocas de profunda crise, como garante dos interesses permanentes e da identidade da nação.

No entanto a corrente maioritária dos bispos na qual se incluiria o Papa João Paulo II, que não apoiaria esta possibilidade ,sempre exprimiu o seu apoio ao *Solidariedade* e advertiu a Igreja contra a procura de um entendimento com as autoridades, que em troca pudesse directa ou indirectamente conduzir a prazo mais ou menos longo, ao "sacrifício" do sindicato independente.

Outros grupos oposicionistas que defendiam uma posição radical, que na prática, dados os condicionalismos então existentes, se limitava a um radicalismo verbal defendendo a liberdade e total autonomia em relação à União Soviética procuraram sem êxito o apoio da Igreja às suas irrealistas e perigosas reivindicações.

Na opinião de muitos observadores a moderação e um certo pragmatismo da Igreja Católica residia no receio de uma explosão social que a verificar-se seria incontável e destrutiva com consequências imprevisíveis.

Esta real possibilidade induziu a hierarquia católica polaca a adoptar uma postura conciliadora.

Na própria declaração a anunciar a imposição da Lei Marcial, aprovada nos termos constitucionais pelo Conselho de Estado em 13 de Dezembro de 1981, o General Jaruzelski sublinhou: “... nós apreciamos a posição patriótica da Igreja”<sup>31</sup>, acentuando o papel histórico que desempenhou para a preservação da identidade nacional e cultural do país e pela sua defesa dos valores éticos sendo igualmente sublinhada a importância da sua participação activa na vida cívica e social, demonstrando, assim, a importância que atribuía ao papel da Igreja Católica no conturbado processo político do país.

Apesar das diferenças de opinião deveria ser evitado a todo o custo situações de conflito porque “ambos os lados perderiam e acima de tudo a perdedora seria a sociedade polaca enfatizando”<sup>32</sup>, haver um lugar proeminente para a Igreja Católica na Polónia socialista afirmando que não havia nenhum outro país na Europa em que estivessem em construção tantas igrejas como na Polónia o que revelaria a liberdade que a Igreja dispunha no país..

Referiria ainda que a cooperação era útil para o estado e a Nação e evocou os encontros mantidos com o Cardeal Glemp que confirmaram a vontade das duas partes prosseguirem o caminho do mútuo entendimento, apesar de alguns sectores minoritários da hierarquia prosseguirem actividades anti comunistas.

O dirigente polaco enfatiza que a Polónia é um Estado secular, laico mas não, como alguns afirmam, ateu mas que está frontalmente contra uma certa e anacrónica visão de uma “neoteocracia” na qual a Igreja exerceria uma acção tutelar.

---

31 Jaruzelski, Prime Minister of Poland, *Selected Speeches*, p. 32.

32 Idem, p. 51

Em termos globais considera o relacionamento bom mas este não depende apenas do Estado mas também da atitude dos padres, bispos, assim como da Santa Sé sublinhando que o diálogo com a Igreja nunca tinha sido suspenso.

Esta posição moderada da Igreja foi, também, reconhecida internacionalmente nomeadamente pelo então Presidente do Comité dos Prémios Nobel, Egil Aavik, que no discurso pronunciado na entrega do prémio Nobel da Paz afirmou: "... o Comité não poderia deixar de observar que a Igreja polaca deu o seu apoio total a Lech Walesa e, assim fazendo, deu ao Solidariedade uma força moral imensa. Compreendemos portanto, que a esperança e a espera ligadas aos acontecimentos futuros sejam indissociáveis do papel da Igreja na Polónia.

Nós observadores distantes dos acontecimentos, ficamos principalmente surpreendidos, pela maneira com que o Solidariedade, por devoção à Igreja, soube mostrar a sua vontade de paz e entendimento."<sup>33</sup>.

### ***A actuação de João Paulo II.***

Como reconheceu a antiga e destacada dirigente comunista Zita Seabra ao escrever<sup>34</sup> "...Em 1978 tinha sido eleito um Papa polaco, um Papa vindo de um país do leste, o que colocou um enorme problema aos comunistas". A eleição de João Paulo II revestiu-se de especial importância para a Polónia.

Este significativo acontecimento revelaria de forma clara a crescente importância no domínio das relações internacionais, do denominado "soft power", de carácter intangível como a influência, poder de atracção, determinação, força moral, coragem estando-se muito longe do célebre "dictum" de Estaline que centrando-se apenas no "hard power" perguntava, quando questionado sobre a possível reacção da Santa Sé, "... quantas divisões tem o Papa?" ou como declarou mais tarde Mao Tse Tung "o poder está na ponta das espingardas", isto é na força militar.

Três compatriotas exerceram uma influência determinante na formação e posterior actuação de Karol Wojtyla e contribuíram para moldar a sua forte personalidade: o Cardeal Wyszyński, Primaz da Polónia, Turowicz, impulsionador e mentor de um pequeno grupo de intelectuais católicos e Michnick, militante da esquerda laica e crítico do regime.

---

<sup>33</sup> *Um caminho de esperança*, p. 307 e 308.

<sup>34</sup> *Foi Assim*, p. 346.

No entanto as visões de Wyszyński e Wojtyła sobre o futuro eram muito diferentes e distintas não apenas por pertencerem a distintas gerações, com experiências de vida diversas, mas também por, enquanto o velho cardeal considerava que o regime comunista estava sedimentado e seria duradouro pelo que importaria essencialmente melhorar as condições da Igreja dentro do “status quo” existente o futuro Papa entendia que a Igreja deveria ter uma intervenção mais activa e contribuir para alterar de forma gradativa o sistema, isto é, deveria ter uma função pró activa e não apenas quase passiva apenas reagindo e adaptando-se às circunstâncias.

Quando o cardeal Wyszyński morreu o então Secretário de Estado do Vaticano Casaroli avistou-se com o na altura Secretário-geral do POUP, Stanislaw Kania, aproveitando o ensejo para, no que foi interpretado como um gesto de delicadeza e apaziguamento, o informar que o novo cardeal polaco seria Monsenhor Glemp tido por conciliador e moderado e não monsenhor Macharski, que teria sido o preferido de João Paulo II, mas que tinha um perfil mais rígido e combativo, o que dadas as circunstâncias poderia criar e agravar tensões entre a Igreja e o estado.

As autoridades polacas perante o impacto que a surpreendente eleição do então Cardeal Wojtyła provocou na população adoptaram uma posição moderada tendo mesmo permitido que a televisão estatal transmitisse em directo as cerimónias de entronização de João Paulo II e fez-se representar oficialmente na cerimónia pelo Ministro Kazimierz Kakol, que em declarações públicas afirmou que o novo Papa seria bem acolhido com prazer na Polónia.

Causou alguma surpresa que os dirigentes polacos não tivessem antevisto as consequências e o impacto imprevisível numa situação de profunda crise económica, social e económica que a visita papal poderia desencadear.

O regime talvez pensasse nas vantagens que adviriam de um melhor relacionamento com a influente Igreja Católica e pretendesse dar uma imagem externa de maior tolerância e abertura.

Quando João Paulo II iniciou o seu pontificado previa-se que seguiria em termos gerais as políticas de João XIII e Paulo VI de um certo apaziguamento com o Kremlin nomeadamente por, na altura, utilizando uma expressão marxista “as relações de força” serem favoráveis à União Soviética.

Na realidade, em termos geoestratégicos, havia um equilíbrio militar entre a URSS e os EUA, aumentavam as correntes pacifistas na Europa sendo muito popular, especialmente na

República Federal da Alemanha, a célebre frase "antes vermelho que morto", a influência comunista sobre os países do designado "terceiro mundo" aumentava constantemente.

No entanto durante o pontificado de João Paulo II verificaram-se profundas mudanças relativamente à política prosseguida pelos seus antecessores começando pelo combate aos defensores da chamada Teologia da Libertação que se propagava sobretudo na América Latina apelidando-a de "infiltração marxista na Igreja".

Sob o seu pontificado a política prosseguida pelo Vaticano executada pelo experiente e hábil diplomata Monsenhor Agostino Casaroli, que exerceu as funções de Secretário de Estado durante onze anos, definiu como objectivo central alcançar soluções de compromisso mas não de cedência com as autoridades comunistas, mas tendo em atenção a identidade específica de cada país do Leste.

Neste âmbito foi dada prioridade invocando-se a Acta Final de Helsínquia, de Novembro de 1980, à defesa dos direitos humanos.

Significativamente a expressão pacifismo, termo frequentemente utilizado pelas correntes marxistas quase desapareceu do vocabulário oficial do Vaticano criticando-se com muito maior vigor as doutrinas de índole totalitárias.

A tradicional tripla acção, diplomática, apostólica e ecuménica, prosseguida pela Santa Sé sofreu alterações nas prioridades prosseguidas.

A actuação apostólica passou a ser a componente mais destacada passando, numa perspectiva inovadora, a considerar que se deveria actuar sobre as pessoas e população para chegar ao Estado e não, como anteriormente, agir sobre os Estados para chegar às populações invertendo, assim a habitual ordem dos factores.

A acção ecuménica já desenvolvida por Paulo VI reforçou-se significativamente através da realização de múltiplas viagens aos mais diversos países que provocaram grande impacto mediático impulsionado pelo seu carisma pessoal projectando em todo o mundo a sua mensagem, nomeadamente a defesa dos direitos humanos, que influenciava personalidades não católicas de grande prestígio como Vaclav Havel e Andrei Sakharov que descobriram a existência de pontos de contacto com as suas tomadas de posição.

No discurso proferido, em 2 de Outubro de 1979, nas Nações Unidas, João Paulo II afirmou que "... o espírito da guerra surge quando os direitos inalienáveis do homem são violados" foi interpretado como oposição ao pacifismo impulsionado pela URSS e por organizações que gozavam de grande cobertura mediática como o Conselho Mundial para a Paz apoiado encapotadamente pelos países de leste.

O círculo restrito composto pelos seus principais conselheiros passou a ser “polonizado” dado que a grande maioria era originária da sua terra natal., incluindo o seu secretário pessoal, o padre Stanislaw Dziwisz, passando, assim, a sensibilizar e informar ainda mais o Papa sobre a problemática do leste.

Pouco tempo após a sua eleição quarenta polacos, eclesiásticos, religiosos, leigos encontravam-se colocados em diversos serviços do Vaticano.

Para além de motivos de natureza pessoal as nomeações basearam-se em razões essencialmente de estratégia política.

Tomou igualmente a decisão que gerou alguma polémica ao criar, pela primeira vez, uma secção polaca na Secretaria de Estado para acompanhar mais cuidadosamente a evolução no país, confiando a sua chefia a Monsenhor Kowalczyk.

Foi também editada uma versão polaca do jornal oficial do Vaticano o “Osservatore Romano” editada mensalmente e que foi confiada a um seu velho amigo Adam Bonieki, antigo membro do grupo católico *Znak* que estava habituado ao permanente “braço de ferro” com a censura.

Salienta-se que apenas a edição polaca do referido jornal publicava na íntegra as homilias proferidas por João Paulo II na sua língua natal aquando da concessão de audiências gerais.

As emissões da Rádio Vaticano, passaram a desempenhar um papel de grande importância na estratégia global delineada pelo Papa.

Os conteúdos da sua programação foram reformulados dando-se maior atenção à situação existente nos países de leste e passaram a ser mais incisivos e doutrinários visando aumentar o seu impacto nas populações.

Desde a sua eleição o Papa começou a acolher preferencialmente as peregrinações polacas que se deslocavam a Roma discursando na sua própria língua.

Na sua primeira intervenção proferida a 22 de Outubro de 1978, o Papa, no que foi interpretado como uma crítica aos regimes totalitários declarou: ”... Não tenham medo! Abram de par em par as portas a Cristo! À sua força salvífica, abram as fronteiras dos Estados, os sistemas económicos e políticos, os imensos domínios da cultura.”, numa clara alusão ao hermetismo dos países do leste europeu.

A actuação desenvolvida pelo Papa, através dos contactos pessoais e audiências privadas concedidas a peregrinos polacos, e especialmente as três visitas à Polónia realizadas em momentos fulcrais do processo de contestação influenciaram enormemente a evolução dos

acontecimentos, teve reflexos directos na sociedade polaca contribuindo para que os seus compatriotas aumentassem as criticas ao regime, receassem menos as autoridades, reforçaram a vontade de alcançarem a liberdade de expressão e o exercício pleno da cidadania.

Mesmo no domínio laboral muitas das ideias reproduzidas pela encíclica escrita pelo Papa denominada “Laborem Exercis” sobre as relações laborais foram aproveitadas pelo Solidariedade.

Toda esta política desenvolvida e impulsionada por João Paulo II produzia reflexos directos e indirectos na sociedade polaca.

A imposição da lei marcial na noite de 12 para 13 de Dezembro de 1981 não constituiu para o Vaticano uma completa surpresa.

Na realidade os observadores notaram que, sobretudo a partir de Outubro o regime tinha começado a endurecer a sua posição e a reagir contra qualquer acção considerada destabilizadora.

Centenas dos mais destacados dirigentes do Solidariedade, incluindo Lech Walesa, foram presos, todas as comunicações com o exterior foram cortadas.

Como é natural através dos vários canais informais o Papa seguia atenta e preocupadamente a situação tendo recibo monsenhor Dabrowski que, em segredo e por interpostas pessoas, que por razões de segurança, não foram reveladas, contactou com Walesa, detido próximo de Varsóvia.

O dirigente sindical teria declarado que apesar das pressões a que estava submetido e das ofertas de colaboração se modificasse a sua atitude recusaria qualquer compromisso com o poder.

Por outro lado as propostas de concórdia formuladas por Jaruzelski foram liminarmente rejeitadas pelo episcopado polaco que teria consultado o Papa sobre o assunto, recusando dialogar com o poder militar enquanto se mantivesse a lei marcial.

No dia 18 de Dezembro João Paulo II interveio directamente ao endereçar a Lech Walesa, Presidente da Comissão Nacional do sindicato independente e auto gerido Solidariedade uma carta em que salienta “...a situação trágica por que passa a nossa pátria” acrescentando “desejo assegurar-lhe que nessas horas difíceis, estou de todo o coração, com o senhor e sua família, e com aqueles que sofrem.”, remetendo-lhe em anexo, o texto da carta enviada ao Presidente do Conselho de Ministros, General Wojciech Jaruzelski nessa mesma data.

De facto nessa missiva o Papa que depois de apelar para que fossem impedidas acções conducentes a derramamento de sangue, recordando a trágica história polaca escreveu “...Faço ao senhor uma súplica veemente e um ardente apelo no sentido de que os problemas

ligados à renovação da sociedade, que foram resolvidos através do diálogo pacífico a partir de Agosto de 1980, encontrem o mesmo caminho.

Mesmo que seja difícil, não é impossível”.<sup>35</sup>

Um sinal de resistência contra a lei marcial, que se revestiu de grande significado, foi dado na noite de 24 de Dezembro quando João Paulo II acendeu pessoalmente uma vela na sua janela do Vaticano que brilhou durante toda a noite, que era especialmente evocativa para os católicos, instando todas as pessoas a fazerem o mesmo.

Centenas de milhares de velas em todo o mundo seriam igualmente acesas em sinal de apoio ao povo polaco.

O próprio Presidente norte-americano Ronald Reagan convidou todos os norte-americanos a adoptarem, em sinal de solidariedade o mesmo gesto ao colocar uma vela acesa na Casa Branca o que teve um grande impacto mediático.

Após este primeiro gesto simbólico o Papa desenvolveu uma acção diplomática e mediática eficaz destinada a evitar o esquecimento que no seu país natal estava em vigor a Lei Marcial.

Nesta conformidade evocou semanalmente, durante a bênção, a existência do estado de excepção na Polónia.

Nos contactos com o corpo diplomático acreditado no Vaticano enfatizava a necessidade de todos os povos disporem livremente, sem constrangimentos, do seu destino.

No domínio externo realçava a importância nos “fora” internacionais, especialmente na então Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), actualmente OSCE (Organização de Segurança e Cooperação na Europa), da questão polaca interligando-a com a defesa dos direitos humanos.

Teria solicitado ao clero polaco que não cedesse na defesa dos seus princípios e valores, apesar das dificuldades existentes.

O culminar desta acção persistente foi, após complexas e difíceis negociações, a segunda visita papal iniciada a 17 de Junho de 1983, que se enquadrava nas comemorações do 300º aniversário da decisiva intervenção do Rei polaco João III Sobieski na derrota do exército turco comandado pelo Grão Vizir Kara Mustapha que cercava Viena e que significou a contenção da expansão turca na Europa.

---

<sup>35</sup> *Um caminho de esperança*, p. 258 e 259.

Surgiram na altura profundas divisões no seio do Governo polaco mas também entre a hierarquia católica sobre a oportunidade da deslocação ainda na vigência da lei marcial.

Alguns sectores católicos entendiam que a visita do Papa poderia ser interpretada como uma cedência da Igreja ao regime quando estavam presos os mais destacados dirigentes da oposição.

Argumentavam ainda que implicitamente as autoridades polacas poderiam retirar proveito da situação considerando a vista de João Paulo II como demonstrando que a situação estava normalizada.

No entanto a frase atribuída ao destacado opositor Adam Michnik, que se encontrava na prisão de Rakowiecka, na véspera da deslocação papal segundo a qual “...Esta visita marcará a falência moral do poder” revelar-se-ia profética.

Dado o melindre da situação e obedecendo às instruções dos bispos os párocos explicaram repetidamente aos fieis que se tratava de uma peregrinação que não tinha por objectivo desencadear manifestações contra o governo.

Apesar de um enorme dispositivo policial que confiscou milhares de cartazes no decurso duma cerimónia religiosa com a presença de centenas de milhares de pessoas, que teve lugar na noite de 18 de Junho em Czestochova inesperadamente desfaldaram-se centenas de bandeiras e cartazes que escaparam às buscas da polícia com inscrições de apoio ao sindicato banido Solidarnosc.

Num clima emocional o Papa discursou centrando-se sobre a verdade, solidariedade entre as pessoas mas que tinha um duplo sentido, e sobre a vitória, o que em plena vigência da lei marcial poderia ser um paradoxo, mas precisou o seu pensamento ao afirmar que o importante é a vitória moral.

Esta temática seria repetida na alocução proferida em Katowice perante uma grande multidão constituída principalmente por operários e mineiros quando, após ter reafirmado o direito dos povos à liberdade, mencionou as conhecidas palavras proferidas pelo Rei João III Sobieski, cuja actuação, como se referiu, foi decisiva na derrota dos turcos em Viena, ocorrida em 1683 “...Viemos, vimos, Deus venceu”.

Perante a gravidade da crise apelou à moderação de todos os responsáveis políticos e sindicais, para que pudesse ser superada pacificamente a complexa situação instando-os à instauração dum diálogo social que conduzisse a uma concertação pacífica tendo em conta os diferentes interesses mas que deveria ser realizada num clima de liberdade e tolerância.

O general Jaruzelski aproveitou o ensejo para recordar as palavras proferidas pelo Papa quatro anos antes no palácio de Belvedere durante a sua primeira vista ao país, segundo as quais “... A Igreja não deseja qualquer tipo de privilégio no desenvolvimento das suas actividades para além e exclusivamente do necessário para poder cumprir a sua missão” e acrescentou que a Igreja gozava de todas as condições para a prossecução das suas actividades pastorais.

Enfatizou que a Igreja Católica gozava de um lugar muito especial na sociedade polaca a que estava historicamente ligada salientando que um frutuoso diálogo com o episcopado tem sido prosseguido sem interrupções.

Salientou que as leis em vigor não punem as pessoas por terem opiniões diferentes e mesmo divergentes do governo mas apenas aquelas que desenvolvem acções contra o Estado e são incompatíveis com a Constituição.

Referiu-se ao Papa realçando o seu “... valioso contributo moral e intelectual para a causa da paz, reconciliação e mútua tolerância que grandemente apreciamos.”<sup>36</sup>.

A situação política continuou bloqueada, dado que a condição prévia da Igreja para iniciar o diálogo político com as autoridades consistia na exigência da libertação dos presos políticos não foi aceite enquanto que a crise económica e social se agravava.

Apenas a 11 de Setembro de 1986 face à insustentável situação o Governo cedeu perante a força das circunstâncias sendo libertados os prisioneiros políticos.

A última visita do Pontífice polaco teria lugar em Junho de 1987 numa ocasião em que a sociedade polaca parecia cansada, com falta de perspectivas animadoras, com o Solidariedade enfraquecido.

Verificou-se o mesmo entusiasmo com enormes aglomerações de milhares de fiéis tendo o Papa nas suas homilias convidado os compatriotas a manterem a esperança e instando as autoridades a respeitarem os direitos humanos.

A grande novidade foi a deslocação à cidade de Gdansk, apesar nos esforços governamentais, para que esta cidade não fosse incluída no programa da visita.

Apesar do dilema dado que se a deslocação papal não se concretizasse seria uma demonstração que a Polónia ainda não estava normalizada e poderia conduzir a um agravamento do relacionamento com a poderosa Igreja Católica que, dado o ostracismo em que se encontrava o Solidariedade, constituía o único interlocutor do governo, foi relutantemente aceite.

---

36 Jaruzelski. Prime Minister of Poland. *Selected Speeches*, p. 75.

A visita a Gdansk foi apoteótica e surpreendente pela inesperada intervenção papal cujo teor crítico e frontal não esperado pelas autoridades.

Perante cerca de 2 milhões de pessoas o Papa abandonou a sua habitual prudência e moderação e defendeu a necessidade da aplicação dos acordos de Gdansk e a restauração do Solidariedade, afirmando para grande surpresa dos presentes "... Os trabalhadores do mundo inteiro agradecem-vos por terdes começado esta luta!".

Especula-se sobre os motivos que conduziram ao atentado contra o Papa cometido pelo búlgaro de origem turca Ali Agca ocorrido em 13 de Maio de 1981, em plena Praça de S. Pedro em Roma, que alegadamente pertenceria aos serviços secretos da Bulgária que mantinham muito estreitas ligações com o KGB nomeadamente se o referido atentado estaria ou não relacionado com a situação polaca.

Alegadamente teria sido urdida uma conspiração planeada pelo mais fiel aliado da URSS com o objectivo de eliminar um dos mais temidos e perigosos adversários da ideologia comunista e com uma influência extremamente significativa na Polónia..

A 13 de Janeiro de 1987,isto é cinco anos depois da instauração da lei marcial, João Paulo II recebeu no Vaticano o General Jaruzelski que chefiava uma qualificada delegação de vinte pessoas, considerada histórica, dado que contribuiria para abrir o processo da reconciliação nacional.

Sem um Papa polaco, com o carisma de João Paulo II afigura-se difícil tecer conjecturas sobre a evolução do país mas seria, certamente, muito diferente a forma e o processo de transição para a democracia dado que a sua actuação demoliu um muro psicológico ao incutir no povo polaco o sentido da esperança e da resistência.

### **8. *Os Dissidentes.***

O papel desempenhado pelos dissidentes na crise polaca foi relevante embora, em termos comparativos não tivesse atingido a influência que se verificou na então Checoslováquia pelo movimento Carta 77 no qual os 241 signatários iniciais se comprometeram a defender os direitos humanos e civis no país destacando-se o que viria a ser Presidente da República o escritor Vaclav Havel.

O principal grupo dissidente o Comité de Defesa dos Operários, KOR, foi constituído em Varsóvia em Setembro de 1976, por um grupo de estudantes e intelectuais, de diferentes

opiniões políticas, sendo os seus mais destacados dirigentes Jacek Kuron, Walentynowicz, Adam Michnik.

Este grupo que se destacou por prestar apoio material e assistência jurídica às famílias dos operários presos ou despedidos devido à sua participação nos protestos verificados em Junho de 1976.

No ano seguinte em Setembro de 1977 mudaria de nome para Comité de Auto-Defesa Social e passou a ter uma intervenção mais politizada criando a denominada “Flying University” supervisionadas por Andrzej Celinski que consistia na promoção de colóquios, conferências e mesas redondas nas principais universidades do país sobre temas ocultados ou apresentados de maneira considerada tendenciosa nos curricula oficiais.

Em 1978 foi estabelecido, no que poderia ser considerada uma potencial ameaça ao poder, o Comité Fundador para os Sindicatos Livres da Costa (na costa báltica situavam-se os maiores estaleiros navais e a maior concentração de operários) encorajando a criação de comités similares pelo país.

Pela primeira vez na Polónia um grupo organizado de intelectuais colaborou directamente com o operariado, tornando-se pela sua influência uma voz efectiva que espelhava as frustrações e críticas da generalidade da população face ao regime.

O seu apelo à sociedade polaca emitido em 10 de Outubro de 1978 ,que as autoridades procuraram silenciar, revelou uma grande coragem pelas violentas críticas formuladas ao regime num contexto particularmente difícil.

Nesse importante texto depois de recordar que os protestos operários de Junho de 1976 revelaram a profunda crise económica e social, sublinha que as causas das manifestações não foram eliminadas mas que se agravaram dado que as autoridades deliberadamente ignoraram os graves problemas sociais eximindo-se às suas responsabilidades.

O texto descreve em termos profundamente negativos a situação mencionando o estado alarmante dos serviços de saúde, pessoas que esperavam anos por um apartamento, crescente exploração dos trabalhadores devido ao aumento das horas de trabalho.

Alertava igualmente para a crescente desigualdade social, especialmente existente entre os grupos ligados ao poder que gozavam de muitos privilégios tais como serviços de saúde especiais, vivendas luxuosas, zonas de recreio privadas enquanto muita famílias enfrentavam enormes dificuldades financeiras.

Por outro lado denuncia a impunidade com que actuavam os serviços policiais e de segurança ao torturarem frequentemente os detidos não havendo sequer a preocupação de

respeitar a legalidade.

Seguidamente considera que a censura impede todas as críticas, prejudica gravemente a cultura polaca conduzindo ao quase aniquilamento da liberdade criativa, e impede a circulação de toda a informação verídica que podia fornecer à sociedade um quadro da grave situação em que o país se encontra.

Menciona também que períodos inteiros da história do país são suprimidos ou grosseiramente falseados e que as publicações dos mais importantes representantes da cultura e da ciência são proibidos ou alterados.

Significativamente evoca a posição do Episcopado polaco, que considera a mais alta autoridade moral do país, que já tinha alertado para a situação.

Referindo-se ao sistema de desinformação cita a surpreendente notícia publicada pelo jornal, publicado em Varsóvia, *Zycie Warszawy* segundo a qual seriam recorrentemente falsificados dados fornecidos pelo Instituto de Estatística, acrescentando ser impossível a tomada de decisões correctas com base em informações falsas.

A explicação, deste facto, seria que as autoridades temiam a reacção da sociedade e, por isso ocultavam a verdade.

Nesta perspectiva defende a necessidade de ser efectuada uma reforma económica radical, ampla e consistente.

O KOR chegou a editar um jornal denominado “Robotnik” que circulou clandestinamente, reivindicando o direito à greve, aumentos salariais, melhoria das condições de trabalho.

As autoridades reagiram acusando o KOR de práticas anti-socialistas que visavam alterar a ordem social existente.

Para a corrente mais ortodoxa do POUP este grupo aglutinava as forças contra revolucionárias pelo que procuravam dificultar ou impedir os contactos mantidos com o *Solidariedade* tentando isolá-la e tentaram esbater a influência exercida pelo KOR sobre o Sindicato independente.

Outro grupo mais reduzido constituído essencialmente por intelectuais denominado “Experiência e Futuro” (D.I.P.) criticou severamente, os dirigentes pelas políticas económicas prosseguidas e exigiam maior liberdade de expressão.

O Movimento para a Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão (R.O.P.C.I.O.) instituído em 1976 na cidade de Gdansk na sequência da reunião da CSCE efectuada em Helsínquia (hoje OSCE), preocupava-se, essencialmente, com a defesa dos direitos humanos de acordo com o estipulado nas clausulas da Acta Final da Conferência de que a Polónia era signatária.

Criticou a falta de liberdade sobretudo nos domínios das liberdades de expressão e de associação.

O grupo Znack, constituído por intelectuais, escritores, académicos católicos considerados próximos do antigo cardeal Wojtyla, seguiram uma linha próxima da Igreja Católica isto é, foram essencialmente moderados.

O Znack criaria os Clubes de Intelectuais Católicos que se espalhariam por todo o país.

Com o objectivo central da protecção do meio ambiente foi criado o Clube Ecológico Polaco (PKE), fundado em 1980 em Cracóvia.

Contava cerca de seis mil membros, tinha preocupações com a defesa da qualidade do ar e dos cursos de água e, neste contexto, criticou duramente a política governamental acusada de não levar em linha os problemas ecológicos mas se centrar exclusivamente em razões de ordem económica.

Obteve alguns êxitos como o encerramento, em 1981, das fábricas de alumínio Skawina que emitiam grandes quantidades de perigosos poluentes atmosféricos particularmente prejudiciais à saúde.

No âmbito da juventude refere-se o Movimento Jovem Polaco, RMP (Ruch Młodej Polski) criado por estudantes, maioritariamente universitários, da cidade de Gdansk ,em Julho de 1976, sob a liderança de Aleksander Hall que tinha como principal orientador Bogdan Borusiewicz historiador da Universidade de Lublin .

Este grupo dedicava-se principalmente à comemoração de acontecimentos históricos considerados marcos relevantes da História do país, na sua luta pela independência e soberania nacional como os acontecimentos de 1970.

A escolha desses aniversários patrióticos demonstrava claramente a sua fonte de inspiração e as orientações do grupo que buscavam na História inspiração para o futuro.

### **9) Actuação das Forças Armadas . A relevância do General Jaruzelski.**

No decurso deste complexo processo salienta-se o importante papel desempenhado pelas Forças Armadas, que pela sua disciplina obedeceram sempre sem hesitação às ordens do poder político sendo no decurso da fase mais tensa da crise a única instituição que manteve a sua operacionalidade intacta.

No seio da hierarquia militar destacou-se pela importância que assumiu em toda a conturbada situação o General Jaruzelski.

Para se compreender a sua forte e enigmática personalidade e a sua vida quase ascética convém referir muito sinteticamente alguns dados relevantes do seu percurso.

Nascido em 1923, descendente da antiga nobreza rural polaca frequentou durante a infância a escola católica dirigida pelos padres maristas de Varsóvia tendo posteriormente vivido na União Soviética e em 1943 alistou-se como voluntário na resistência militar polaca criada e totalmente apoiada por Moscovo, aderiu ao POUP em 1947.

Devido à sua brilhante carreira militar durante a II Guerra Mundial foi condecorado numerosas vezes por bravura em combate tendo sido ferido com gravidade.

Recebeu duas vezes a Cruz do Valor Militar, três vezes a Medalha de Mérito de Prata por feitos notáveis em batalha, e a prestigiada *Virtuti Military Cross* atribuída por feitos excepcionais em combate para além das condecorações soviéticas Ordem de Lenine, por duas vezes, em 1968 e 1983, e Ordem da Revolução de Outubro, em 1973.

Participou activamente com o posto de tenente na tomada de Varsóvia, ocupada pelo exército nazi, em Janeiro de 1945.

Em 1956, com apenas trinta e três anos foi nomeado pelo seu mérito profissional o mais novo General do exército.

Em 1968 exerceu o importante cargo de Ministro da Defesa, em Fevereiro de 1981 foi designado Primeiro-Ministro substituindo Pinkowski continuando a sobraçar a sensível pasta da Defesa, sendo em 18 de Outubro do mesmo ano eleito Secretário Geral do POUP e, após a proclamação da Lei Marcial, Presidente do Conselho Militar de Salvação Nacional.

No âmbito da amizade com a URSS recordava com orgulho que após a conquista de Berlim apenas foram hasteadas na capital do Reich na porta de Bradenburgo as bandeiras da União Soviética e a da Polónia e realçava que no desfile da vitória em Moscovo as únicas tropas não soviéticas que participaram foram as polacas.<sup>37</sup>

Mesmo nos assuntos de política externa consultava previamente a opinião de Moscovo como no caso da aceitação de auxílio disponibilizado pela República Popular da China durante a crise.

No entanto mesmo após a imposição da Lei Marcial que a URSS firmemente apoiou como medida fundamental para esmagar a “contra revolução”, a sua actuação não foi isenta de críticas dos mais altos dirigentes da União Soviética.

O Politburo do Partido Comunista da União Soviética reunido no dia 14 de Janeiro de 1982, isto é após cerca de um mês da aplicação da Lei Marcial, analisa a actuação do General

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida ao britânico Robert Maxwell inserida no livro Jaruzelski, Prime Minister of Poland. *Selected Speeches*, p. 130.

polaco tendo Brejnev referido que “... Em termos gerais o general é, como actor político, muito forte e capaz de, em muitas ocasiões, encontrar as soluções adequadas. Algumas vezes, contudo, parece ser muito cauteloso e age frequentemente mais do que o necessário tendo em conta a Igreja e os países ocidentais. Mas nas actuais circunstâncias estas atitudes tornarão as coisas ainda piores. É bom que Jaruzelski esteja a estudar a experiência da Hungria na luta contra as forças contra revolucionárias”, texto do memorandum da reunião do Politburo do PCUS efectuada a 14 de Janeiro de 1982.<sup>38</sup>

Este extracto revela que a liderança soviética desejava que o general Jaruzelski não tivesse tanto em consideração a opinião da influente Igreja Católica nem a reacção do ocidente.

De rosto imóvel quase esfíngico oculto por óculos com lentes escuras, enigmático, muito austero, sem deixar transparecer qualquer tipo de emoção, vestia quase sempre uniforme, tinha um forte personalidade e era conhecido pelo estudo minucioso e aprofundado dos dossiers elaborados pelos colaboradores, muito organizado preparava-se com muita antecedência estudando os mínimos detalhes dos dossiers.

Walesa descreve o encontro com o General realizado no dia 16 de Março de 1981 no gabinete do Primeiro-Ministro em Varsóvia, recordando o surpreendente e simbólico acontecimento em que um operário discutia o futuro do país com um prestigiado e experiente militar que, por força das circunstâncias, se transformara no líder político com maior poder no país.

Naturalmente as duas personalidades tão diferentes tinham diferentes perspectivas sobre o futuro dado que Walesa procurava um compromisso entre as aspirações populares e as forças que monopolizavam o poder, através de um caminho equilibrado, através de cedências recíprocas permitisse chegar a uma solução aceitável, enquanto o seu interlocutor tinha a esperança de desgastar e depois controlar o adversário esperando que as contradições existentes no seio do *Solidariedade* provocassem o seu paulatino enfraquecimento através do denominado método de eliminação progressiva.

Devido à evolução da situação foi designado, por pressão do Kremlin, Primeiro-Ministro e mais tarde eleito Secretário-geral do POUP pelo Comité Central, em 18 de Outubro de 1981, por uma esmagadora maioria de 180 a favor e apenas 4 votos contra.

A concentração excepcional do poder numa única pessoa militar de carreira tornava visível a debilidade do Partido e dos seus dirigentes que estavam desacreditados perante a sociedade polaca.

---

<sup>38</sup> Woodrow Wilson International Centre for Scholars, Washington, DC.

Sendo ideologicamente comunista Jaruzelski não era neo-estalinista e dado conhecer a realidade do seu país pressentia que o sistema existente, estava desgastado sendo preciso iniciar reformas mas sempre controladas e temia que, devido à pressão social, as mudanças pudessem conduzir pelo seu efeito catalisador a situações incontroláveis agravando a instabilidade já existente.

Vendo a situação agudizar-se e apercebendo-se que o Governo perdia o controle da situação Jaruzelski participou, no que foi considerada a última tentativa de inverter o curso dos acontecimentos na reunião que teve lugar a 4 de Novembro de 1981 entre os principais protagonistas que Walesa apelidava de o “grande trio” isto é a Igreja Católica, o Sindicato *Solidariedade* e o Partido Comunista.

Esta iniciativa interligava-se com o desejo expresso por Jaruzelski no discurso anteriormente proferido, em 30 de Outubro de 1981, no Parlamento “Sejm” ao propor a criação de um Conselho para a Conciliação Nacional que teria uma composição mais alargada que a existente Frente de Unidade Nacional (que integrava o POUP, e os seus “satélites” Partido dos Agricultores e Partido Democrático) dado que englobaria, segundo o desejo das autoridades, personalidades prestigiadas da sociedade incluindo representantes da hierarquia da Igreja Católica.

Este encontro terminou num impasse, sem nenhum resultado prático culpabilizando-se a intransigência do *Solidariedade* pelo sucedido.

Em face do impasse e do agravamento crescente da situação resultante da iminência de uma greve geral foi decretada pelo Conselho de Estado, na noite de 12 para 13 de Dezembro de 1981, a Lei Marcial.

Numa proclamação ao país que se revestiu de grande dramatismo o General Jaruzelski declarou que se dirigia aos polacos como soldado e Chefe do Governo e afirmou que o país estava “à beira do abismo”, acrescentando que uma catástrofe nacional estava, não a dias, mas apenas a horas de se concretizar.

Criticou os dirigentes do *Solidariedade* por não desejarem dialogar e na prática apoiarem os extremistas que procuravam o desmantelamento do sistema socialista polaco realçando que o caminho da confrontação deveria ser evitado e impedido.

Referia-se ao anúncio efectuado pelo Comité Nacional do *Solidariedade* durante a reunião efectuada na cidade de Radom em 3 de Dezembro de 1981, de uma nova greve geral se as suas reivindicações não fossem totalmente aceites. Esta decisão seria confirmada pelo plenário do Comité Nacional reunido em Gdansk a 12 de Dezembro, isto é, horas antes da proclamação da Lei Marcial.

Na sua óptica a continuação da actual situação conduziria ao caos, pobreza e fome pelo que face às circunstâncias permanecer inactivo seria um crime para com a Nação pelo que era a altura "... de dizer basta".

O instinto de auto preservação deve ser seguido, as mãos dos provocadores devem ser manietadas antes que empurrem a Pátria para o abismo de uma guerra civil fratricida.

Assumo o peso da responsabilidade neste dramático momento, mas é meu dever arcar com ela porque está em jogo o futuro da Polónia.

Depois afirmou num tom sombrio que o Conselho de Estado de acordo com a Constituição impunha, a partir da meia-noite ,a Lei Marcial em todo o país.

Dirigindo-se às Forças Armadas na sua qualidade de militar frisou que "hoje o destino do país depende da vossa resposta".

Recordou as atrocidades cometidas na II Guerra Mundial desejando que não fosse, de novo, derramado sangue polaco e que fosse afastado o espectro da guerra civil.

Neste quadro manifestou o desejo que não fossem construídas barricadas onde são necessárias pontes.

Na sua declaração sublinhava não se tratar do início de uma ditadura militar dado que a nação possuía suficiente força e capacidade para desenvolver um eficiente sistema socialista. Num tal sistema as forças armadas permanecerão no sítio onde devem estar, os quartéis. O recurso às Forças Armadas só poderia ser uma medida de natureza temporária e extraordinária ditada por circunstâncias de enorme gravidade.

As Forças Armadas não pretendiam substituir os mecanismos normais da democracia socialista. Mas a democracia só se podia desenvolver através do escrupuloso respeito pela Lei.

A anarquia é a negação e o inimigo da democracia enfatizando que a longo prazo nenhum dos problemas da Polónia poderia ser resolvido através da força.

Revelando preocupação com os reflexos externos da crise agradeceu "nestes difíceis momentos o apoio dos países socialistas" e sublinhou "... a aliança com a União Soviética é e permanecerá a pedra angular da existência do estado polaco, a garantia da inviolabilidade das nossas fronteiras.

A Polónia era e permaneceria um elo consistente do Pacto de Varsóvia, um membro de confiança da comunidade socialista das nações".

Esta decisão excepcional tinha como pano de fundo as lojas e os mercados vazios, longas filas de espera para as pessoas adquirirem os escassos bens de consumo disponíveis, tendo a

propaganda oficial deixado claramente transparecer que o principal responsável pelas dificuldades era o *Solidariedade*.

Foram presas dezenas de pessoas incluindo destacados sindicalistas e altos dirigentes do POUP por razões muito diversas.

Lech Walesa foi responsabilizado por ter contribuído grandemente para a crise, e também foram punidos antigos responsáveis do Partido e do Estado como antigo Secretário-Geral do POUP, Edward Gierek, Piotr Jaroszewicz, e Jan Szydlak, acusados de terem abusado do poder e tirado proveitos pessoais do exercício das suas funções.

Foi estabelecido o Conselho Militar de Salvação Nacional (WRON), presidido por Jaruzelski, constituído por vinte e um oficiais de alta patente que passou a exercer o poder dado que cumpria-lhe assegurar o respeito pela lei e a manutenção da ordem e supervisionar a efectiva aplicação das medidas decorrentes da nova e excepcional situação.

O CMSN funcionava como administrador da Lei Marcial em contacto permanente com os Serviços de Segurança e a Milícia Popular.

Cabia-lhe igualmente tomar a iniciativa de intensificar o combate contra o crime organizado em “gangs” cujos elementos seriam punidos pelos tribunais em processos sumários.

Estas medidas foram consideradas necessárias para começar a fazer sair o país da crise, para salvar o Estado da desintegração.

O WRON substituíu “de facto” as autoridades que se encontravam grandemente enfraquecidas, incapazes de reverterem a situação.

Na prática houve uma deslocação atípica num regime socialista, do centro do poder do Partido Comunista, o POUP, para o WRON passando os militares a ocupar posições chave no aparelho de Estado, nomeadamente no importante Ministério do Interior confiado ao General Kuszczak sendo convidadas, igualmente, a exercerem cargos de responsabilidade personalidades de prestígio não pertencentes ao partido numa tentativa de darem um aval de credibilidade às medidas adoptadas.

O WRON teria uma duração temporária e seria dissolvido logo que a lei e a ordem fossem completamente restabelecidas e estivessem criadas as condições para o normal funcionamento das instituições civis.

Por outro lado esta intervenção militar, de inspiração nacionalista, procurou desempenhar um efeito dissuasor que impedisse uma possível revolta popular e evitasse uma intervenção militar soviética sob a capa do Pacto de Varsóvia.

Neste contexto a imposição da Lei Marcial foi, de certo modo, uma antecipação preventiva duma possível invasão com as inerentes consequências imprevisíveis.

Recorria-se ao escritor Tadeusz Kosciuszko autor da frase ” Existe um tempo em que muito deve ser sacrificado para que tudo possa vir a ser salvo”. (*Jaruzelski ,Prime Minister of Poland*, pág. 72)

A equipa liderada por Jaruzelski teria um duplo objectivo impedir a repetição da contestação generalizada ocorrida em Agosto e reformar o regime existente.

Nesta conformidade como defende Aleksander Smolar, investigador da Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Paris, a política posterior a 13 de Dezembro seria uma mistura de reformismo, sobretudo no plano económico, e da reafirmação do Estado autoritário que permitisse o exercício da autoridade e se necessário da repressão mas dentro da legalidade vigente, procurando-se eliminar a arbitrariedade e a corrupção que teria muito contribuído para o que designa por revolta moral dos trabalhadores.

O militar polaco ter-se-ia parcialmente inspirado na política do húngaro Janos Kadar que, de certo modo, conseguiu resolver certos problemas económicos e criar um relativo consenso social depois do esmagamento da revolução húngara de 1956 o que permitiu uma determinada “modernização autoritária” e não desejava a imitação da então Checoslováquia “normalizada” após 1968.

Atendendo às dimensões e amplitude do movimento impulsionado pelo *Solidariedade* e à dinâmica criada, a repressão foi apesar de tudo limitada, especialmente se a compararmos com a de 1956, como reduzidas foram as reformas empreendidas.

As autoridades polacas procuraram justificação para a sua incapacidade de reverter a situação nas sanções económicas impostas pelos países da então Comunidade Económica Europeia e pelos EUA que, na óptica governamental não eram dirigidas contra o Governo e o Conselho Militar de Salvação Nacional mas atingiam directamente a população.

As sanções eram utilizadas, na sua óptica, como uma arma económica visando contribuir para a paralisação da actividade económica, tornar impossível a resolução da crise, provocar a penúria alimentar e provocar um conflito interno.

Uma alteração significativa da situação resultou de no dia 8 de Novembro de 1981, Walesa ter enviado uma carta ao General Jaruzelski no que foi entendido como uma proposta para se iniciar um diálogo que possibilitasse a saída do impasse do seguinte teor “Parece-me que é chegado o momento de abordar certos problemas, bem como a acção a ser adoptada para um entendimento.

Foi preciso algum tempo para que muitas pessoas entendessem o que é possível, até onde podemos ir.

Proponho que nos encontremos para que os assuntos que nos preocupam possam ser submetidos a uma discussão séria.

Estou certo de que, com boa vontade, encontraremos uma saída”.<sup>39</sup>

Curiosamente assina Cabo Lech Walesa, posto que tinha quando cumpriu o serviço militar, o que pode ser alvo de diversas interpretações.

Uma das quais seria a de que a endereçava ao general militar de carreira e não ao político que circunstancialmente dirigia o país.

O próprio Walesa ao ser questionado por um jornalista durante uma conferência de imprensa imediatamente realizada após ter sido libertado, em 15 de Novembro de 1982, afirmou evasivamente ”... Não sei. Teve sem dúvida, um significado, mas, hoje, qualquer pessoa é livre para pensar o que muito bem entender”.

Esta carta foi tornada pública pelas autoridades ao ser editada na imprensa demonstrando que era conveniente revelar o desejo de Walesa em dialogar com as autoridades.

Como resultado da preocupação manifestada pelo dirigente sindical de discutir aprofundadamente a situação, o Ministro do Interior o General Czeslew Kiszak, encontrou-se com ele em Arlamow e ordenou ao comandante da milícia de Gdansk que o libertasse.

A libertação resultou das pressões internacionais e aos desejos expresso por Jaruzelski de iniciar um processo de apaziguamento, de que a carta de Walesa manifestando abertura ao diálogo serviu de pretexto.

Na perspectiva de tentativa de diálogo seria instituído o Movimento Patriótico de Renovação Nacional, PRON, que visava a reconciliação nacional, constituído por membros do POUP, seus apêndices políticos, o Partido Unido dos Camponeses e o Partido Democrático, simples correias de transmissão do Partido e pessoas sem filiação partidária que apesar dos diferentes pontos de vista colocassem os interesses do país em primeiro lugar.

Foi por iniciativa deste Movimento que o Parlamento aprovou a lei da amnistia considerada uma prova de boa vontade e que abrangia todas as pessoas que tivessem cometido actos considerados de menor gravidade incluindo os que enganados praticaram acções contrárias à Constituição sendo-lhes concedida oportunidade de regressarem às suas actividades normais.

---

<sup>39</sup> *Um caminho de esperança*, p. 267.

Na entrevista colectiva à imprensa, atrás referida, o recém libertado líder sindical sublinhou que durante os onze meses de isolamento reflectiu “profundamente sobre os caminhos que podem levar à vitória. No entanto quero deixar bem claro que não desejo uma vitória por “knock out”, pela destruição do adversário, mas pelo contrário, quero uma vitória que satisfaça as duas partes, para que todos saíam vitoriosos.”<sup>40</sup>.

Em fins de 1982 a lei marcial foi suspensa sendo abolida em Julho de 1983, na perspectiva oficial, para incentivar a reconciliação nacional.

O General Jaruzelski, figura determinante neste processo seria ainda nomeado, em 1988, Chefe de Estado cargo que renunciaria em 1990 devido às alterações políticas verificadas na sequência da queda do muro de Berlim.

### ***9. As consequências da profunda crise de 1980-81.***

As repercussões desencadeadas pelos graves acontecimentos que eclodiram na Polónia em 1980-81 atingiram os órgãos máximos do Governo, Partido e da Administração provocando uma espécie de “terramoto político”.

Nesta conformidade o Conselho de Estado, de acordo com o art.º 37 da Constituição então vigente, efectuou as seguintes substituições de grande amplitude, a nível governamental, partidário e da cúpula da administração pública.

- a) Demitiu, Babiuch do cargo de Primeiro-Ministro sendo substituído por Josef Pinkowski que ,em Fevereiro de 1981, seria substituído pelo General Jaruzelski, que mantinha a pasta da Defesa desde 1968;
- b) Demitiu T. Pyka do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Ministros, substituindo-o por Tadeusz Grabski;
- c) Demitiu Emil Wojtaszek do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros sendo, substituído por Josef Czyrek;

A nível partidário:

O Comité Central do P.O.U.P devido às ondas de choque desencadeadas pelo abalo social grevista que atingiram o próprio E. Gierek , Secretário-Geral do POUP ,a figura com maior peso real na vida polaca substituíram-no por Stanislaw Kania.

---

<sup>40</sup> *Um caminho de esperança*, p. 273.

O motivo oficial da substituição teria ficado a dever-se a motivos de saúde que teriam acometido Gierek.

Na realidade o seu afastamento deveu-se ao fracasso da sua política económica de que era o principal responsável.

a) demitiu de membros do Politburo E. Babiuch e Wszasczyk.

b) Foi nomeado secretário do Comité Central Stefan Olszowski.

No domínio administrativo foram feitas remodelações em departamentos de Estado especialmente importantes do sector económico:

- O Presidente do Instituto Central de Estatística Kusinski foi substituído por Sadwski.
- O Presidente do Comité Estadual de Preços Grachal foi substituído por Garysiak.

A herança da década do governo de Gierek que chegava ao fim consistiu no crescimento da “nomenklatura”, que favorecia a corrupção, o favoritismo e nepotismo, o aumento tentacular da burocracia que se infiltrava em quase todas as áreas da administração pública e mergulhou o país na maior crise do pós guerra.

Outra consequência da crise, de particular relevância, foi a celebração do Acordo de “Gdansk” (nome da cidade onde foi celebrado) assinado, em 31 de Agosto de 1980, por Lech Walesa em nome do Comité de Greve Inter-empresas (MKS) e pelo governo por Mieczysław Jagielski, Vice-Primeiro-Ministro que chefiava a comissão estatal encarregada das negociações.

Existia, nesse momento, a esperança que se poderia abrir, através da conciliação, uma nova era de reformas, uma tentativa de encontrar possibilidades de desenvolvimento económico e social que levasse a uma eventual transformação interna do poder na qual o sindicato independente poderia desempenhar um papel relevante..

Pelo seu importante significado dado que pela primeira vez um governo de um país comunista reconhecia a existência de um sindicato independente referem-se alguns pontos do articulado, que demonstram cabalmente as cedências feitas pelas autoridades e que causariam grande inquietação à URSS.

Na realidade Moscovo considerou que o acordo significava essencialmente a legalização da oposição anti-socialista centrada numa organização que emergiu com o objectivo de difundir a sua influência política pelo país e que seria um alto preço político e económico a pagar pelo governo

Na sua perspectiva o acordo não eliminava as causas profundas da crise mas tornava ainda mais difícil e complicado resolver os graves problemas existentes.

Para o Kremlin sob a pressão das forças anti-socialistas que conseguiram com êxito liderar uma parte significativa da classe operária, o POUP mantinha-se na defensiva.

Para o governo o problema consistia em como preparar um contra ataque e recuperar as posições que foram perdidas pelo que seria imperioso que o Partido continuasse a exercer a liderança sobre a sociedade e que esta fosse reforçada.

Para que tal objectivo fosse alcançado foi considerado prioritário restabelecer o controle sobre os “media” especialmente da televisão tendo em conta que a vasta maioria dos seus trabalhadores eram apoiantes ou simpatizantes do *Solidariedade* dado que sem a adopção desta medida não se podia influenciar a opinião pública.

Reconhecia-se que a actividade desenvolvida pelos sindicatos “oficiais” não satisfazia as esperanças e expectativas dos trabalhadores.

Para se aferir das mudanças e repercussões que poderiam resultar da aplicação do Acordo referem-se, seguidamente, os pontos mais significativos do seu articulado :

- Serão constituídas novas organizações sindicais que “...se auto governarão e serão autênticas expressões da classe operária”, os operários continuarão a ter o direito de aderirem aos antigos sindicatos. (art.1º).
- No artigo 2º refere-se que “...serão respeitados os princípios consagrados na Constituição polaca ao serem criados os novos sindicatos independentes e auto dirigidos. Estes novos sindicatos destinam-se a defender os interesses materiais e sociais dos operários e não a representarem o papel de um partido político.

Reconhecerão o papel dirigente do Partido Operário Unificado Polaco e não se oporão ao sistema existente de alianças internacionais.”

- Os novos sindicatos operários devem participar nas decisões que interessem aos trabalhadores, nomeadamente, na política salarial, no plano económico e na política de preços.
- O direito à greve é garantido pela nova lei sindical que terá de definir as circunstâncias em que poderão ser convocadas e organizadas.

Nesta conformidade os artigos 52º, 64º e 65º do Código do Trabalho que proibiam as paralisações do trabalho deixarão de ter efeito de imediato até à entrada em vigor da nova lei que regulará o direito à greve..

- O governo compromete-se a assegurar a segurança pessoal dos grevistas e dos que os apoiaram.

- A rádio televisão bem como a imprensa e as editoras devem dar expressão às diferentes opiniões.
- Haverá abertura dos “mass media” a todas as organizações religiosas. A missa aos domingos será transmitida pela rádio, por meio de um acordo específico a celebrar com a hierarquia da Igreja Católica.
- Reintegração de todas as pessoas despedidas na sequência das greves de 70 e 76. Seriam libertados todos os prisioneiros políticos. Os estudantes afastados das Universidades pelas suas convicções regressariam aos seus estudos.
- Acaba com as penalizações por delito de opinião.
- Informação ao público através dos órgãos de comunicação social das exigências formuladas pelo Comité Inter Greves.
- Sendo necessário fazer sair a Polónia da crise em que se encontrava deve-se divulgar a real situação socioeconómica do país permitindo-se a todos os grupos sociais participarem nas discussões sobre as indispensáveis reformas.
- Pagamento dos dias de greve a todos os trabalhadores.
- Aumento do salário base de cada trabalhador de 2.000 zlotys/mês em compensação pelo aumento dos preços.
- Garantia de aumento automático dos salários em relação ao aumento dos preços, isto é, os salários seriam indexados à inflação.
- Melhoria do abastecimento do mercado interno com produtos alimentares e limitação das exportações apenas ao excedente.
- Supressão das compras em divisas estrangeiras de produtos vendidos nas lojas especiais, PEWEX.
- Introdução de senhas de racionamento para a carne e produtos derivados até à estabilização dos mercados.
- Supressão dos privilégios usufruídos pela polícia, milícia e membros pertencentes ao aparelho do partido, terminando com os sistemas especiais de venda.
- Aumento das reformas e antigas pensões até ao nível do pagamento das actuais.
- Melhoria das condições de trabalho dos serviços de saúde para que os trabalhadores tivessem assegurada assistência médica.
- Criação de creches e escolas maternas em número suficiente para os filhos, das mães trabalhadoras.
- Redução do tempo de espera para atribuição de alojamentos.

Estabelecimento dos sábados como dia de folga, juntamente com o domingo, excepto para as fábricas de laboração contínua, em que os trabalhadores gozarão outro dia.

Significativamente menciona-se no Acordo a criação de sindicatos independentes e auto governados, mas não livres, dada a oposição irreductível do governo a esta designação o que poderia bloquear a negociação se o *Solidariedade* insistisse nesta reivindicação.

Foi assim aceite pelo Comité de Greve Inter Empresas, MKS, como prova de realismo que os sindicatos pudessem qualificar-se como “independentes e autogeridos” mas não livres pelas várias interpretações que este conceito poderia envolver.

Como corolário deste acordo, que na altura se poderia considerar revolucionário visto que, pela primeira vez nos países de Leste, deixa de existir a unicidade sindical, característica dos regimes comunistas.

Desenhava-se uma futura competição entre os sindicatos “oficiais” e “independentes” e abria-se a possibilidade de ser criado um sindicalismo pluralista que não se limitasse como anteriormente a veicular as posições oficiais.

O sindicato independente deveria ser registados no tribunal de Varsóvia, que, através de uma acção fiscalizadora, verificaria se os seus estatutos estão ou não de acordo com a Constituição.

No caso de o tribunal recusar o registo podia recorrer-se para o Supremo Tribunal.

No registo deviam mencionar-se os estatutos, o local da sua sede, a sua actividade e pessoas que o representam.

Os estatutos do *Solidariedade* foram elaborados por um grupo de conselheiros e especialistas em vários domínios sob a direcção de Andrzej Stelmachowski e Wieslaw Chrzanowski.

A nova central sindical seria registada no Supremo Tribunal, em Novembro de 1980, sendo consignado nos seus estatutos o reconhecimento do papel dirigente do POUP, respeito pela Constituição e alianças internacionais, aceitando-se implicitamente a manutenção da Polónia no Pacto de Varsóvia e no COMECON.

Outra consequência da crise foi a criação pelo Poliburo do Comité Central do POUP da “Comissão para a Reforma Económica” destinada a estudar as reformas e superintender os trabalhos necessários com vista ao aperfeiçoamento da planificação económica e á maior eficácia do seu funcionamento

. Foi nomeado seu presidente Olszowski, considerado um dos líderes do partido comunista de mentalidade mais aberta à prossecução das reformas.

O Acordo de Gdansk foi naturalmente seguido atentamente pelos países ocidentais e particularmente pelo Vaticano dado que tinha surgido um facto novo susceptível de ter amplas repercussões.

Talvez receoso duma invasão da Polónia pelas forças do Pacto de Varsóvia logo no dia seguinte à assinatura do Acordo o Papa, no decurso da audiência geral, evocou o direito moral da Polónia a exercer a sua soberania e o seu direito à independência e significativamente orou para que o seu país não fosse vítima de qualquer agressão viesse donde viesse (alusão implícita à URSS).

O antigo Bispo de Cracóvia sabia, pela sua própria experiência pessoal, que o Kremlin muito dificilmente podia aceitar o acordo de Gdansk.

O Partido Comunista embora contrariado podia resignar-se à existência de uma agricultura maioritariamente pertencente ao sector privado, tolerar a influência da Igreja Católica mas muito dificilmente aceitaria que fosse colocado em causa o papel dirigente do partido e o exercício do poder.

A independência sindical, consentida pelos Acordo de Gdansk, pela novidade que representava, abria uma profunda brecha no controle que o POUP exercia sobre a sociedade polaca.

O reconhecimento do *Solidariedade*, embora pudesse ser interpretado como um esforço liberalizador de certos sectores governamentais, ainda que forçados pelas circunstâncias sociais e económicas, na prática significou a demonstração da fraqueza do Governo e deu novo impulso ao movimento sindical ao abrir uma nova fissura no desejado, embora nunca totalmente conseguido, controlo do POUP sobre a sociedade.

A assinatura do acordo significava uma tentativa, embora arriscada, de se encontrarem possibilidades de desenvolvimento para um país inserido num contexto político concreto que era a “comunidade socialista”.

Em Maio de 1981, após difíceis negociações, foi criado o *Solidariedade Rural* que englobava os trabalhadores agrícolas e que foi entendido como uma nova cedência do governo face à pressão sindical e social.

Perante este novo contexto os dirigentes do *Solidariedade* tinham que enfrentar dois grandes desafios que consistiam em manter sob controlo a grande massa de aderentes e simpatizantes descontentes e frustrados com o governo e eliminar ou reduzir a manifestação dos sentimentos anti soviéticos existentes na sociedade polaca e que estes se expressassem na de forma violenta na rua..

Como sublinhou o escritor polaco Czeslaw Milosz residente na cidade de Berkeley, EUA, galardoado com o Prémio Nobel da Literatura referindo-se ao *Solidariedade* durante uma visita aos estaleiros navais de Gdansk em 1981, “... Se vocês fossem um partido político que pretendesse retomar o poder, a reacção do mundo seria a mesma demonstrada com relação a outros partidos políticos, envolvidos em rivalidades similares, e estaria a faltar um factor que valerá a vocês a atenção das pessoas de todos os países, de todas as raças e de todas as origens.

Estava a faltar a esperança! A esperança de que essas formas de vida social, que ficaram petrificadas, pudessem ser substituídas por formas novas, adequadas às verdadeiras necessidades e à verdadeira grandeza do ser humano.”.

Outra consequência directa da crise foi a imposição da Lei Marcial que introduziu no país o estado de excepção com um grande reforço da intervenção das Forças Armadas na vida interna, com a criação do Conselho Militar da Salvação Nacional e , no intuito de promover a conciliação nacional, a criação do Movimento Patriótico para o Renascimento Nacional, PRON, constituído a partir dos “Comités de Cidadãos para o Renascimento Nacional” , que realizou o seu primeiro Congresso em 7 de Maio de 1983.

No entanto a condição fundamental para a estabilização do país e que condicionava todas as outras era a recuperação e a revitalização da economia o que não se verificaria por falta de um projecto mobilizador que abrisse as portas da esperança e do futuro e pelo efeito das sanções impostas pelos países ocidentais que, como as próprias autoridades expressamente reconheceram, atingiram severamente áreas muito importantes da economia polaca dado que as importações dos países europeus ocidentais caíram, durante a vigência da Lei Marcial, 50% e as provenientes dos Estados Unidos da América 80%.<sup>41</sup>

### ***10. Causas da não intervenção directa da então União Soviética na Polónia.***

O resultado da II Guerra Mundial provocou grandes transformações no sistema internacional mudando a sua própria estrutura sistémica dado que de multipolar se transformou em bipolar com a emergência de duas super-potências os EUA e a URSS. Iniciava-se, assim, um prolongado período denominado de “guerra-fria” (com uma importante componente ideológica) que criou na Europa zonas de influência bem delimitadas e definidas.

---

41 Entrevista concedida a Robert Maxwell inserida no livro Jaruzelski, Prime Minister of Poland. *Selected Speeches*, p. 106.

É neste contexto que o então Embaixador dos EUA em Moscovo George Kennan num extenso telegrama que ficaria famoso, enviado à Secretaria de Estado em Washington emprega o termo “containment” que significava a necessidade de contenção da URSS, face à sua política que antevia expansionista.<sup>42</sup>

Neste quadro a forma de combater a estratégia soviética seria através de uma política de firme contenção, delineada para confrontar os soviéticos em todos os sítios que tentassem pôr em causa os interesses do ocidente.

Para este diplomata no essencial a política externa soviética era uma amálgama de fervor ideológico comunista e tradicional expansionismo czarista.

No fundo a visão do Kremlin sobre os assuntos mundiais baseava-se na tradicional e instintiva sensação de insegurança russa.

Vinha de longa data a tentativa dos antigos czares de subjugarem os países vizinhos e absorve-los ou transformá-los em satélites que giravam na sua órbita.

Na óptica de Kennan os EUA teriam de preparar-se para uma longa luta dado que os objectivos e interesses dos Estados Unidos da América e da União Soviética eram irreconciliáveis e avisava “... os soviéticos aprenderam a procurar a segurança só através de uma luta paciente, mas mortal, que conduzisse à destruição do poder rival – e nunca através de acordos e compromissos”.

O contributo mais importante de Kennan consistiu em explicar de que modo a hostilidade às democracias era inerente à estrutura interna soviética.

Na sua perspectiva, a nível estratégico global, estava-se a desenhar um conflito potencial entre a potência continental, a URSS, e os poderes marítimos liderados pelos Estados Unidos da América.

Numa análise comparativa, apesar de superficial, verificamos no âmbito dos países pertencentes ao leste europeu integrados no Pacto de Varsóvia e COMECON a existência das “nuances” da Roménia, com maior autonomia no domínio da política externa, a Hungria, com um modelo económico menos centralizado com menos rigidez, mais flexível e especialmente a Polónia que, como se mencionou, tinha uma agricultura maioritariamente privada, grande influência da Igreja Católica, acentuado nacionalismo.

Como é evidente Moscovo encarou com a maior preocupação o evoluir da crise polaca que teve uma origem predominantemente económica e que se transformou em social e política.

---

42 George Kennan, *Russia and the West*. Long Telegram de 22 de Fevereiro de 1946 enviado de Moscovo para Washington, in *Foreign Relations of the United States of America, 1946*, Washinton D.C., USA, Government Printing Office, 1969, vol.VI, p. 666-709.

A URSS, depois da subida ao poder de Krushchev defendia a coexistência pacífica designada, por alguns “détente” e prosseguia uma política externa realista pelo que considerava necessário que os dois sistemas, capitalista e socialista coexistissem pacificamente.

Moscovo não considerava os EUA como os chineses que segundo a retórica e conhecida afirmação de Mão Tse Tung: “... são um tigre de papel”.

Na realidade quando o dirigente chinês proferiu essa frase o seu interlocutor, Khrushchev respondeu: “... talvez, mas esse tigre tem dentes nucleares”.<sup>43</sup>

A URSS defendia o denominado realismo marxista, internacionalista e na esteira de Marx considerava que as relações internacionais consubstanciavam interações de exploração e materializam também relações de dominação da burguesia mundial sobre o proletariado.

Congregava, assim, o, que na sua perspectiva, eram a prossecução dos seus interesses nacionais conjuntamente com a defesa do internacionalismo proletário.

Dado que sistema internacional é dinâmico sublinhava a importância dos factores de transformação e não os de continuidade e repetição.

Era pois necessário apoiar especialmente no âmbito da competição ideológica e económica então existente com o ocidente, os países amigos especialmente na África, Ásia e América Latina.

Numa visão marxista como refere Bobbio no livro *Teoria Geral da Política* o uso da força é a fonte última do poder político.

Baseando-se nesta perspectiva ideológica alguns escritores como Adam Przeworski<sup>44</sup> consideravam que a URSS estava pronta a intervir militarmente na Polónia, se houvesse algum indício ou perigo de que pudesse deixar de ser um membro fiável do Pacto de Varsóvia, mas não estaria disposta a ocupar o país por outros motivos.

Isto significava que enquanto existisse na Polónia uma força ou coligação de forças que garantisse a sua permanência na aliança militar, a União Soviética toleraria ,qualquer que fosse a sustentação do poder: o Partido, o Exército ou qualquer coligação” e acrescenta “...o mais importante é que, por maior que seja o perigo de contágio, a longo prazo, não é um perigo imediato; e a aposta é tão alta que não se tomam decisões a meu ver, com base numa previsão longínqua.

A circunstância de os soviéticos não invadirem a Polónia hoje, não significa que percam a capacidade de invadi-la amanhã; e talvez baste este facto para evitar a invasão.

---

<sup>43</sup> Philippe Defarges *As relações internacionais desde 1945*,p27.

<sup>44</sup> Adam Przeworski. *A Polónia. A ditadura dos homens sem rosto*.

Um facto que vem comprovar esta análise é que a indignação de Moscovo aumentava em todas as ocasiões em que as forças anti-soviéticas se mobilizaram abertamente em manifestações ainda que sem grande aderência e atenuou-se sempre que essas forças foram controladas e reprimidas.

Na opinião dos dirigentes soviéticos o seu país tinha sacrificado milhares de vidas para libertar a Polónia do nazismo pelo que tais actos de ingratitude atingiam os sentimentos profundos do povo soviético.

Na realidade pereceram 600 mil soldados soviéticos em solo polaco na luta contra o exército nazi que ocupava o país sendo o maior número de baixas sofridas pela URSS fora do seu território.

Neste quadro, as razões estratégicas e de segurança, considerando a Polónia como um elo muito importante na linha de comunicação mantida por Moscovo com as suas tropas, cerca de 380 mil militares, localizadas na então República Democrática Alemã, eram fundamentais, para além da necessidade de evitar o alastramento do risco de “contágio” a outros países socialistas que funcionavam como um uma espécie de tampão protector da sua segurança.

Por outro lado no quadro da “guerra fria” a URSS considerava que haveria um acordo implícito na irreversibilidade do “status quo” após as decisões tomadas nas conferências de de Yalta e Potsdam, que lançaram as bases para a manutenção da paz na Europa, o que significava a manutenção da Polónia na denominada “comunidade socialista” integrando o Pacto de Varsóvia e o COMECON.

A repressão violenta dos trabalhadores na Alemanha de Leste em 1953, as intervenções militares na Hungria e Checoslováquia e a construção, em 1961, do muro de Berlim representaram um importante passo na aparente consolidação dos regimes socialistas do leste da Europa perante a quase passividade do ocidente.

Nesta conformidade Moscovo considerou excessivas as concessões feitas por Varsóvia aos grevistas, que na sua óptica eram apoiados pelas forças imperialistas.

O evoluir da situação revelava uma falta de controlo dos acontecimentos e uma perda crescente de autoridade do POUP que estava desprestigiado para a maioria da população.

A URSS receava os efeitos de cascata que poderiam repercutir-se noutros países originando uma espécie de mancha de óleo que alastrasse gradativamente e contaminasse os seus aliados.

A preocupação sobre o desenrolar dos acontecimentos levou o Politburo do PCUS, no dia 25 de Agosto a criar através de uma resolução uma Comissão, espécie de “task force” chefiada pelo considerado o mais importante ideólogo da Partido, membro do Politburo, o

influyente Mickail Suslov, que devia acompanhar cuidadosamente a complexa situação e sugerir à liderança soviética as medidas que se revelassem necessárias adoptar de acordo com o evoluir da crise.

Por outro lado como refere Zita Seabra, antiga dirigente do PCP<sup>45</sup> alguns importantes dirigentes pressionavam o Kremlin para intervir como o Secretário-geral do P.C. da então República Democrática Alemã, Henrich Honnecker, que escrevera a Brejnev defendendo a ocupação militar da Polónia por tropas do Pacto de Varsóvia.

Neste âmbito a então União Soviética adoptou uma “estratégia indirecta” para tentar controlar a situação calculando o risco resultante de uma intervenção armada, que seria extremamente elevado.

Utilizou repetidamente a persuasão através de pressões militares como a realização de manobras de grande envergadura efectuadas pelo Pacto de Varsóvia, com a participação massiva de blindados, junto às fronteiras polacas, políticas através de frequentes contactos de alto nível e envio de destacados dirigentes soviéticos a Varsóvia aconselhando os dirigentes polacos a inverterem o curso dos acontecimentos e apoiando os elementos da “linha dura” do POUP, económicas com ameaças veladas de redução do fornecimento de combustíveis e matérias primas.

Para Moscovo os países ocidentais tinham perdido a esperança de derrubarem os países socialistas através dum ataque armado pelo que pretendiam miná-lo por dentro.

Nesta perspectiva os problemas existentes na Polónia só teriam solução no quadro do sistema socialista realçando a existência de elementos anti-socialistas infiltrados no seio dos trabalhadores que abusando da sua confiança, aproveitavam as actuais dificuldades para alcançarem os seus objectivos contra-revolucionários.

A URSS criticou particularmente os EUA considerado o principal instigador das actividades anti-polacas reiterando que apenas dentro do sistema socialista a Polónia poderia ser livre e independente, dotada de fronteiras seguras.

Nesta perspectiva o Kremlin considerava que os países ocidentais estavam a violar a Carta da ONU e a Acta Final de Helsínquia por interferirem nos assuntos internos da Polónia.

Numa subtil critica à especificidade polaca a União Soviética considerava que a crise resultava, em grande parte, da existência dum importante sector agrícola privado que impediria o normal funcionamento do sistema socialista e duma errada política económico-

---

<sup>45</sup> Zita Seabra, *Foi Assim* pág. 347

financeira que conduziu a uma vultuosa dívida externa resultante dos empréstimos contraídos no ocidente.

Apercebendo-se que as pressões não obtiveram resultados sensíveis exerceu uma acção determinante e apoiou directamente a declaração da Lei Marcial e as subsequentes medidas repressivas adoptadas como a prisão de Walesa e a ilegalização do sindicato independente *Solidariedade*.

Num memorando elaborado por Suslov, que como se referiu, era Presidente da Comissão encarregada de monitorizar a situação polaca, a 28 de Agosto de 1980, a pedido do Politburo, baseado nos elementos fornecidos pelo Ministério da Defesa, foi traçado um plano com dois cenários distintos se fosse necessário prestar assistência militar a solicitação das autoridades polacas.

Se não houvesse oposição das Forças Armadas polacas à intervenção seria suficiente um grupo composto por três divisões de carros de combate e uma divisão de infantaria mecanizada sendo a prontidão para o combate de cinco dias.

Na hipótese da maioria das Forças Armadas polacas se aliarem às forças ditas contra revolucionárias seriam necessárias mais entre cinco a sete divisões, isto é no total entre nove a onze divisões<sup>46</sup>.

As principais causas que depois de longamente ponderadas terão pesado no sentido da não intervenção militar directa da União Soviética, foram presumivelmente as seguintes:

- Não houve indicação expressa ou implícita que a Polónia tivesse decidido abandonar o Pacto de Varsóvia o que a verificar-se faria perigar a aliança militar liderada pela URSS.

- De facto na declaração ao anunciar a decisão do Conselho de Estado de impor a Lei Marcial o General Jaruzelski salientou de forma inequívoca que a aliança com a URSS foi e seria a garantia da inviolabilidade das fronteiras polacas, e que o seu país era e continuaria a ser um elo inquebrantável do Pacto de Varsóvia e um membro da comunidade socialista das nações.

Acrescentou ainda "A Polónia está interessada na prosperidade e segurança da URSS. Os nossos aliados soviéticos estão interessados numa Polónia estável, confiável e forte. Respeitamo-nos e temos confiança mútua. A resolução dos nossos problemas internos de uma maneira soberana aumentará a nossa credibilidade como aliado e parceiro.

---

<sup>46</sup> Woodrow Wilson International Centre for Scholars, Washington, DC.

As políticas externas e de defesa polacas estão baseadas na aliança fraternal com a União Soviética<sup>47</sup>.

Pela primeira vez na História a Polónia estava protegida por um duradouro escudo militar, o Pacto de Varsóvia. As relações de amizade com a URSS eram vitais para o país.

Na sua opinião os países ocidentais desejavam que a Polónia servisse de pretexto para o início do desmantelamento de todo o sistema socialista.

- A declaração da lei marcial e a manutenção da ordem pública sem a ocorrência de distúrbios ou desordens de grande amplitude não deram um pretexto fundamentado para a URSS, alegando a solicitação das autoridades polacas, intervir para restabelecer a ordem pública evitando que o país mergulhasse numa violenta confrontação interna.

- A resistência civil nomeadamente actos de sabotagem, que os polacos dado o seu nacionalismo desencadeariam a seguir à invasão poderia causar elevado número de vítimas e agravaria grandemente a já difícil situação económica do país que seria conduzido a um “beco sem saída” dado que a força podia não ser suficiente para estabilizar e reverter a situação.

- A intervenção militar no Afeganistão, que seria, para alguns, “o Vietname da URSS”, para outros uma derrota estratégica.

País “não alinhado” não pertencente à chamada “comunidade socialista” a invasão do Afeganistão provocou elevados custos materiais, humanos e políticos e afectou gravemente, a nível internacional, a imagem da URSS, especialmente entre os países islâmicos para além de agravar substancialmente as despesas militares, acarretando, igualmente, uma sobrecarga financeira que muito aumentaria com a invasão do território polaco.

As razões justificativas da referida invasão do território afegão, apesar dos mencionados elevados custos daí resultantes, são várias.

Alargamento da sua esfera de influência, tentativa de abrir caminho no sentido de obter um porto no Oceano Índico, preocupação pelo alastramento da influência do “fundamentalismo islâmico” ao seu próprio território dada a existência de importantes comunidades islamizadas residentes sobretudo na Chechénia, evitar a queda iminente de um regime que lhe era afecto, demonstrando aos seus aliados que estava disposta a adoptar as medidas julgadas necessárias para garantir, apesar das dificuldades, a sobrevivência dos governos amigos.

A União Soviética após oito anos de guerra começaria, em 15 de Abril de 1988, a retirar do Afeganistão sofrendo um forte abalo no seu prestígio militar e um revés estratégico na sua

---

47 Jaruzelski, Prime Minister of Poland. *Selected Speeches*, p. 41-54.

gorada tentativa de dar mais um passo importante para alcançar as águas quentes do golfo para além de ter provocado um profundo golpe no processo de distensão Leste-Oeste.

- Conduziria provavelmente ao fim da “détente” e consequentemente da “Ostpolitik” “política virada para o leste”, ou abertura a leste delineada por Willy Brandt quando foi nomeado Chanceler da RFA na sequência da vitória eleitoral, em 1969, do Partido Social Democrata, SPD.

O então Chanceler da RFA era apoiado pelos movimentos pacifistas e pela influente ala esquerda do SPD com fortes ligações aos ecologistas que se opunham à instalação dos denominados euro-mísseis (mísseis nucleares de médio alcance norte-americanos) em território alemão que Washington considerava necessário para fazer face à política armamentista prosseguida por Moscovo.

A “Ostpolitik” passou a ser uma das principais linhas de força conjuntamente com as componentes europeia e atlântica em que se passou a projectar a política externa da República Federal da Alemanha o que suscitou críticas dos sectores conservadores que receavam que pudesse ocasionar atritos no relacionamento com os EUA dado suscitar a impressão de colocar a URSS e os EUA no mesmo pé de igualdade, para além de diminuir a credibilidade alemã no seio da NATO.

Nesta visão a República Federal da Alemanha tenderia a ser uma espécie de ponte entre o leste e o oeste que poderia provocar o enfraquecimento do seu relacionamento com a Aliança Atlântica.

A “Ostpolitik” visava a reconciliação e cooperação com os países do leste europeu, criando um clima de distensão, menos conflituoso, que permitisse gradativamente a passagem da crispação ao apaziguamento e que esteve, em parte, na origem do processo que culminou com a assinatura do Acto Final de Helsínquia em 1975.

Curiosamente, segundo Kissinger<sup>48</sup> o Chanceler Brandt afirmaria que a “Ostpolitik” resultou do seu grande desapontamento face à reacção dos EUA perante a construção do muro de Berlim.

A abertura a leste foi duramente criticada pelos partidos conservadores alemães CDU-CSU, que receavam que pudesse enfraquecer, respectivamente, o relacionamento com Washington e no âmbito multilateral com a NATO e, a nível interno, impulsionar as correntes pacifistas que desejavam uma RFA neutral e sem armas nucleares no seu território.

---

48 *Diplomacia*, p. 507.

A manutenção da abertura a leste revestia-se de grande interesse para Moscovo que considerava o seu aprofundamento uma forma de enfraquecer a componente atlântica da política externa da RFA e especialmente a ligação bilateral mantida com os EUA.

No quadro da “Ostpolitik” a RFA reconheceu a linha Oder-Neisse e o regime da Alemanha de Leste na perspectiva de que enquanto os EUA como super potência prosseguia interesses globais, pelo contrário, o interesse principal da RFA consistia na reconciliação com os seus vizinhos e da manutenção de relações bem definidas com a outra parte do povo alemão residente na RDA.

Segundo Willy Brandt a RFA necessitava de reforçar a cooperação e coordenação com o Ocidente, mas também precisava de paz com a União Soviética e Europa de Leste e chegar, deste modo, a um “modus vivendi” com a RDA”... Vinte anos depois do estabelecimento da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã, devemos prevenir qualquer futura alienação das duas partes, da nação alemã, isto é, chegar a um entendimento coerente e a partir daí prosseguir a cooperação.

Isto é não apenas no interesse dos alemães; é também importante para a paz na Europa e para as relações Leste-Oeste.

Mesmo que existam dois estados na Alemanha, eles não são países estrangeiros um para o outro; as suas relações mútuas só podem ter uma natureza especial”.

E acrescenta ”o nosso país necessita de cooperação e coordenação com o Ocidente e de entendimento com o Leste. O povo alemão também necessita de paz com os povos da União Soviética e da Europa de Leste”<sup>49</sup>.

Salienta-se neste contexto que, por pressão soviética e para melhorar a imagem da RDA junto da opinião pública da Alemanha Ocidental, a Constituição da RDA sofreu uma modificação substancial dado que em 1968 considerava-se ”o estado socialista da nação alemã” passando, em 1974 a denominar-se ”... um estado socialista de trabalhadores e camponeses” sendo assim abandonado o objectivo de reunificar a Alemanha sob um regime socialista.

Devido ao novo clima de apaziguamento, a República Federal da Alemanha conseguiu a celebração com a então RDA do denominado Tratado Fundamental assinado 21 de Dezembro de 1972 que estabeleceu relações oficiais entre os dois estados alemães que passaram a reconhecer a soberania uma da outra normalizando o seu relacionamento bilateral.

Neste quadro foram abertas múltiplas possibilidades que contribuíram para melhorar as relações políticas, económicas e culturais entre as duas partes da Alemanha.

---

49 GOKAY, Bulent, *A Europa de Leste*, p. 121.

Por outro lado a RFA celebrou Tratados de Amizade com a Polónia e União Soviética o que revelava o desejo de Bona de melhor significativamente o relacionamento com os países de leste.

Ambos os países aderiram à ONU em Setembro de 1973, tendo a República Democrática Alemã estabelecido relações diplomáticas com os Estados Unidos da América em Abril de 1974, o que na altura foi encarado como um importante triunfo diplomático do regime de Honnecker.

-O fim da “détente” e conseqüentemente da abertura a leste que a invasão da Polónia certamente provocaria, significava o reinício da tensão e endurecimento entre os dois blocos político-militares representados pela NATO e Pacto de Varsóvia.

Refere-se, no entanto que o conceito de “détente” era entendido de maneira diversa de acordo com os diferentes pressupostos ideológicos.

Para os países ocidentais era indivisível e global enquanto que para a União Soviética seria divisível sendo fundamentalmente uma “euro-détente”.

De acordo com os dirigentes da URSS a distensão não significava o congelamento do processo revolucionário mundial.

Na perspectiva soviética a distensão propiciava, sobretudo na Europa a manutenção da estabilidade mas, a nível mundial, poderia proporcionar mudanças progressivas que lhe seriam favoráveis dado que se sentia ideológica e moralmente obrigada a comprometer-se com os processos revolucionários nos países explorados do denominado terceiro mundo.<sup>50</sup>

A distensão iniciada com a “Ostpolitik” seria consubstanciada no processo iniciado pela Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa, CSCE, que contou com a presença de todos os países europeus à excepção da Albânia e com os EUA e Canadá que, como foi mencionado conduziu à assinatura do Acto Final de Helsínquia em 1975.

Segundo diversas opiniões o documento assinado na capital finlandesa legitimaria implicitamente o domínio soviético sobre a Europa Oriental e reforçaria o desejo da União Soviética que houvesse uma evolução no sentido da “finalização” da Europa que seria conseqüentemente muito dependente da influência de Moscovo.

No entanto a aceitação pela URSS das cláusulas sobre direitos humanos proporcionaram aos países ocidentais oportunidades sem precedentes para questionarem as políticas internas desses países dificultando a acusação de estarem a interferir nos seus assuntos internos.

---

<sup>50</sup> Garthoff, Raymond, *The failure of détente of the 1970s*, inserido na colectânea *The Cold War* organizada por Larres Klaus e Lane Ann.

Este importante documento consagrou o princípio da inviolabilidade das fronteiras e a protecção dos direitos do homem visando assim fazer prevalecer uma lógica de diálogo e compromisso, pelo que a sua violação agravaria significativamente o relacionamento Leste-Oeste.

Recorda-se que na altura Cuba tinha intervindo militarmente de forma decisiva em Angola apoiando o Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, que derrotaria militarmente a UNITA e a FNLA.

Por outro lado a URSS apoiava a instauração de um regime marxista na Etiópia.

Seria deste modo inviabilizada a reunião da então CSCE, hoje OSCE, que estava agendada para Madrid e que Moscovo desejava que se realizasse como estava previsto.

A intervenção na Polónia prejudicaria gravemente o processo de distensão que podia ser posto em causa.

- Provocaria uma aceleração da corrida aos armamentos colocando em causa as “Strategic Arms Limitation Talks” (SALT) que conduziram aos acordos SALT I, assinados por Nixon e Brejnev no decurso da cimeira de Moscovo efectuada em 1972. Engloba uma convenção ABM (Anti Ballistic Missiles) que limita o número das zonas protegidas por mísseis anti-mísseis. É fixado, também, um “plafond” para o número dos mísseis ofensivos o que contribuía para manter um relativo equilíbrio entre Washington e Moscovo .

Posteriormente, em 1979, foi assinado o acordo SALT II, por Cárter e Brejnev, que aprofunda o primeiro SALT I ao estabelecer limites específicos ao número de mísseis MIRV (Multiply Independently Targeted Re-entry Vehicles) mas que não seria ratificado pelo Senado norte-americano devido à intervenção do exército soviético no Afeganistão em 27 de Dezembro de 1979.

Os EUA fizeram deste modo uma ligação “linkage” entre o controle de armamentos e as questões regionais mas com impacto global como a invasão do Afeganistão.<sup>51</sup>

Para a URSS esta posição de Washington significava o desejo de prosseguir a corrida aos armamentos com o intuito de obter a supremacia militar utilizando o Afeganistão como um mero pretexto.

- Originaria a adopção de severas sanções económicas, comerciais e tecnológicas impostas pelos Estados Unidos e então CEE .

- Conduziria eventualmente a uma maior aproximação dos EUA com a República Popular da China, que tinham normalizado as relações na sequência da visita do Presidente Nixon a

---

51 DOUGHERTY, James e PFALTZGRAFT, Robert, *Relações Internacionais. As teorias em confronto*, p. 480.

Pequim, em Fevereiro de 1972, para contrabalançar o expansionismo soviético e acentuar a pressão que Pequim poderia exercer sobre as fronteiras siberianas soviéticas.

- Contribuiria para o significativo reforço dos sectores mais conservadores dos EUA que teriam argumentos para defenderem um aumento substancial das despesas militares para fazer face ao poderio militar soviético.

Como seria de esperar os restantes países do Leste seguiram a posição soviética apenas diferindo no tom das críticas a Varsóvia.

Assim a RDA salientou a existência de laços inquebrantáveis entre os países que constituíam a “comunidade socialista” entre os quais se encontrava a Polónia.

A então Checoslováquia enfatizava que as relações entre os estados socialistas fundam-se não apenas no reconhecimento mútuo da independência dos Estados mas também na defesa das “conquistas do socialismo”.

A Bulgária, o mais fiel seguidor da URSS, manifestou grande preocupação com a amplitude das concessões feitas aos contestatários, que teriam ultrapassado os limites considerados admissíveis pondo já em risco os princípios básicos do regime socialista.

Os países ocidentais visariam a erosão interna do sistema socialista polaco dado que não seriam capazes de o liquidar através de um ataque directo dado o equilíbrio militar existente. Por outro lado os países pertencentes à NATO, com ligeiras diferenças salientaram que os problemas da Polónia eram um assunto interno cuja solução apenas dizia respeito ao povo polaco que deveria resolver as dificuldades sem interferências externas.

### ***11. A grande importância de Gorbachev .O processo de transição***

A primeira mulher que exerceu o cargo de embaixadora dos EUA na ONU, Jeanne Kirkpatrick, recentemente falecida ,considerou que os estados totalitários estavam invulneráveis à mudança ou às reformas pelo que, na sua opinião a história deste século XX não oferecia qualquer base que nos levasse a pensar que os regimes totalitários se transformarão por si próprios.

Convém, igualmente, lembrar a surpresa que causou no ocidente a derrocada do comunismo na URSS e restantes países de leste como afirmou o antigo Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger”nunca nenhuma potência mundial se desintegrou de forma tão completa e rápida sem ser por uma derrota militar”.

A aparentemente inabalável URSS dispo de uma fortíssima capacidade militar, enorme aparelho de segurança e dotada de uma poderosa ideologia que cativou centenas de milhões

de pessoas e resistiu à máquina de guerra nazi seria surpreendentemente derrubada como um castelo de cartas sendo o primeiro sinal a queda do muro de Berlim, em 9 de Novembro de 1989 considerado o símbolo da guerra fria e da divisão da Europa e o último a dissolução da URSS em Dezembro de 1991.

A implosão da União Soviética, que a falhada tentativa de golpe em Agosto de 1991 tentou “in extremis” evitar (permitiria que Boris Yeltsine alcançasse supremacia política sobre Gorbachev influenciando assim a evolução interna do país), foi um acontecimento que serviu de catalisador específico facilitador do processo de democratização polaco que acompanhou, nas grandes linhas gerais, os restantes países de Leste, com a excepção romena.

No entanto os processos de transição não podem ser contextualizados de maneira uniforme uma vez que dependem fundamentalmente de causas endógenas inerentes à respectiva sociedade e ao contexto externo.

A eclosão de crises de natureza económica, financeira, e social, podem constituir factores desencadeantes de um processo de transição assim como a ocorrência de circunstâncias externas verificadas noutros países que influencia, directa ou indirectamente, a situação.

A transição em apreço demonstrou como os factores externos, principalmente a evolução da URSS, influenciaram de maneira fundamental o processo de transição na Polónia.

As principais reformas introduzidas por Gorbachev denominadas “Perestroika” e “Glasnost”, que tinham por objectivo modernizar o sistema político, económico e social da União Soviética para fazer face, entre outros, ao desafio representado pela Iniciativa de Defesa Estratégica, SDI, do Presidente Reagan.

Era necessário proceder a uma profunda reestruturação económica do sistema soviético que pela dinâmica criada, pelo efeito de cascata, e pela falta de controlo, provocou uma situação caótica que em última análise originaria o colapso do sistema comunista.

Por outro lado a aceitação pelo dirigente soviético, do princípio, que a teoria das relações internacionais designaria por “doutrina Sinatra”(deriva da célebre canção “My Way”, cantada por Frank Sinatra) segundo o qual os diferentes países socialistas poderiam seguir o seu próprio caminho e que foi formalizada durante a reunião efectuada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros do então Pacto de Varsóvia realizada em 27 de Outubro de 1986, que aprovaram “o direito de cada país escolher livremente o seu próprio caminho económico, social e político sem interferências externas” o que significava o fim da doutrina de Brejnev da soberania limitada.

Desaparecia, assim, o que alguns analistas designam por “factor medo” deixando os diferentes líderes, embora em situações muito diferentes, de não poderem contar com o apoio dos carros de combate soviéticos.

De facto esta doutrina entende-se melhor recordando o conceito marxista do internacionalismo socialista.

Os ensinamentos de Marx e Engels consideravam que a solidariedade dos trabalhadores substituiria a solidariedade internacional daqui concluiu Staline que “o internacionalismo é o que, sem reservas nem hesitação, incondicionalmente, está pronto a proteger a URSS, porque a União Soviética é a base do movimento revolucionário mundial”.

Actualizando a doutrina à conjuntura de então Brejnev declarou em Novembro de 1968, que “... quando as forças interiores e internacionais que são hostis ao socialismo procuram inverter o desenvolvimento de qualquer país socialista no sentido de restaurar o sistema capitalista, quando nesse país aparece uma ameaça à causa do socialismo, é uma ameaça à segurança da comunidade socialista como um todo, já não é só um problema do povo desse país, mas também um problema comum, matéria de interesse para todos os países socialistas”. Deste modo defende-se a soberania colectiva dos países socialistas, o que realmente é a expressão da vontade da URSS dentro da sua área de influência.<sup>52</sup>

Com a nova doutrina de Gorbachev afastava-se, deste modo, o perigo duma intervenção externa., dado que a Europa de Leste deixou de ser olhada por Moscovo como uma espécie de zona tampão considerada fundamental para garantir a segurança da União Soviética face a uma agressão das “forças imperialistas” da NATO.

A acção de Gorbachev foi muito importante sendo mesmo, segundo muitos analistas, decisiva.

Na realidade apesar de se poder discutir a sua relevância parece quase unânime a opinião segundo a qual sem a actuação de Gorbachev as mudanças verificadas teriam sido mais demoradas e previsivelmente revestidas de muito maior violência especialmente ,na fase mais crítica, quando aceitou a retirada faseadas das tropas soviéticas estacionadas nos países do leste e ao concordar com a reunificação pacífica da Alemanha em 1990.

É, no entanto, difícil imaginar que qualquer outro alto dirigente do Kremlin com o passado de Gorbachev tivesse iniciado as reformas que em última análise conduziram á desintegração da União Soviética e aceitasse o termo do domínio soviético sobre a Europa de Leste.

---

52 P.N.Fedoseyev, *Dialectics of the contemporary epoch*, Moscovo, 1996.

Recorda-se que tendo feito toda a sua carreira no aparelho do PCUS Gorbachev ao ser escolhido para Secretário-Geral apesar da sua relativa juventude em comparação com a faixa etária dos seus antecessores, visava não desmantelar o sistema comunista mas reformá-lo para evitar o seu declínio.

Como refere Michael Walters, "o caminho para os acontecimentos verificados em 1989 foi aberto por Gorbachev que com a sua política reformista minou o socialismo colectivista económica, ideológica e politicamente".<sup>53</sup>

Os princípios de uma economia dirigida e controlada centralmente foram postos em dúvida e o papel dominante do Partido Comunista da URSS foi posto em causa tendo o seu colapso significado também o enfraquecimento dos outros Partidos Comunistas da Europa de Leste, que em grau diferente controlava.

A nova política de Gorbachev deixou uma maior margem de manobra aos reformistas e, por outro lado, contribuiu para destabilizar os regimes mais conservadores e ortodoxos do leste europeu que deixaram de poder contar com o apoio inequívoco de Moscovo.

A subida ao poder de Gorbachev provocou, de facto, uma significativa mudança internacional.

O intelectual dissidente polaco Adam Michnick num artigo publicado no jornal Gazeta Wyborzka de 4 de Julho de 1989 assinala a relevância das implicações decorrentes da decisão do antigo dirigente soviético de abandonar a referida doutrina Brejnev da soberania limitada repudiando, assim implicitamente, o uso da força e da coerção nas relações entre os países pertencentes à denominada "comunidade socialista".

Os alegados interesses da comunidade socialista deixavam, assim, de se sobrepor à vontade de qualquer dos seus membros.

O escritor recorda: "... podemos lembrar o medo que sentíamos no verão de 1981 quando líamos os comentários falsos e agressivos dos jornais soviéticos e o nosso ainda maior receio de uma intervenção militar encapotada por uma ajuda fraternal" e acrescenta "... não falta muito tempo para que se comemorem vinte e um anos sobre a data em que a Primavera de Praga foi brutalmente esmagada pela força, seguindo-se uma onda de neo-estalinismo que varreu a Checoslováquia durante muitos anos. Gostaríamos de acreditar que a doutrina de soberania limitada se foi para sempre".

## **O processo de transição**

---

<sup>53</sup> The end of the communist power monopoly.

A problemática da relevância maior ou menor da envolvente externa no processo de transição para a democracia tem sido controvertida.

Alguns estudiosos da ciência política entendem que são os factores internos que, directa ou indirectamente, desempenham um papel fundamental na transição acentuando, nesta perspectiva, a importância das divisões e dissidências internas existentes no próprio interior do regime não democrático especialmente entre as forças apoiantes que com as suas divergências contribuem para o seu enfraquecimento.

Esta posição é apoiada por Laurence Whitehead ao generalizar afirma que são as forças internas que determinam em primeiro lugar o início da mudança de regime sendo, na sua perspectiva, secundária, embora importante, a acção de factores externos, internacionais.

Por seu lado Juan Linz e Alfred Stepan consideram que, pela análise da democratização ocorrida nos tempos modernos, as influências exteriores desempenham um papel de grande relevo distinguindo, neste contexto, entre outros factores, a política externa, o “zeitgeist” ou seja o espírito do tempo, os efeitos de difusão.

Nesta conformidade a política externa pode influenciar, por vezes decisivamente, a situação interna de múltiplas maneiras.

Na realidade um país não democrático pode empregar a força para derrubar o governo de um país democrático mais débil e nalguns casos anexar ou ocupar militarmente o seu território instalando um “governo fantoche” que cumpra rigorosamente, sem hesitações as instruções recebidas.

Citam-se na Europa o caso da ocupação da Áustria pela Alemanha em 1938, na Ásia a situação decorrente da invasão japonesa da China com a criação pelas forças nipónicas do “reino Manchuko” estabelecido na Manchúria chefiado pelo último imperador chinês Pu Yi.

Por outro lado um bloco político militar, como o então Pacto de Varsóvia utilizou a força armada no sentido de impedir que uma revolução de cariz democrático derrubasse um regime não democrático, como aconteceu na Hungria em 1956, ou impedir a continuação de um processo de liberalização como foi denominada a Primavera de Praga em 1968 iniciada por Alexander Dubchek e terminada pela invasão soviética.

Pode também acontecer que um país democrático no seguimento da vitória sobre um regime totalitário ocupe militarmente o país derrotado e inicie uma transição democrática, como foram os casos da Alemanha e do Japão após a II Guerra Mundial.

Nestes termos a política externa pode ter um papel determinante na fase de transição para a democracia tendo também, naturalmente, em consideração a relevância das forças internas.

O conceito alemão de “zeitgeist” refere-se ao espírito do tempo significa que quando um país não democrático está inserido num sistema internacional no qual a democracia é apenas uma entre outras ideologias existentes de cariz totalitário defendidas por militarmente poderosos regimes não democráticos que se lhe o põem as possibilidades de se efectuar uma transição para a democracia realizada com êxito são consideravelmente menores do que quando não existem opositores poderosos à ideologia partilhada pelas democracias.

Na realidade em termos empíricos, podemos verificar e comparar as diferenças existentes nos períodos em que havia um “zeitgeist” favorável à democracia ou hostil, como o compreendido entre a I e II Guerras Mundiais com a ascensão ao poder dos regimes fascista, nazi e a consolidação do estalinismo, e o verificado nas décadas 70 e 80 do século passado com a democratização de Portugal, Espanha, Grécia, e posteriormente dos países do leste europeu.

O denominado efeito de difusão que tem sido muito estudado sobretudo no âmbito da psicologia social, tem adquirido crescente influência devido à acção dos meios de comunicação social especialmente a TV que nos permitem obter informações instantâneas em tempo real dos acontecimentos em qualquer parte do mundo.

Mais recentemente o acesso aos telemóveis e à INTERNET, tornam muito difícil mesmo para regimes totalitários como a Coreia do Norte ou Myanmar, apesar da férrea censura, controlarem completamente a informação.

Deste modo um acontecimento relevante ocorrido em determinado país pode influenciar a actuação dos dirigentes de outros países para evitarem ou alcançarem um resultado semelhante.

De facto surge uma pertinente interrogação que consiste em saber o que contribuiu para que os mesmos dirigentes políticos que em Dezembro de 1981 decretaram a Lei Marcial na Polónia fossem os mesmos que iniciariam o processo de profundas reformas políticas e económicas.

Uma razão terá sido a percepção, a tomada de consciência que a reconstrução do sistema económico polaco cujas bases seguiam em linhas gerais, apesar das diferentes especificidades, o modelo soviético, tinha sido fortemente abalado nos seus alicerces pela acção do *Solidariedade* em 1980-81 e o reconhecimento do fracasso da política económica prosseguida de 1982 a 1988, que não conseguiu reverter a situação de crise.

Na realidade depois de surtos grevistas surgidos em Abril e Agosto do referido ano de 1988, a hiper inflação que atingiu cerca de 100%, provocou o descontentamento generalizado e fazia temer que o país estivesse novamente próximo de uma convulsão social.

Apesar da inegável importância dos factores económicos deve-se atribuir o maior relevo ao entendimento sentido por segmentos importantes da população sobre a existência ou não de alternativas credíveis ao regime, e especialmente quando começam a duvidar ou mesmo contestar a sua legitimidade.

Se da situação política decorre a percepção que não existe nem existirá num futuro previsível uma alternativa viável ao poder estabelecido o regime não democrático pode manter-se por simples inércia ou através da possibilidade de empregar meios coercivos.

A oposição polaca, a partir de 1981, independentemente das anteriores divisões, colocou como condição de qualquer possível entendimento com as autoridades, a legalização do *Solidariedade* e perspectivou a existência de uma alternativa.

O outro motivo considerado decisivo, foi, como anteriormente se mencionou, a chegada ao poder de Mikhail Gorbachev que com uma nova política deixava às forças reformistas da Europa de Leste uma margem de manobra muito mais ampla que anteriormente contribuindo para o enfraquecimento dos regimes comunistas no poder que já não poderiam evocar o apoio nem as pressões de Moscovo.

Esse factor foi muito relevante pois impulsionou a concretização do que Huntington tinha denominaria a “terceira vaga de democratização”.

A primeira vaga ocorreu de 1828 a 1926, a segunda de 1945 a 1962, a terceira iniciada com os casos português em 25 de Abril de 1974, em que houve uma ruptura abrupta e o espanhol realizado por meio de um pacto (denominado de Moncloa) entre as elites do antigo regime franquista personalizadas em Adolfo Suarez, que contou com o apoio decisivo do Rei João Carlos, e destacadas figuras da oposição que iriam ocupar posições de destaque no período de transição como o futuro Primeiro Ministro Filipe Gonzalez.

No quadro teórico estabelecido por Shain e Linz não houve, no caso polaco, uma revolução, nem a perda de uma guerra ou uma intervenção externa seguida de ocupação militar do território, mas antes uma transferência do poder considerada pactuada, entre os dirigentes comunistas e as novas personalidades emergentes alguma das quais carismáticas como Lech Walesa.

Na terminologia de Samuel Huntington,<sup>54</sup> a Polónia inseria-se na terceira vaga de democratização iniciada, como se mencionou, em Portugal com o 25 de Abril de 1974.

---

54 The third wave: democratization in the late twentieth century pág.121 e seguintes

No caso em apreço verifica-se que existiram esforços comuns e a acção combinada das elites governamentais que detinham o poder e da oposição, existindo, neste contexto, negociações formais e contactos informais que procuram alcançar faseadamente uma solução negociada resultante de diversos compromissos.

Os dirigentes e a oposição apercebem-se da existência de um bloqueio político que deveria ser superado através de negociações dada a existência de um relativo equilíbrio de forças sendo nesta circunstâncias menor para ambas as partes o risco de negociar do que o risco de conflito que poderia degenerar num grave confronto.

Neste âmbito foi alcançado um compromisso que conduziria, em 4 de Junho 1989, à realização das primeiras eleições livres, apesar das suas características “sui generis”, dado que se limitavam a apenas 35% dos lugares da Assembleia Legislativa sendo que os restantes 75% reservados ao POUP.

No Senado estavam em disputa todos os lugares sem limitações.

O governo teve uma derrota imprevisível, pela sua dimensão, dado que a oposição conquistou todos os lugares livremente disputados na Assembleia e 99 dos 100 lugares no Senado.

Este barómetro eleitoral demonstrou de forma inequívoca a vontade da população que claramente revelou o seu desejo de mudança.

Os resultados eleitorais abriram caminho para a formação de um governo de coligação chefiado por Tadeusz Mazowiecki tendo a maioria dos ministérios, doze, passado a ser dirigidos por apoiantes do *Solidariedade*.

O carismático dirigente do Sindicato independente *Solidariedade*, que viria a obter o prémio Nobel, Lech Walesa, foi o primeiro Presidente da República eleito democraticamente. A Polónia tornava-se, assim, no primeiro país pertencente ao Pacto de Varsóvia a ter um governo em que a maioria dos membros não era comunista.

Esta fórmula seria, também prosseguida pela generalidade dos restantes países do leste europeu.

Os dirigentes comunistas cederam, à excepção da Roménia, o poder em troca de um acordo implícito segundo o qual não seriam perseguidos, julgados ou presos.

De facto as transformações verificadas foram o reflexo da percepção que as elites dirigentes tiveram da sua própria debilidade por força da dinâmica criada pela implosão da URSS.

Como se referiu a única excepção foi a Roménia onde se verificou uma revolução popular, surgida de forma quase espontânea, que conduziu às execuções sumárias de Ceausescu e da sua mulher Elena considerada a pessoa mais influente e odiada do regime.

Na Polónia o processo foi pacífico exercendo uma acção moderadora a influente Igreja Católica .

O Papa João Paulo II desempenhou igualmente um importante papel apaziguador assim como a numerosa diáspora polaca, sobretudo a residente nos EUA.

A abertura da possibilidade de uma futura adesão à União Europeia que impulsionaria a prossecução das reformas e criava expectativas de um futuro mais promissor contribuíram igualmente para a não existência de violência.

Não houve julgamentos ou perseguições dos dirigentes e principais apoiantes do Partido Comunista apenas o General Jaruzelski, que tinha anunciado a Lei Marcial, em 13 de Dezembro de 1981, cuja aplicação possibilitou a repressão exercida sobretudo sobre os sindicalistas do *Solidariedade*, levando à prisão de Walesa, foi alvo de uma investigação mas manteve-se em liberdade sem ter sido condenado judicialmente.

O General em sua defesa alegou, com algum fundamento, que a difícil e controversa aplicação da Lei Marcial tivera por objectivo demonstrar a Moscovo que controlava a situação, evitando, na sua óptica, a iminente intervenção da União Soviética que seria desastrosa e possivelmente sangrenta.

O desmantelamento do sistema socialista iniciou-se com um processo de reformas políticas, económicas e legislativas com a elaboração de uma nova Constituição e da legislação complementar, criação de partidos políticos e a institucionalização da democracia representativa, adoptando-se no sistema eleitoral o método proporcional, consagrou-se a propriedade privada.

Por outro lado foi iniciado um ambicioso programa de privatizações, tomaram-se medidas para atrair investimentos externos ,e a economia de mercado começou a consolidar-se

Na esteira de Shain e Linz, no decurso do período de transição a legitimidade do executivo resultou da chamada percepção pública dessa legitimidade, isto é proveio do facto de o exercício do poder ser considerado legítimo pela população.

No entanto é completamente diferente assumir o poder e exercê-lo de forma efectiva.

Na realidade pode-se verificar uma separação entre a tomada de determinadas decisões e a capacidade de conseguir posteriormente a sua concretização na prática, no terreno, o que se tornará impossível, se não houver autoridade.

Esta distinção revelou-se importante, como ficou demonstrado, por exemplo, no processo de transição português, durante o denominado PREC, período em que se verificou uma quebra da autoridade das forças armadas e policiais resultando que muitas decisões judiciais e governamentais não foram cumpridas.

No caso polaco verificou-se que o “decision- making” e “decision – implementing” se verificaram simultaneamente não existindo dessintonia entre a tomada de decisões políticas e a sua execução o que a concretizar-se revelaria uma grave crise que poderia conduzir a situações de conflitualidade de gravidade imprevisível.

Podemos afirmar que a Polónia é, segundo a expressão utilizada por Dahl uma poliarquia dado que há uma multiplicidade de poderes autónomos verificando-se, assim, uma dimensão multipolar da sociedade com “sistemas de pesos e contrapesos” que a diferencia da existente sob o regime comunista em que existia uma espécie de monismo regulatório dirigido pelo POUP que detinha o poder.

Apesar de sucessivamente derrotada nas diversas consultas eleitorais a anterior “nomenklatura” comunista através da sua importante rede de relações, contínua a ocupar importantes posições especialmente nas empresas estatais e para-estatais, nos serviços de segurança e na gestão de empresas resultantes das privatizações mantendo, assim, considerável influência no aparelho de estado.

Como na Polónia, na maioria dos antigos países de economia planificada os anteriores dirigentes não procuraram tentar derrubar o novo regime democrático, mas tentaram manipular e influenciar o novo enquadramento legal esforçando-se, frequentemente, por aproveitar as novas oportunidades que se abriam no sentido de adquirirem benefícios pessoais sobretudo de natureza económica aproveitando-se do considerável aumento da corrupção e do tráfego de influências que uma mudança de uma economia rígida do tipo soviético para uma forma de sistema económico baseado no mercado normalmente origina.

Convém, igualmente referir que a Polónia foi durante a transição economicamente auxiliada pelo Banco de Reconstrução e Desenvolvimento, com sede em Londres que através dos empréstimos concedidos contribuiu para a estabilização da economia e do seu desenvolvimento.

A gradual reconciliação nacional foi reforçada com o encontro que se revestiu de grande simbolismo entre o sindicalista Walesa e o General Jaruzelski, no decurso dum debate televisivo transmitido pela CNN ,em 22 de Maio de 2005, durante o qual o velho general de 82 anos declarou: “é nosso dever fazer o possível para cicatrizar as feridas do passado”.

Para superar as sequelas vindas do passado ambos propuseram, dado que o tempo decorrido permitia uma análise retrospectiva mais serena que, à semelhança do verificado na África do Sul por iniciativa do então Presidente Nelson Mandela e o do Arcebispo Desmond Tutu, fosse criado uma Comissão de Reconciliação que, de certa maneira, ”perdoasse o erros cometidos”.

No entanto alguns Partidos relevantes na vida política polaca como o conservador, Paz e Justiça recorrentemente defendem a necessidade de “descomunizar” o país referindo-se aos dirigentes do antigo POUP, e especialmente aos que pertenceram à policia política, a antiga WSI que, na sua opinião, deveriam ser afastados da administração pública.

## CONCLUSÃO

A União Soviética após a II Guerra Mundial foi, utilizando uma imagem metafórica, uma espécie de bússola que orientava a evolução dos países integrados na sua órbita.

Nesta conformidade como se procurou demonstrar qualquer mudança significativa das políticas adoptadas pelos dirigentes da então União Soviética repercutia-se com maior ou menor intensidade nos outros países do leste europeu.

Assim se verificou com a subida ao poder de Staline, depois com Khrushchev e as criticas que formulou ao seu antecessor principalmente no XX Congresso do PCUS.

Posteriormente Brejnev ,com a teoria da “soberania limitada”, condicionou a situação internacional, Andropov que no curto período de tempo, cerca de 15 meses sentiu a necessidade de introduzir reformas na URSS e ,sobretudo, porque foi o principal apoiante no influente Politburo de Gorbachev.

Sem o seu apoio Gorbachev não teria chegado à cúpula do poder como referiu Raisa Gorbachev, em 1987, no decurso duma visita oficial realizada pelo seu marido aos EUA “... Nós devemos tudo a Andropov.”<sup>55</sup>.

Finalmente Gorbachev que defendeu a possibilidade de cada país escolher livremente o seu próprio caminho sem intervenções ou interferências externas abriu a possibilidade de se efectuarem mudanças nos países do leste europeu.

A crise polaca foi considerada como mais uma prova demonstrativa da, para muitos inesperada, debilidade dos regimes comunistas então no poder nos países de leste e constituiu uma experiência pioneira no quadro da então denominada “comunidade socialista”.

Uma vez mais, após as crises ocorridas na então RDA que levariam à construção do muro de Berlim, às intervenções militares na Hungria, Checoslováquia e a invasão do Afeganistão (que culminaria com a retirada das forças soviéticas em Abril de 1989), revelava-se, de forma clara, as debilidades intrínsecas dos regimes comunistas que se mantinham no poder pela força.

---

55 OBERDORFER, Don, *From the Cold War to a New Era*, p. 63.

Por outro lado a actuação do Presidente republicano Ronald Reagan que considerou a URSS como integrando "... o Império do Mal" ao delinear, em 1983, a ambiciosa, e para muitos irrealizável, "Iniciativa de Defesa Estratégica" SDI (Strategic Defense Initiative) que serviria posteriormente de inspiração ,noutro contexto, ao "Ballistic Missile Defence System" do Presidente Bush.

A vulgarmente conhecida "guerra das estrelas" visava tornar as armas nucleares impotentes e obsoletas ao construir um escudo protector dos Estados Unidos da América, que o tornaria praticamente invulnerável a um eventual ataque nuclear ou a um disparo accidental de um míssil munido de ogiva atómica.

Esta iniciativa norte-americana implicava um enorme desafio estratégico para Moscovo que não dispunha dos meios financeiros e tecnológicos para fazer face a este repto.

Discute-se o verdadeiro objectivo prosseguido pela "guerra das estrelas" dado que construir um escudo impenetrável aos mísseis balísticos seria um projecto demasiado ambicioso muito dificilmente exequível em termos tecnológicos e financeiros

Afigura-se plausível defender que visaria obrigar a União Soviética a uma nova corrida aos armamentos, sob pena de ser ultrapassada militarmente pelo seu rival o que a esgotaria económica e financeiramente e a conduziria pacificamente a uma derrota.

Para tentar alcançar os EUA os dirigentes soviéticos seriam compelidos a transformar rapidamente o regime através de profundas reformas tendentes a melhorarem substancialmente a sua competitividade e eficiência. Foi o que Gorbachev tentou sem êxito realizar.

As economias planificadas, burocratizadas do leste revelaram-se incapazes dessa transformação que implicava proporcionar incentivos ao trabalho, estímulos à inovação, investimentos modernizadores.

A nova revolução tecnológica provocada pelo desenvolvimento da electrónica, informática, robótica, telecomunicações exige flexibilidade e adaptações permanentes que eram muito dificilmente compatíveis com o rígido modelo soviético.

Neste contexto a instabilidade na Polónia demonstrou que a profunda crise política foi provocada por uma situação económica em progressiva degradação revelando a incapacidade dos dirigentes em efectuarem as necessárias reformas.

A transição pacífica sem derramamento de sangue, dum regime comunista burocratizado, com uma economia centralizada obedecendo a planos quinquenais, para uma democracia representativa, com uma economia de mercado, pluralidade partidária, meios de comunicação livres, inexistência de uma policia politica ,separação de poderes, possibilitou, apesar de

algumas dificuldades, como o grande aumento do desemprego, incremento da criminalidade, foi bem sucedida.

Assistiu-se ao desenvolvimento da sociedade civil que antes das transformações políticas, sociais, e económicas se encontrava refém do Estado espartilhada, com a criação de numerosos movimentos culturais independentes.

Pode-se afirmar que o regime democrático na Polónia se encontra consolidado e que a qualidade da democracia aferida pelos principais indicadores como a participação nos actos eleitorais, pluralismo, relacionamento do Estado com a sociedade civil, se encontra em termos comparativos semelhante à generalidade dos países integrantes da União Europeia.

Os desafios que o país enfrenta resultam do processo de globalização que obriga à redução dos direitos sociais para aumentar a competitividade das empresas, às grandes adaptações que o sector agrícola e industrial foi submetido aquando da integração na União Europeia, que provocaram inevitáveis custos sociais como o aumento do desemprego.

Apesar de todas as vicissitudes que um processo de transição implica pode-se considerar que foi realizado sem convulsões, de forma suave, pactuada, criando-se um alargado consenso sobre os objectivos estratégicos que a Polónia deveria prosseguir no pós comunismo e que foram alcançados com a consolidação da democracia representativa e o ingresso na NATO e UE.

No entanto os ressentimentos históricos com a actual Rússia permanecem latentes e transparecem recorrentemente, como por exemplo, o apoio então manifestado à denominada Revolução Laranja na Ucrânia criticada por Moscovo, que embargou a importação de carne polaca, e veladamente ameaçou utilizar a “arma energética” de redução do fornecimento do petróleo e gás natural.

Como reacção a Polónia vetou inicialmente o novo Acordo de Cooperação UE – Rússia que, após demoradas e tensas negociações foi possível desbloquear

O apoio claro de Polónia à Geórgia no diferendo com a Rússia sobre a Ossétia do Sul e Abecásia e a permissão concedida aos EUA de instalarem no seu território sistemas de mísseis anti-mísseis criaram de novo uma certa tensão entre os dois países..

Estes episódios exemplificativos revelam que, apesar das modificações verificadas a memória histórica continua a exercer considerável influência no relacionamento dos países que, quando julgam conveniente, recorrem ao denominado “capital de queixa”.

Pela sua dimensão geográfica, população com elevado número de jovens, significativo índice de escolaridade, crescente dinamismo da sua economia, resultante dos elevados

investimentos directos externos o país tenderá a exercer um crescente papel no seio da União Europeia.

A Polónia com as reticências e entraves que inicialmente colocou às negociações do Tratado de Lisboa, assinado na capital portuguesa procurou assinalar a importância que o país pela sua demografia e extensão territorial pode desempenhar no quadro da actual União Europeia composta por 27 membros e possivelmente a médio prazo, alargada para 30 ou 31 países, se for superada a crise resultante da rejeição irlandesa ,por via referendária, do Tratado reformador.

### **REFLEXÕES FINAIS**

A terminar julga-se útil tecer algumas considerações sobre a problemática da situação internacional destacando-se a incerteza da sua evolução.

A desintegração da URSS e o desmoronamento dos regimes comunistas no leste europeu constituíram um acontecimento imprevisível originando a tese do “fim da história“ do escritor Fukuyama segundo o qual a vitória da economia de mercado e da democracia estaria assegurada .

No entanto como sublinha Schmitter o que se verificou foi a aparente vitória da democracia que continua a ser vulnerável sublinhando que a democracia está sempre insegura nunca é um dado adquirido.

A interpretação desta opinião tem sido para alguns analistas a indicação que o escritor encarava as crescentes medidas de segurança, algumas mesmo securitárias, restritivas da liberdade dos cidadãos adoptadas por diversos Governos para prevenirem ou limitarem a possibilidade de ataques terroristas, que ao ultrapassarem certos limites podiam pôr em causa alguns dos princípios fundamentais da democracia.

Entre os vários exemplos referem-se os célebres “cartoons” caricaturando Maomé publicados por um jornal dinamarquês e a proibição de um espectáculo em Berlim por receio de desagradar à comunidade árabe.

Colocam-se, assim, condicionamentos que, na prática, reduzem a livre expressão das ideias e podem ser interpretados pelos fundamentalistas islâmicos como um sinal de fraqueza e receio podendo, neste contexto, considerar que os países ocidentais, se submetidos a fortes pressões, tenderão a ceder.

Actualmente num mundo globalizado a principal ameaça consiste na proliferação de armas nucleares em países como o Irão ou Coreia do Norte que podem não adoptar as medidas

necessárias que impeçam grupos terroristas de acederem a este tipo de armamento o que provocaria um sentimento generalizado de insegurança.

Nestes termos o reforço do controle do armamento nuclear exige uma cooperação estreita entre os países que partilham valores idênticos fundados no respeito dos direitos humanos e do estado de direito.

Para referir a actual situação o Professor Adriano Moreira<sup>56</sup> refere a lei da complexidade crescente na vida internacional segundo a qual verifica-se uma progressiva multiplicação dos centros de decisão e uma multiplicação quantitativa e qualitativa das relações entre eles dado que incrementa-se o número de relações e também a espécie dessas relações.

Verifica-se a tendência para uma crescente interdependência no domínio comercial, científico, cultural, ambiental.

Por sua vez a quantidade muda ou altera a qualidade dado que, por exemplo, o trânsito de pessoas pode transformar-se num grave problema de emigração ilegal, os fluxos monetários num problema de possível “lavagem” de dinheiro proveniente do narcotráfico.

Haveria, assim como corolário desta asserção dependências e interdependências crescentes.

A adaptabilidade será neste quadro, uma resposta à complexidade aumentando a capacidade do sistema internacional para procurar resolver ou atenuar os problemas multifacetados com que se confronta na era da globalização.

A imprevisibilidade, insegurança, ataques terroristas podem ocorrer em qualquer parte, acidentes nucleares como o de Chernobyl, catástrofes naturais como o tsunami, o destruidor terramoto na RP da China, devastador ciclone ocorrido em Myanmar, aquecimento que produz o denominado “efeito de estufa” escapam ao controle dos governos e produzem um impacto significativo a nível regional e mesmo mundial.

O aumento do preço dos cereais, em parte devido à controversa política dos bio combustíveis, e do petróleo, tenderá a agravar as tensões nos países mais pobres cujas populações terão mais dificuldades.

Estes factores contribuíram para que se dê novamente maior atenção à teoria do caos, atribuída ao norte-americano Edward Lorenz segundo a qual uma pequena mudança ocorrida no início de um determinado acontecimento pode ter consequências desconhecidas no futuro, isto é, pequenas mudanças podem levar a comportamentos imprevisíveis, não existindo assim

---

56 *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*, p. 126.

linearidade causa-efeito mas o efeito pode reagir em retorno, isto é retroagir sobre a causa numa circularidade.

Chegou a esta conclusão após testar um programa de computador que simulava o movimento das massas de ar. Ao procurar uma resposta constatou que uma alteração mínima de algumas décimas que pensava seriam irrelevantes, transformara completamente o padrão da deslocação dessas massas de ar.

Seria como o bater de asas de uma borboleta no Brasil pudesse provocar tempos depois um tornado no Texas.

Este efeito designado “efeito de borboleta” significa que uma pequena alteração aparentemente insignificante pode transformar profundamente a realidade futura.

Nesta conformidade há variáveis que produzem comportamentos descontínuos representado pelo caos que tenderá aumentar à medida que cresce a complexidade do sistema internacional pelo que, as previsões ainda que bem fundamentadas podem falhar sendo assim impossível chegar-se ou mesmo aproximar-se de uma teoria prospectiva fiável.

Esta teoria foi aprofundada e divulgada por James Gleick cujo livro intitulado *Caos* teve uma assinalável êxito.

Seria, segundo diversos analistas, a teoria em apreço que poderia em parte explicar o fim da guerra fria e a implosão da União Soviética, acontecimento inesperado, não previsto.

Neste contexto a crise que abalou a Polónia em 1980-81, deu um impulso à demonstração das debilidades do sistema do denominado socialismo real contribuindo, ainda que lateralmente, para uma série de acontecimentos que conduziram por acção de Gorbachev à desintegração da URSS.

O sistema internacional cada vez mais caracterizado pela gradativa complexidade em que a incerteza e o acaso, como a eleição do Papa João Paulo II, que influenciaria grandemente a evolução da situação polaca, são factores que se revelam cada vez mais importantes .

A insegurança resultante de o perigo do terrorismo transnacional poder estar em toda a parte cria um clima psicológica de medo e o que é mais preocupante propaga o “medo do medo” que pode ter efeitos paralisantes.

Factores prováveis como a circunstância da população branca dos Estados Unidos da América poder, de acordo com as actuais previsões, em 2050, ser apenas 47% e portanto passar a ser minoritária.

Esta alteração a confirmar-se pode ter um profundo impacto nos futuros resultados eleitorais lançando fundadas dúvidas sobre o evoluir da hiper potência cuja política externa influencia directa ou indirectamente o sistema internacional.

Na realidade o que se passar nos Estados Unidos da América na sequência do fim da “era Bush” sobretudo em relação à questão do Iraque, política energética, crise económica e financeira terão consequências globais.

Um factor determinante será a política adoptada pelo próximo Presidente dos EUA ,especialmente se vencer o candidato do Partido Democrata o afro-americano Barak Obama.

A volatilidade no domínio da realidade internacional com o aparecimento de novos países como o Kosovo ,a tensão da Rússia com a Geórgia, podem degenerar em focos de instabilidade e de fractura na Europa com repercussões no relacionamento com a Rússia que poderá ameaçar utilizar a denominada “arma energética”, isto é o fornecimento de petróleo e gás natural aos países ocidentais.

A situação na Turquia com o aumento da latente tensão interna entre as correntes radicais islâmicas e laicas que pretendem o futuro ingresso na União Europeia será um outro factor de grande importância futura assim como a evolução da República Popular da China, Índia, Rússia, e de certo modo o Brasil.

Um factor determinante para o futuro próximo será a política adoptada pelo próximo Presidente que será eleito em Novembro do ano corrente.

Perante o cenário traçado afigura-se necessário incrementar a cooperação internacional e reforçar o papel desempenhado pela única organização internacional de nível mundial a ONU que pode ser mais interventora e procurar através da sua influência evitar e mediar os conflitos através da via negocial .

A reforma da ONU, especialmente o alargamento da composição do Conselho de Segurança que espelhasse melhor a realidade internacional seria um passo significativo no sentido de tornar a sua actuação mais efectiva ao espelhar melhor a realidade internacional em que países como a Índia, Brasil e Japão assumem crescente importância.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ARENDDT, Hanaha, *As origens do totalitarismo*, Lisboa, editora D. Quixote, 2004.
- ASCHERSON, Neal, *The polish August: What has happened in Poland*, London, Penguin, 1981.
- BOBBIO, Norberto, *Teoria Geral da Política*, Rio de Janeiro, editora Elsevier, 2000.
- CHURCHILL Winston, *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1959.
- CRAVINHO, João, *Visões do Mundo. As relações internacionais. Mundo contemporâneo*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.
- CRONIN, James, *The world, the Cold War*, Londres, editora Routledge, 1996.
- CROZIER, Brian, *The rise and fall of the Soviet Empire*, Roseville (Califórnia), editora Forum, 1999.
- DOBBS, M., *Poland, Solidarity, Walesa.*, Oxford, Pergamon Press, 1981.
- DOUGHERTY, James e PFALTZGRAFT, Robert, *Relações Internacionais. As teorias em confronto*, Lisboa, editora Gradiva, 2003.
- DZIWISZ, Stanislaw, *Uma vida com Karol*, Lisboa, editora A esfera dos Livros, 2007.
- EDWARDS, Sean, *Swarming and the future of Warfare*, Pardee Rand Graduate School, Rand Corporation, Santa Monica, EUA, 2005.
- FERGUSON, Niall, *La Guerra del Mundo*, Barcelona, editora Debate, 2007.
- FERREIA, Luiz, *Revolução a Leste*, Lisboa, edição da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1996.
- FIGUEIREDO, Rui, *João Paulo II e a transição polaca para a democracia*, Lisboa, editora Huguin, 2005.
- FUKUYAMA, F., *O fim da história e o último Homem*, Lisboa, editora Gradiva, 1992.
- GADDIS, Jonh, *A guerra fria*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- GOKAY, Bulent, *A Europa de Leste*, Mem Martins, editora Inquérito, 2001.
- GUEDES, Armando, *Estudos sobre Relações Internacionais*, Lisboa, série A, n.º2, Lisboa, editados pelo Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.
- HALECKI, O., *A History of Poland*, Londres, Routledge, 1978.

- HELD, David, *Models of Democracy*, Stanford, Stanford University Press, 1987.
- HIRSZOWICZ, M. et MINK, G., *Les Problèmes de la crise en Pologne*, Wien 1986.
- KAGAN, Robert, *O Paraíso e o Poder*, Lisboa, editora Gradiva, 2003.
- KARMINSKI, B., *The collapse of State Socialism: The case of Poland*, Princeton, Princeton University Press, 1991.
- KENEZ, Peter, *História da União Soviética*, Lisboa, edições 70, 2007.
- KISSINGER, H., *Anos de renovação*, Lisboa, editora Gradiva, 1999.
- KISSINGER, H., *Diplomacia*, Lisboa, editora Gradiva, 1996.
- LAMOUNIER, Bolívar, colectânea, *A Ciência Política nos anos 80* (integra um artigo do polaco Adam Przeworski: *A Polónia: A ditadura dos homens sem rosto*), Brasília, editora da Universidade de Brasília, 1982.
- LECOMTE, Bernard, *João Paulo II*, Paris, editora Gallimard, 2003.
- LIBRACH, Jan, *The Rise of Soviet Empire*, Londres, Pall Mall, 1965.
- LINZ, Juan J. and STEPAN, Alfred, *Problems of democratic transitional consolidation*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996.
- MAXWELL, Robert, *Jaruzelski, Prime Minister of Poland. Selected speeches*, Oxford, Pergamon Press, 1985.
- MONTEFIORE, Simon, *Estaline, A corte do Czar Vermelho*, Lisboa, editora Aletheia, 2007.
- MOREIRA, Adriano, *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.
- MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Amadora, Livraria Bertrand, 1979.
- OBERDORFER, Don, *From the Cold War to a New Era*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1998.
- PAINTER, David, *The Cold War. An International History*, Londres, Routledge, 1999.
- PASQUINO, Gianfranco, *Curso de Ciência Política*, Cascais, Principia, 2002.
- PEREIRA, Luís, *1980-81: A revolução na Polónia*, S.Paulo, Revista de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 1982.
- PRIDHAM, G., *The Dynamics of Democratization*, Londres, editora Continuum, 2000.

- PRIZEL, I., *National Identity and Foreign Policy: Nationalism and Leadership in Poland*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.
- SEABRA, Zita, *Foi Assim*, Lisboa, editora Aletheia, 2007.
- SMOLAR, Aleksander, *A via polaca para sair do comunismo*, Revista Política Internacional, n.º 1, I volume, pp.19-36, Lisboa, Janeiro 1990.
- SWAIN, Geoffrey, *Eastern Europe since 1945*, Londres, editora MacMillan, 1993.
- TAYLOR, Frederick, *O muro de Berlim - 13 de Agosto de 1961 - 9 de Novembro de 1989*, Lisboa, edições Tinta da China, 2007.
- VAISSE, Maurice, *As relações internacionais desde 1945*, Lisboa, edições 70, 2005.
- VEIGA, Francisco e Da Cal, Enrique, *La paz simulada. Uma história da guerra fria, 1941-1991*, Madrid, editora Alianza, 1997.
- WALESA, Lech, *Um caminho da esperança*, Paris, editora Fayard, 1987.
- WALTZ, Kenneth, *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, editora Gradiva, 2002.
- WEIGEL, George, *Testemunhos de esperança: A Biografia do Papa João Paulo II*, Lisboa, editora Bertrand, 1999.

## **ANEXOS**

- I Cartas endereçadas por João Paulo II a Lech Walesa e ao General Jaruzelski após a imposição da Lei Marcial.
  
- II Carta enviada por Honnecker a Brejnev, no dia 26 de Novembro de 1980, considerando que a demora em agir colectivamente contra as forças contra revolucionárias significaria a morte da Polónia socialista.
  
- III Texto da Acta da reunião do Politburo do Partido Comunista da URSSS realizada em 10 de Dezembro de 1981 sobre a situação polaca revela que o envio de tropas para a Polónia estava fora de questão (intervenções de Gromyko e Suslov ,p.p.706 e 709).
  
- IV Carta remetida por Lech Walesa da prisão ao General Jaruzelski propondo dialogar sobre os problemas do país.